

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS ACADÊMICO DO AGreste
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

JESSICA PRISCILA GARCIA DE SOUZA

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE FEMINISMOS,
GÊNERO E SEXUALIDADES NOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO NORDESTE DO BRASIL**

Caruaru

2023

JESSICA PRISCILA GARCIA DE SOUZA

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE FEMINISMOS,
GÊNERO E SEXUALIDADES NOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO NORDESTE DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Allene Carvalho Lage

Caruaru

2023

Catalogação na fonte:
Bibliotecária – Nasaré Oliveira - CRB/4 - 2309

S729p

Souza, Jessica Priscila Garcia de.

Produção de conhecimento sobre feminismos, gênero e sexualidades nos programas de pós-graduação em educação do nordeste do Brasil. / Jessica Priscila Garcia de Souza. – 2023.

163 f.; il.; 30 cm.

Orientadora: Allene Carvalho Lage.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós- Graduação em Educação Contemporânea, 2023.
Inclui Referências.

1. Identidade de gênero. 2. Feminismo. 3. Sexualidade. 4. Ensino superior – Pós-graduação. 5. Conhecimentos. I. Lage, Allene Carvalho (Orientadora). II. Título.

CDD 370 (23. ed.)

UFPE (CAA 2023-044)

JESSICA PRISCILA GARCIA DE SOUZA

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE FEMINISMOS,
GÊNERO E SEXUALIDADES NOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO NORDESTE DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 15/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Allene Carvalho Lage (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Fernando da Silva Cardoso (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Sérgio Antônio da Silva Rêgo (Examinador Externo)
Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco – SEE – PE

AGRADECIMENTOS

Inicio os agradecimentos desta dissertação com lágrimas nos olhos de felicidade por estar concluindo esta etapa de importância imensurável em minha vida. Assim sendo, agradeço imensamente à minha orientadora e professora Doutora Allene Lage por todo compartilhamento de conhecimentos desde a graduação em que fui bolsista do Observatório e do Pré-Acadêmico, bem como por ter me orientado na monografia e agora na dissertação. A senhora é uma grande inspiração para mim.

Da mesma maneira, agradeço aos professores Doutor Fernando da Silva Cardoso e Doutor Sérgio Antônio da Silva Rêgo pelas grandes e importantes contribuições nesta pesquisa, na certeza de que fizeram toda a diferença em seu andamento e conclusão da melhor maneira possível. Tenho grande admiração por vocês.

Agradeço também aos meus pais, Maria Vera Lucia Garcia e José Garcia da Silva por serem sempre porto seguro e apoio em todas as decisões de minha vida. A meu irmão David Garcia de Souza, minha primeira inspiração e minhas sobrinhas Luna Gomes Garcia e Odara Lustosa Garcia. Vocês são luz na minha vida. Amo vocês! Agradeço ao meu esposo e companheiro de vida e de aventuras, Manoel Felix Pessoa dos Santos, por ser apoio, incentivo, inspiração e companheirismo. Agradeço também por toda ajuda direta ou indireta para que eu pudesse produzir este estudo. Te amo!

Agradeço às minhas amigas, mulheres fortes e presentes em minha vida, mesmo quando estamos distantes fisicamente. Mas agradeço, em especial, à minha grande amiga, irmã que a UFPE me deu, Érika Patrícia Barbosa de Lima, por sempre me apoiar, estar comigo em todos os momentos e acreditar em mim mesmo quando eu não acredito. Amiga, foi por sua causa que eu tentei a seleção do mestrado. Muito obrigada por tudo!

Agradeço aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação, por todos os conhecimentos compartilhados, contribuições para minha formação e para minha vida. Aos colegas de turma, representados aqui na pessoa de

Marta Maria da Silva Gomes, pessoa inteligente, gentil, carinhosa e empática que eu tive a sorte de me aproximar durante o mestrado.

Agradeço aqui também a todas as autoras, escritoras e pesquisadoras dos estudos de gênero, especialmente dos feminismos. Graças a vocês e aos estudos que desenvolveram eu me torno a cada dia uma pessoa que comprehende as desigualdades e injustiças que sofremos e ganho forças para lutar por um mundo melhor.

Agradeço as compositoras, cantoras, poetas que desde cedo me mostraram que eu podia trilhar o caminho que eu quiser, que eu posso ser quem eu quiser, que eu não preciso estar dentro de um padrão de comportamento ou de pensamento para ser aceita. No mundo há lugar para aquelas que não se encaixam nas normas da sociedade careta e sem graça. Lana Del Rey, Rita Lee, Karina Buhr, Letícia Letrux, Marina Sena e tantas outras, muito obrigada por serem vocês e, assim sendo, me mostrarem que eu posso ser eu.

E por fim, gostaria de agradecer a mim, não por falta de modéstia ou por egoísmo, mas pelo reconhecimento de ser uma pessoa resiliente, que busca forças para enfrentar as adversidades sem endurecer o coração. Por fazer, como ensinou Paulo Freire, da esperança verbo e não desistir dos meus sonhos e objetivos.

“Eu decidi que não há nada de errado em se considerar feminista. Então, eu sou uma feminista e todas nós deveríamos ser feministas, porque feminismo é uma outra palavra para igualdade.” (Yousafzai, 2015)

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo.” (Freire, 1992)

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida no intuito de analisar os cenários que vêm sendo construídos na produção de conhecimentos dos Programas de Pós-Graduação em Educação da região Nordeste acerca de feminismos, gênero e sexualidades. Centrando o estudo no pensamento teórico, entre outras/os, de Haudrey Calvelli e Maria de Fátima Lopes, Boaventura de Sousa Santos, Cecília Sardemberg, Antonio Conceição e Lina Aras quanto a ciência e produção de conhecimento. Dermeval Saviani, Lorena Nobre, Rodrigo Freitas, Betânia Ramalho e Vicente Madeira no que diz respeito à história da Pós-Graduação no Nordeste. E Joan Scott, Rebecca Pearse, Raewyn Connell, Guacira Louro, Heloísa Buarque de Hollanda e bell hooks sobre os estudos de gênero, sexualidades e feminismos. Com uma metodologia pautada em uma pesquisa quantitativa e qualitativa, perspectiva utilizada para investigar como vem se desenhando as pesquisas de teses e dissertações sobre esses temas na região. Para tanto, realizei uma investigação dos programas em educação existentes na região, suas linhas de pesquisa e as produções desenvolvidas nesses programas que abordavam os estudos de gênero, feminismos e sexualidades. Realizei um levantamento do quantitativo de produções por sexo das/os pesquisadoras/es e das/os orientadoras/es. Na análise das produções encontradas no repositório de teses e dissertações, realizei um levantamento dos temas presentes, estudando os temas presentes, mas também as ausências de determinados temas. Ao final desta pesquisa, reitero a importância da pesquisa em gênero, feminismos e sexualidades, em especial sobre temas que ainda são pouco abordados, na intenção de investigar, analisar, dialogar e problematizar e, assim, mobilizar modificações em realidades de opressão, exclusão e violências e construir uma sociedade onde mulheres e homens sejam efetivamente iguais em direitos e sujeitas/os emancipadas/os e livres.

Palavras-chave: gênero; feminismos; sexualidades; pós-graduação; produção de conhecimentos.

ABSTRACT

This study was developed with the intention of analyzing the scenarios that have been built in the production of knowledge in the Postgraduate Programs in Education in the Northeast region of Brazil about feminisms, gender and sexuality. Focusing the study on the theoretical thinking, among others, of Haudrey Calvelli and Maria de Fátima Lopes, Boaventura de Sousa Santos, Cecília Sardemberg, Antonio Conceição and Lina Aras regarding science and knowledge production. Dermeval Saviani, Lorena Nobre, Rodrigo Freitas, Betânia Ramalho and Vicente Madeira with regard to the history of Postgraduate Studies in Northeast Brazil. And Joan Scott, Rebecca Pearse, Raewyn Connell, Guacira Louro, Heloísa Buarque de Hollanda and bell hooks on gender, sexuality and feminism studies. With a methodology based on quantitative and qualitative research, a perspective used to investigate how research for theses and dissertations on these topics has been designed in the region. For that, I carried out an investigation of existing education programs in the region, their lines of research and the productions developed in these programs that addressed gender, feminism and sexualities studies. I carried out a survey of the quantity of productions by gender of the researchers and supervisors. In the analysis of the productions found in the theses and dissertations repository, I carried out a survey of the present themes, studying the present themes, but also the absence of certain themes. At the end of this research, I reiterate the importance of research on gender, feminisms and sexualities, especially on themes that are still little contemplated, with the intention of investigating, analyzing, dialoguing and problematizing and, in this way, mobilizing changes in realities of oppression, exclusion and violence and build a society where women and men are effectively equal in rights and are emancipated and free people.

Keywords: gender; feminisms; sexuality; postgraduate studies; knowledge production.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Quantitativo de teses e dissertações dos programas por estado	83
Gráfico 2 –	Quantitativo de teses e dissertações em gênero, sexualidades e feminismos por estado	83
Gráfico 3 –	Quantitativo de pesquisadoras/es dos sexos feminino e masculino por estado	84
Gráfico 4 –	Produções por ano (2012 – 2022)	85
Gráfico 5 –	Quantitativo de orientadoras/es dos sexos feminino e masculino por estado	87
Gráfico 6 –	Visão geral das produções coletadas na plataforma BDTD	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Trabalhos apresentados no GT23 nas reuniões da ANPED nos últimos 10 encontros nacionais (2006 - 2017)	22
Quadro 2 –	Sistematização dos trabalhos que versam acerca do estado da arte sobre Gênero e sexualidades	24
Quadro 3 –	Participação nos artigos segundo o sexo (ANPED 2006 - 2017)	25
Quadro 4 –	Trabalhos publicados sobre gênero e educação no Periódico Cadernos Pagu (2006-2021)	26
Quadro 5 –	Participação nos artigos sobre gênero e educação segundo o sexo (Cadernos Pagu)	28
Quadro 6 –	Trabalhos publicados sobre gênero e ciência no Periódico Cadernos Pagu (2002-2020)	29
Quadro 7 –	Sistematização dos trabalhos que versam acerca do estado da arte sobre Gênero e sexualidades	31
Quadro 8 –	Participação nos artigos sobre gênero e ciência segundo o sexo (Cadernos Pagu)	32
Quadro 9 –	Trabalhos publicados na Revista Ártemis no ano de 2022	33
Quadro 10 –	Participação nos artigos publicados na Revista Ártemis por sexo (2022)	35
Quadro 11 –	Quantitativo de produções em Gênero e Educação	89
Quadro 12 –	Quantitativo de produções em Gênero e Sexualidades	102
Quadro 13 –	Quantitativo de produções em Mulher e Ciência	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Programas de Pós-Graduação em Educação <i>Stricto Sensu</i> do Nordeste	74
Tabela 2 –	Quantitativo de pesquisas por orientadora/or	85

LISTA DE SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAA	Campus Acadêmico do Agreste
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUFSE	Fundação Universidade Federal de Sergipe
GEOCAPES	Sistema de Informações Georreferenciadas
GT	Grupo de Trabalho
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAIE	Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNPG	Planos Nacionais de Pós-Graduação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGECI	Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGEduC	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
PPGEduC	Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea
PUC/Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UnB	Universidade de Brasília
UNEBA	Universidade do Estado da Bahia
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivos da pesquisa	19
1.2	Estado da Arte: uma análise acerca da produção de conhecimento sobre feminismos, gênero e sexualidades	19
2	PARTE 1: ESTUDO TEÓRICO	37
2.1	Ciência e Produção de Conhecimento	38
2.1.1	<i>Teoria do conhecimento e conhecimento científico</i>	38
2.1.2	<i>Mulher na ciência: as epistemologias feministas</i>	43
2.2	Pós-Graduação no Brasil	47
2.2.1	<i>A Pós-Graduação no Brasil: um breve histórico</i>	47
2.2.2	<i>A Pós-Graduação em Educação</i>	55
2.3	Gênero e Sexualidades na Educação	57
2.3.1	<i>Gênero e sexualidades</i>	57
2.3.2	<i>Feminismos</i>	60
3	PARTE 2: ESTUDO EMPÍRICO	67
3.1	Metodologia	68
3.1.1	<i>Delimitação e local da pesquisa</i>	70
3.1.2	<i>Fontes de informação</i>	71
3.1.3	<i>Técnicas de coleta de dados</i>	71
3.1.4	<i>Método da pesquisa e análise dos dados</i>	72
3.2	Um olhar sobre os programas de Pós-Graduação em Educação do Nordeste	74
3.3	Feminismos, Gênero e Sexualidades: uma análise acerca da produção dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Nordeste	88
3.3.1	<i>Gênero e Educação</i>	89
3.3.2	<i>Gênero e Sexualidade</i>	102
3.3.3	<i>Mulher e Ciência</i>	107
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS	123
	APÊNDICE A – TESES E DISSERTAÇÕES	127

1 INTRODUÇÃO

A decisão de adentrar na pesquisa de gênero se deu ainda na graduação, quando cursando a disciplina Movimentos Sociais e Educação, me encontrei nas discussões feministas, que já estavam presentes em minha vida, no entanto, ainda sem fundamentação e até mesmo uma noção clara do que era o movimento feminista e suas lutas. Foi na graduação em Pedagogia que me encontrei enquanto mulher feminista e esse encontro levou-me a buscar sempre mais conhecimento sobre as temáticas feministas e a desenvolver pesquisas acadêmicas a partir de uma desta visão. Desde então, tudo o que eu faço, academicamente ou não, é atravessado por essas temáticas. Perceber-me enquanto mulher, classe trabalhadora e feminista abriu meu olhar para buscar entender conceitos e estudar teóricas do assunto, mas não só, me perceber dessa forma fez com que toda minha trajetória ficasse marcada pelo feminismo, e é a partir desse lugar que produzo este estudo.

As discussões de gênero também me atravessam em meu percurso profissional, visto que enquanto educadora, há uma responsabilidade de levar essas discussões para sala de aula, mesmo que de forma discreta, nas entrelinhas do dia a dia profissional, na busca de, aos poucos, ir modificando os padrões sexistas presentes no ambiente escolar e, consequentemente, na sociedade. Penso ser responsabilidade de todo educador a luta por uma sociedade justa e equitativa, dessa forma, trago para mim essa responsabilidade enquanto educadora e enquanto sujeito social.

A pesquisa científica tem um papel fundamental na produção de conhecimento, pois visa novas descobertas que irão contribuir para a qualidade do conhecimento construído nesse percurso. Sabe-se que historicamente a ciência vem criando barreiras para o ingresso das mulheres, onde estas foram, durante muito tempo, silenciadas, invisibilizadas e colocadas numa posição secundária com relação aos homens, que detinham todo o prestígio nos ambientes de desenvolvimento das ciências.

Como aponta Londa Schiebinger,

Porque a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las. (SCHIEBINGER, 2001, p.37).

A ciência moderna possui um percurso histórico de sexismo, fundado na desigualdade das relações de gênero, onde apenas cientistas homens eram prestigiados e tinham suas pesquisas validadas, problema este que segue muito presente nos dias atuais, onde muitas mulheres cientistas ainda são questionadas acerca da relevância e importância de suas pesquisas científicas. Superar a invisibilidade das mulheres é um desafio diário para todas nós, especialmente em áreas como a ciência, onde há toda uma construção sexista ao longo do tempo.

Ao final do século XIX, o movimento sufragista, que lutava pelos direitos das mulheres ao voto, apesar de ser um movimento restrito às mulheres brancas e de classe média e alta, contribuiu para um despertar de luta de superação da invisibilidade feminina. Na década de 1960, os movimentos feministas ganharam uma maior visibilidade e começaram a ter participação de diferentes grupos sociais, que, como informa Emanuely Arco Iris Silva (2015)

Buscaram romper com o silenciamento e a discriminação historicamente sofrida, em decorrência de um ideal de organização social moderna, que impõe uma estrutura única social e política, justificada através de teorias de universalização e apoiada no formalismo da ciência. (SILVA, 2015, P. 16)

Desde esse momento, os estudos feministas questionam os valores sociais que justificam a subordinação das mulheres e a dominação masculina, onde as teorias da ciência moderna defendiam uma posição de suposta neutralidade dos sexos nas produções acadêmicas, buscando, através de teorias de cunho naturalista, justificar a inferioridade das mulheres e, portanto, sua ausência em espaços de produção científica, a partir de um viés biológico que as colocava como incapazes de desenvolver determinadas tarefas, especialmente tarefas intelectuais. Sobre isso, Ana Maria Colling (2004) traz que

Falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção,

de uma engenharia social e política. Ser homem/ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeito. Nesse sentido, é necessário criticar, demonstrar estereótipos universais e valores tidos como inerentes à natureza feminina. A idéia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desestruturar o universal e mostrar a sua historicidade (COLLING, 2004, p. 29).

As intelectuais feministas questionaram a ciência além do debate acerca da exclusão das mulheres dos espaços de produção científica, a crítica feminista faz uma crítica à própria Ciência Moderna, que é uma ciência que busca sempre a neutralidade e o afastamento do cientista/pesquisador do objeto estudado. A crítica feminista vem mostrar que na verdade a ciência não é neutra, pois como nos diz Carla Beatriz Meinerz (2011) “toda pesquisa tem, em seus resultados, a subjetividade daquele que investiga. Não é, portanto, um processo isento, nem neutro e nem mecânico” (MEINERZ, 2011, p. 487). Os estudos feministas buscam, além da transformação epistemológica, uma perspectiva política, que até então era relegado a um segundo plano, com o argumento de uma necessidade de despolitização científica (LAGE, 2008).

Apesar de todo o preconceito histórico, há um aumento de mulheres no campo da pesquisa, onde o número de mulheres estudantes no mestrado e no doutorado tem crescido, conforme apresenta o estudo realizado por Suzane Barros e Luciana Mourão (2018), onde elas informam que em relação à Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em 2015 “60,6% dos mestres formados no Brasil eram mulheres” e entre os doutores “elas também são maioria, chegando a 55% dos titulados” (BARROS e MOURÃO, 2018, p.4). Além disso, também as discussões acerca de gênero, sexualidades e feminismos vem majorando.

Apesar desse crescimento de mulheres nas ciências, pesquisas como a de Margaret Rossiter¹ mostram que as mulheres sofrem dois tipos de segregação na ciência. A primeira é a que ela chama de segregação hierárquica, onde as mulheres vão sendo excluídas ao nível que os degraus acadêmicos vão subindo, tornando a presença feminina quase nula nos níveis mais elevados. Já

¹ Pesquisa realizada no início da década de 1980. Disponível no livro *O feminismo mudou a ciência*. Londa Schiebinger. 2001.

a segunda segregação é a que ela chama de territorial, em que as mulheres se concentram em determinados campos de pesquisa tidos como de menor importância e, portanto, de menor prestígio. Segundo Londa Schiebinger

Hoje, as mulheres estão concentradas nas que são conhecidas como ciências *soft*: as ciências da vida e do comportamento e as ciências sociais, em que os salários são relativamente baixos, independente de sexo. Poucas mulheres são encontradas nas ciências *hard* ou físicas, cujo prestígio e pagamento são altos. (SCHIEBINGER, 2001, p. 78).

No Brasil, a segregação hierárquica tem início desde a educação básica² e, principalmente, na graduação, como nos mostra o estudo de Deise Amaro Agrello e Reva Garg (2009) que em 2007 o número de mulheres candidatas e matriculadas nas ciências exatas na Universidade de Brasília (UnB) é muito inferior à de homens.

Como dito anteriormente, as questões de gênero perpassam a minha trajetória de vida e acadêmica. Desse modo, ao refletir sobre tais questões, que ao vivenciá-las não foram percebidas, hoje consigo aprofundá-las e ressignificá-las.

Tendo em vista o que apontamos até aqui, este projeto de pesquisa pretende se aprofundar na seguinte pergunta:

Que cenários vêm sendo construídos na produção de conhecimentos dos Programas de Pós-Graduação em Educação de universidades públicas do Nordeste sobre feminismos, gênero e sexualidades?

Para tanto, nosso foco principal é a análise das produções acerca de feminismos, gênero e sexualidades nos Programas de Pós-Graduação *Stricto*

² A título de exemplo, durante o meu percurso de Ensino Médio, o meu professor de física, concentrava as explicações dos conteúdos à um pequeno grupo de meninos da sala, que sentavam-se próximos à ele, e durante a aula ele falava cada vez mais baixo e mais direcionado à esse grupo, fazendo com que as demais pessoas da sala não participassem da aula mesmo se quisessem. Tal fato não se dava pelo nosso grupo não ter aptidão ou interesse pela disciplina, pois eu e meu grupo de amigas nos dávamos bem nas avaliações e atividades, no entanto, pela forma que o professor agia, fazia com que nós perdêssemos o interesse nas aulas e, consequentemente, na disciplina.

Sensu em Educação das universidades públicas da Região Nordeste do Brasil. Para tal, os objetivos traçados foram:

1.1 Objetivos da pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os cenários que vêm sendo construídos na produção de conhecimentos dos Programas de Pós-Graduação em Educação de universidades públicas do Nordeste sobre feminismos, gênero e sexualidades.

Entre os objetivos específicos, destacamos os seguintes:

- Reunir fragmentos da história da Pós-Graduação no Brasil e, em especial, do Nordeste;
- Identificar as áreas de estudo e produção científica sobre gênero, sexualidades e feminismos nos Programas de Pós-graduação em educação;
- Sistematizar as questões mais atuais sobre produção de conhecimento em educação.

1.2 Estado da Arte: uma análise acerca da produção de conhecimento sobre feminismos, gênero e sexualidades

Ao refletirmos sobre a importância das produções científicas sobre feminismos, gênero e sexualidades nos deparamos com pesquisas que trazem novas metodologias que visam romper com as metodologias tradicionais, que não abrem espaço para pesquisas com as temáticas de gênero, pois estão centradas em modelos positivistas.

A categoria gênero vem passando, ao longo do tempo, por reconsiderações acerca de seu uso nas produções e pesquisas científicas. No início, seu uso era restrito a termos gramaticais que abordavam características sexuais e biológicas e traços de personalidade e caráter. Mas, a partir dos estudos feministas dos anos 1970, o termo gênero passou a ser posicionado no

campo do social. Mas como nos apontam as autoras Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015), as discussões sobre gênero, na maioria das vezes, são pautadas a partir do apontamento de uma divisão biológica baseada em dicotomias. Como nos dizem as autoras:

A maioria das discussões sobre gênero na sociedade enfatiza uma dicotomia. Ao começar a partir de uma divisão biológica entre homens e mulheres, define-se gênero como diferenças sociais ou psicológicas que correspondem a essa divisão, sendo construídas sobre ela ou causada por ela. Em seu uso mais comum, então, o termo “gênero” significa a diferença cultural entre mulheres e homens, baseada na divisão entre fêmeas e machos. A dicotomia e a diferença são a substância dessa ideia. Os homens são de Marte e as mulheres são de Vênus. (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 46)

Para essa definição há algumas objeções, como a noção de que a vida humana não se divide em duas esferas apenas, como essa divisão dicotômica anula as diferenças internas dentro de cada grupo como a diferença entre masculinidades violentas e masculinidades não violentas, entre outros exemplos trazidos pelas autoras. Havendo a necessidade de mudar o foco das diferenças e buscando focar nas relações sociais nas quais esses grupos e indivíduos atuam, entendendo o gênero como uma estrutura social e não uma expressão biológica ou uma dicotomia fixa, mas sim como um padrão nos arranjos sociais onde as atividades do cotidiano são formadas por esse padrão.

Diante dos avanços na pesquisa sobre gênero e sexualidades no âmbito da educação, fizemos um levantamento em cima das produções da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), entidade de destaque no Brasil, fundada em 16 de março de 1978, e que incentiva a pesquisa e produção em diversos temas do meio educacional. A ANPED é formada por 24 Grupos de Trabalho (GTs), que abarcam uma multiplicidade de temas acerca da educação. Para situarmos nosso levantamento ao tema desta dissertação, realizamos um levantamento no GT23, que trata da temática Gênero, sexualidades e educação, nas reuniões nacionais dos anos de 2006 a 2017, levando em consideração que não aconteceram reuniões nos anos de 2014 e 2016, e que 2017 foi a última reunião realizada disponível na biblioteca virtual³

³ Disponível em: <https://anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional> (Acesso realizado em 13/01/2022)

da ANPED, tendo alguns anos sem realização das mesmas, utilizamos o levantamento do total de dez reuniões.

Realizamos também um levantamento dos artigos publicados no periódico da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Cadernos Pagu⁴, que estuda as relações de gênero há mais de vinte anos, sendo uma referência nessa temática. Dentre as revistas de cunho nacional, como a Revista Estudos Feministas e a Revista Labrys, por exemplo, a escolha desse periódico se deu por ser uma revista consolidada, de caráter nacional, com grandes contribuições em produções feministas. Fizemos um levantamento de todos os artigos publicados com a temática “Gênero e educação” do ano de 2006 ao ano de 2021, visto que em alguns anos não houve nenhuma publicação relacionada a essa temática. E também realizamos um levantamento de todos os artigos publicados com a temática “Gênero e ciência” do ano de 2002 a 2020, pois também transcorreram anos sem nenhuma publicação no periódico sobre o tema. Escolhemos também esse transcurso de tempo por acreditarmos que ele irá nos ajudar a identificar o lugar de nossa pesquisa e a contribuição do nosso tema para refletir acerca do tema por nós abordado. Esse levantamento teve também a finalidade de conhecer: quantitativo de trabalhos publicados e o número de autoras/es, quais os principais temas que estão sendo pesquisados, qual a participação das/os autoras/es nos trabalhos por sexo e quais as características metodológicas dos trabalhos que se aproximam do nosso tema de pesquisa.

Além disso, também realizamos uma pesquisa das edições publicadas no ano de 2022 do periódico Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades⁵, publicado desde 2004 na versão on-line e desde 2012 também na versão impressa. A Revista Ártemis é uma revista semestral, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e em Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e tem como objetivo divulgar as produções científicas nos campos de gênero, feminismos e sexualidades. A revista conta com um considerável número de publicações a cada edição, contribuindo bastante para as discussões nesses campos. A escolha desse periódico para produção do

⁴ Disponível em: <http://www.scielo.br/cpa> (Acesso realizado em 20/01/2022)

⁵ Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/index> (Acesso: 21/12/2022)

Estado da Arte se deu pelo fato de ser uma revista produzida no Nordeste, que muito tem contribuído nos estudos feministas decoloniais na região.

Para dar conta do que nos propusemos, selecionamos primeiramente a ANPED, especificamente o GT23 e delimitamos nosso estudo nos últimos dez encontros nacionais realizados pela Associação, analisando os artigos produzidos conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Trabalhos apresentados no GT23 nas reuniões da ANPED nos últimos 10 encontros nacionais (2006 - 2017)

Reunião da ANPED	Nº de trabalhos	Nº de autoras/es
29ª Reunião (2006)	12	17
30ª Reunião (2007)	16	17
31ª Reunião (2008)	11	16
32ª Reunião (2009)	12	13
33ª Reunião (2010)	*	*
34ª Reunião (2011)	15	20
35ª Reunião (2012)	17	20
36ª Reunião (2013)	17	23
37ª Reunião (2015)	26 ⁶	37
38ª Reunião (2017)	21	29

* A página de acesso aos arquivos desta edição está sem funcionamento. (Links: <http://33reuniao.anped.org.br/> ou <https://anped.org.br/reunioescientificas/nacional> Acesso em 10/01/2022)

No levantamento inicial que realizamos no GT23, identificamos 147 trabalhos que traziam de alguma forma o estudo sobre gênero, sexualidades e educação. Nesse GT encontramos trabalhos com temáticas diversificadas, mas percebemos um predomínio nos trabalhos com a temática gênero e sexualidades, gênero e homossexualidade e identidades de gênero. No entanto,

⁶ Sendo 3 trabalhos classificados como excedentes.

encontramos apenas um trabalho com a temática gênero e produção científica, conforme apresentaremos na análise abaixo.

Dos trabalhos encontrados no GT23, percebemos uma forte tendência nos estudos acerca do corpo, gênero e sexualidades, onde, do total de trabalhos, 14 trazem essa perspectiva de estudo. O trabalho de Patrícia Abel Balestrin (2007) teve como foco analisar representações de sexualidades presentes num Curso Normal noturno de uma escola particular de Porto Alegre. O artigo de Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (2011) visa a aproximação das noções de corpo veiculadas no ensino de Biologia em escolas públicas da cidade de Uberlândia-MG. Já o trabalho de Andrea Costa da Silva e Vera Helena Ferraz de Siqueira (2012), busca identificar as mediações introduzidas pelos livros didáticos e paradidáticos na discussão das sexualidades e das relações de gênero no espaço escolar. O artigo de Elenita Silva (2012) aborda os problemas apontados por professoras e professores em sala de aula, no ensino de Ciências, acerca do diálogo com as crianças sobre corpo e sexualidades. O trabalho de Maria Simone Vione Schwengber (2013), analisa a generificação dos corpos, principalmente do corpo feminino, a partir das campanhas publicitárias que fortalecem as formações culturais de feminilidade e masculinidade.

A temática gênero e homossexualidade também apareceu em predominância nas publicações do GT23 no período pesquisado, sendo encontradas 14 publicações que abordam o tema. O artigo de Anderson Ferrari (2006) traz uma análise da participação de três grupos gays na construção de dois modelos de homossexuais e investiga a contribuição desses grupos no fortalecimento de discursos, saberes e poder dos membros. O texto de Rogério Diniz Junqueira (2009), investiga a promoção da heteronormatividade e negação da homofobia nas escolas. Já o artigo de Neil Franco Pereira de Almeida (2011) contextualiza como a discussão da homossexualidade e de gênero se inserem na escola através de documentos oficiais da educação. O artigo de Lucélia de Moraes Braga Bassalo (2011) faz uma análise de discussões realizadas por professores da Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal acerca dos sentidos e significados atribuídos por esses professores sobre a homossexualidade. O trabalho de Cláudia Pereira Vianna e Maria Cristina Cavaleiro (2015) examina os modos como garotas e garotos, entre 16 e 17 anos,

elaboram suas experiências, constroem identidades e, muitas vezes, enfrentam a LGBTfobia no ambiente escolar.

Dos trabalhos investigados no GT23, também encontramos uma significativa representação de outros artigos publicados que têm como temática gênero e identidade (14), gênero e maternidade (10), gênero e formação docente (9), transexualidades (7), gênero e currículo (7), corpo, gênero e sexualidades (6), gênero e infância (6), gênero e livro didático (6), profissionalização feminina (6), educação física e esportes (5), gênero e masculinidade (5), sexualidades e saúde (5), gênero, sexualidades e juventude (5), pânico moral e “ideologia de gênero” (5), teoria queer (4), gênero e envelhecimento (3), violência sexual (3), docência masculina (2), gênero e relações familiares (2), estudos de gênero na educação superior (2). Para além desses temas, encontramos também publicações que tratam da educação de jovens e adultos, gênero e inclusão social, prostituição, sexualidade feminina e gênero e produção científica, no qual apresentam apenas um artigo. Por se aproximar do nosso campo de pesquisa, realizamos na íntegra a leitura dos artigos de Constantina Xavier Filha (2009) e de Márcia Ondina Vieira Ferreira (2015), que trazem estados da arte sobre as produções científicas acerca dos estudos de gênero e sexualidades e realizamos a sistematização de seus percursos teórico-metodológicos, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Sistematização dos trabalhos que versam acerca do Estado da Arte sobre Gênero e sexualidades

Título	Autores/ Instituição	Abordagem teórica	Metodologia	Ano de publicação
Catálogo eletrônico de produções bibliográficas sobre educação sexual e de gênero - décadas de 1930 a 1985.	Constantina Xavier Filha - UFMS	Estudos de gênero e pressupostos foucaultianos.	Pesquisa bibliográfica, análise documental e análise de conteúdo.	2009

O campo do gênero na ANPED. Hipóteses em construção.	Márcia Ondina Vieira Ferreira - PPGE/UFPE	Estudos de gênero e educação.	Pesquisa bibliográfica, análise de conteúdo.	2015
---	---	-------------------------------	--	------

Ao analisar a participação das/os autoras/es nos trabalhos publicados na ANPED, pudemos observar que há uma maioria de publicações feitas por mulheres, mas que há um número considerável de publicações realizadas por homens, conforme podemos observar no Quadro 3.

**Quadro 3: Participação nos artigos segundo o sexo
(ANPED 2006 - 2017)**

Trabalhos	Sexo			
	Mulheres		Homens	
	Quant.	%	Quant.	%
29 ^a Reunião (2006)	14	82,4	3	17,6
30 ^a Reunião (2007)	12	70,6	5	29,4
31 ^a Reunião (2008)	14	87,5	2	12,5
32 ^a Reunião (2009)	9	69,2	4	30,8
33 ^a Reunião (2010)	*	*	*	*
34 ^a Reunião (2011)	14	73,7	5	26,3
35 ^a Reunião (2012)	16	80,0	4	20,0
36 ^a Reunião (2013)	17	73,9	6	26,1
37 ^a Reunião (2015)	33	89,2	4	10,8
38 ^a Reunião (2017)	22	75,9	7	24,1

* A página de acesso aos arquivos desta edição está sem funcionamento.
(Links: <http://33reuniao.anped.org.br/> ou <https://anped.org.br/reunioescientificas/nacional>)

Considerando que a educação é convencionada como uma profissão feminina a depender da etapa em que se encontre, percebemos que quando analisamos os níveis mais elevados da profissão há uma forte presença masculina, conforme podemos observar a nível de pesquisadoras/es pós-graduandos e ao analisar as publicações realizadas por essas pessoas. Ao analisarmos tais publicações no GT23 da ANPED, percebemos que as publicações realizadas por homens trazem como principais temas as discussões sobre homossexualidade, as relações de gênero presentes nos esportes, as discussões sobre masculinidades e a diversidade sexual.

Para ampliar os estudos acerca das produções científicas das categorias de gênero, sexualidades e produção de conhecimento, fizemos um levantamento dos artigos publicados nos Cadernos Pagu. As publicações deste periódico tiveram início no ano de 1993 e trazem grandes contribuições para os estudos de gênero no Brasil. Primeiro, realizamos uma busca de artigos publicados no periódico utilizando o termo “gênero e educação” e nos deparamos com um total de 26 artigos publicados com essa temática dos anos de 2006 a 2021, conforme podemos observar no Quadro 4.

Quadro 4: Trabalhos publicados sobre gênero e educação no Periódico Cadernos Pagu (2006-2021)⁷

Ano	Nº de trabalhos	Nº de autoras/es
2006	4	5
2007	1	1
2008	2	4
2009	1	2
2010	2	3
2011	1	2
2013	1	1
2015	1	1
2016	2	3
2017	1	2

⁷ Nesse período, transcorreram anos em que não houve publicações relacionadas à temática de gênero e educação, como podemos observar no quadro.

2019	1	2
2020	3	8
2021	6	11

Dos artigos investigados nos Cadernos Pagu com a palavra-chave “gênero e educação”, pudemos perceber que há uma maioria de estudos publicados nesse periódico que envolvem as relações de gênero na infância. Do total de trabalhos analisados, 8 traziam as relações de gênero na infância como tema principal de estudo. O artigo de Faria (2006) reúne pesquisas da área de educação infantil que analisam as relações de poder entre meninas e meninos de creches e pré-escolas. Assim como o trabalho de Vianna e Finco (2009), que também analisam as relações de poder presentes nos processos de socialização de crianças pequenas. O trabalho de Souza (2006), faz uma pesquisa de campo em uma escola pública de Campinas, no estado de São Paulo, onde analisa a relação das crianças com as diferenças sociais e as hierarquias de poder na sala de aula. Já o artigo de Silva e Luz (2010), analisa as concepções de educadoras sobre a educação de meninos na educação infantil. O artigo de Mariano e Altmann (2016) trata das relações de gênero em aulas de Educação Física na Educação Infantil e consistiu na observação de aulas e entrevistas com uma professora e um professor dessa disciplina. O artigo de Silva, Finco e Silva (2020) busca realizar uma atualização na pesquisa realizada por Faria em 2006, reunindo novas pesquisas acerca das relações de gênero na educação infantil, contribuindo assim para a formação de um estado da arte da temática discutida.

Dos artigos analisados também percebemos que há uma significativa contribuição de trabalhos que abordam temáticas diversas dentro dos estudos de gênero e educação, como relações de gênero e feminismo (3), maternidade (2), políticas públicas (2), socialização e cidadania (2), educação de mulheres (3), masculinidade hegemônica (1), educação sexista (1) e sexualidades e conservadorismo (2). Dois artigos tratavam do estudo de gênero e o ensino superior, no entanto nenhum deles abordava a temática da produção de conhecimento sobre gênero. O artigo de Rosemberg e Andrade (2008) trata da discussão sobre as desigualdades de gênero e raça a partir da análise dos perfis de candidatas/os ao Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da

Fundação Ford no Brasil, e o trabalho de Carvalho (2021) trata da pesquisa sobre as experiências de docentes e discentes mulheres sobre as relações de gênero na vida acadêmica em campos tradicionalmente masculinos, fazendo o recorte da Física.

Ao realizar a análise da participação de autoras e autores nas publicações sobre “Gênero e educação”, observamos que há uma participação muito maior de mulheres nas produções publicadas nos Cadernos Pagu, dos 26 trabalhos publicados, apenas 5 têm participação de homens em suas produções e ainda, desses 5, apenas 1 artigo foi produzido apenas por homens, conforme podemos observar no Quadro 5.

Quadro 5: Participação nos artigos sobre gênero e educação segundo o sexo (Cadernos Pagu)

Ano	Sexo			
	Mulheres		Homens	
	Quant.	%	Quant.	%
2006	4	80%	1	20%
2007	1	100%	0	0%
2008	3	75%	1	25%
2009	2	100%	0	0%
2010	3	100%	0	0%
2011	2	100%	0	0%
2013	1	100%	0	0%
2015	1	100%	0	0%
2016	3	100%	0	0%
2017	0	0%	2	100%
2019	1	50%	1	50%
2020	6	75%	2	25%
2021	11	100%	0	0%

Embora a maioria dos trabalhos tenham sido produzidos por mulheres, os trabalhos produzidos por homens abordam temáticas diversas dentro das relações de gênero, como as políticas públicas e a profissionalização feminina (1), as desigualdades de gênero e raça no ensino superior (1), a escolarização feminina (1), as relações de gênero na educação infantil (1) e a sexualidades na educação (1).

Visto que nossa pesquisa aborda a produção de conhecimento sobre feminismos, gênero e sexualidades no âmbito educacional, ainda nos Cadernos Pagu fizemos um levantamento das publicações usando como palavra-chave dessa vez, o termo “gênero e ciência” e, ao longo dos anos de 2002 a 2020, houve um total de 17 artigos publicados que abordam tal temática, conforme Quadro 6.

Quadro 6: Trabalhos publicados sobre gênero e ciência no Periódico Cadernos Pagu (2002-2020)⁸

Ano	Nº de trabalhos	Nº de autoras/es
2002	1	1
2006	3	4
2009	1	2
2016	6	12
2017	4	8
2019	1	3
2020	1	3

Dos 17 artigos encontrados nos Cadernos Pagu através da palavra-chave “gênero e ciência”, percebemos uma predominância de artigos que tratam da presença (ou ausência) das mulheres no campo da ciência e da tecnologia (8). O artigo de Osada e Costa (2006) analisa a presença de homens e mulheres nas ciências biológicas a partir do Projeto Genoma Fapesp (PGF). A pesquisa de Galindo (2016) aborda o marco das políticas de integração de gênero na Alemanha para estabelecer mecanismos de igualdade de gênero na ciência e na tecnologia. O trabalho de Feltrin, Costa e Velho (2016) investiga a presença de

⁸ Nesse período, houveram anos em que não ocorreram publicações relacionadas à temática de gênero e educação, como podemos observar no quadro.

mulheres no programa Ciência Sem Fronteiras na Unicamp. A pesquisa de Lima e Costa (2016), busca analisar aspectos das políticas científicas para a equidade de gênero no sistema científico e tecnológico implementadas no âmbito do Programa Mulher e Ciência. Já o artigo de Rodrigues e Guimarães (2016) delinea a participação feminina no esforço de pesquisa realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O artigo de Cordero (2017) trata dos avanços alcançados no marco universitário da Universidade de Costa Rica que trata dos estudos que colocam o tema da presença das mulheres e dos homens no campo da ciência e da tecnologia. E o trabalho de Martín, Arjonilla e Sedeño (2017), traz um compilado de publicações realizadas por seu grupo de pesquisa ao longo dos últimos dez anos com enfoque no tema gênero, ciência e tecnologia. Embora esses artigos tragam campos de pesquisa diversos, todos eles trazem em comum o estudo da presença das mulheres no campo da ciência e tecnologia.

Além desse tema, também houveram publicações que tratam da crítica feminista da ciência (2). Como o artigo de Keller (2006), que trata das mudanças realizadas na ciência a partir da crítica feminista, onde a autora aborda várias dessas mudanças, situando-as no campo da biologia. E o trabalho de Cabral (2006), que a partir dos estudos feministas da ciência e da tecnologia, tece críticas à neutralidade científica e ao determinismo tecnológico. As questões de gênero e a representação das mulheres cientistas em programas televisivos também aparece como campo de pesquisa nessa área (2). No artigo de Ribeiro e Rohden (2009), as autoras discutem as articulações percebidas na mídia entre natureza e as questões de gênero, analisando dois programas televisivos que trazem a explicação das diferenças de gênero e do amor materno a partir de uma visão essencialista e do privilégio do corpo biológico. E o artigo de Massarani, Castelfranchi e Pedreira (2019) aborda a representação das mulheres cientistas em programas televisivos de grande audiência, onde analisam que as vozes e presença das mulheres tendem a ser sub-representadas e pouco visíveis, além de aparecer com conotações simbólicas diferentes das dos homens, reproduzindo hierarquias e estereótipos.

Ainda na categoria de gênero e ciência, encontramos publicações que tratam de aspectos da medicina e da mulher (3). A resenha do livro de Dantes (2002), resultado de sua pesquisa de doutorado realizada no Instituto de

Medicina Social da UERJ, destaca a presença dos temas que tratam da diferença biológica entre os sexos e a vocação natural da mulher para a maternidade nas produções de médicos brasileiros do século XIX e início do século XX. Já o trabalho de Rohden e Alzugin (2016), discute sobre a divulgação de descobertas científicas em torno da ocitocina em diferentes veículos de comunicação no Brasil. Enquanto o artigo de Paletta, Nucci e Manica (2020), faz uma discussão sobre as relações entre corpo, saúde, tecnologias e gênero a partir da análise de aplicativos de monitoramento de ciclos menstruais e da gravidez. Para além desses temas já destacados, também encontramos o artigo de Costa e Feltrin (2016), onde as autoras refletem sobre os avanços alcançados e os desafios ainda vigentes na discussão sobre as inter-relações entre gênero, ciência e tecnologia. A pesquisa de Graf e Rius (2017), que se propõe a tornar visíveis as ações de transformações no tema de igualdade de gênero, bem como estimular a revisão de uma política de ciência e tecnologia com uma perspectiva de gênero que garanta o caminho da transformação.

O trabalho de Freitas e Luz (2017), que realizaram um estado da arte dos estudos sobre gênero, ciência e tecnologia no Brasil, a partir da pesquisa bibliográfica em artigos científicos publicados em quatro periódicos brasileiros da área de gênero, no período de 2000 a 2015. Por se aproximar do nosso tema de pesquisa, realizamos a leitura na íntegra deste trabalho, sistematizando e elencando seus aspectos metodológicos, conforme Quadro 7.

Quadro 7: Sistematização dos trabalhos que versam acerca do estado da arte sobre gênero e sexualidades

Título	Autores/ Instituição	Abordagem teórica	Metodologia	Ano de publicação
Gênero, Ciência e Tecnologia: estado da arte a partir de periódicos de gênero	Lucas Bueno de Freitas e Nanci Stancki da Luz - UTFPR	Estudos de gênero, ciência e tecnologia	Pesquisa bibliográfica, método quantitativo e análise de conteúdo	2017

E ao realizar o levantamento das autoras e autores por sexo, novamente pudemos notar que há uma maior quantidade de publicações realizadas por mulheres. Dos 17 trabalhos encontrados, apenas dois têm a presença de homens em sua construção e, nenhuma das pesquisas foi construída apenas por homens, havendo a presença feminina em todas elas, conforme Quadro 8. A partir dessa análise podemos entender que essa ausência de pesquisas realizadas por homens no que diz respeito ao gênero e ciência possa se dar pela questão de não haver um entendimento da necessidade de estudo dessa temática, por se tratar de um grupo que está consolidado na área e que naturaliza a sua presença na ciência e a ausência de mulheres na mesma.

Quadro 8: Participação nos artigos sobre gênero e ciência segundo o sexo (Cadernos Pagu)

Ano	Sexo			
	Mulheres		Homens	
	Quant.	%	Quant.	%
2002	1	100%	0	0%
2006	4	100%	0	0%
2009	2	100%	0	0%
2016	12	100%	0	0%
2017	7	87,5%	1	12,5%
2019	2	66,66%	1	33,33%
2020	3	100%	0	0%

Ainda com o objetivo ampliar os estudos acerca das produções científicas das categorias de gênero, sexualidades e produção de conhecimento, fizemos um levantamento dos artigos publicados nas dez últimas edições (2018-2022) da Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades. As publicações deste periódico tiveram início em 2004 em versão on-line e a partir de 2012 também na versão impressa e muito tem contribuído para as discussões

dentro dessa temática. A revista é de publicação semestral e no ano de 2022 obteve um total de 35 artigos publicados. No quadro abaixo podemos observar o quantitativo de artigos publicados por semestre no periódico nos anos analisados.

Quadro 9: Trabalhos publicados na Revista Ártemis no ano de 2022.

Ano	Edição	Número de trabalhos	Número de autoras/es
2022	v. 33 n. 1	18	34
2022	v. 34 n. 1	17	37

Os periódicos da Revista Ártemis contam com uma seção Dossiê, com temas específicos e uma seção Artigos, onde os artigos têm temática livre. A seção Dossiê da edição v.33, publicada no primeiro semestre de 2022, trouxe como tema “Virgínia Woolf e a cena modernista (1922 - 2022)” e contou com 9 (nove) artigos publicados, os quais abordam temas diversos a partir de obras da autora. Os temas tratados nos artigos foram: feminismo, direito e sexualidades; identidades; corporeidade e dualismo; crítica feminista; intermidialidade e modernismo; valorização da diferença; vida doméstica e estética. Na seção Artigos da mesma edição da revista, os temas são livres e a edição em destaque contou com 9 (nove) artigos publicados com temas como: movimento feminista; trabalho feminino; masculinidades; saúde das mulheres; violência sexual; movimento LGBTQIA+; violência contra a mulher; protagonismo feminino e saberes tradicionais femininos.

O artigo produzido por Camila Muhl investigou as percepções e significados atribuídos a uma vítima de estupro, a partir de um caso real nas redes sociais. O artigo de Felipe de Baére e Valeska Zanello foi escrito a partir da análise das vivências pessoais e da trajetória na militância de ativistas lésbicas e gays. O artigo de Suzane Grimm, Dimas de O. Estevam e Giovana I. J. Salvaro foi resultado do estudo do protagonismo de mulheres agricultoras do município de São Ludgero, sul de Santa Catarina, na busca de autonomia e emancipação. Ao realizar a leitura dos resumos da seção Artigos, é possível

perceber que, por ser uma seção com tema livre, há uma grande variedade de temas, como foi possível ver nos exemplos acima.

Ainda analisando o periódico Revista Ártemis, realizamos a coleta dos artigos da edição v.34, do segundo semestre de 2022. Nesta edição, a seção Dossiê teve como tema “Leituras decoloniais e feministas na literatura e outras artes” e teve um total de 12 (doze) artigos publicados. Dentre os temas presentes nos artigos, o artigo produzido por Alberto Pessoa e Carina Almeida traz a resistência da mulher escultora, com sua obra tensionada no feminismo e sustentabilidade. O artigo de Júlia Silva, Heloísa Herneck e Maria Simone aborda o feminismo antirracista a partir da obra de Lélia Gonzales. Maximiliano Torres e Douglas Gonçalves realizaram uma produção sobre a contribuição de Elza Soares na luta de gênero, classe e raça. De modo semelhante, o artigo produzido por Lina Ferrari, Marivete Gesser e Maria Juracy Toneli fez um estudo da trajetória de Stella do Patrocínio enquanto mulher negra, poeta e que foi aprisionada em um hospital psiquiátrico por ser considerada louca. Além disso, dentre as produções, encontram-se artigos sobre literatura decolonial, identidade da mulher negra, estratégias de decolonialidade e interseccionalidades.

A seção Artigos da mesma edição da revista, que traz artigos de temáticas diversas, contou com 5 (cinco) artigos publicados, dentre os quais o artigo produzido por Tatiani Gomes Gouvêa, Ana Louise Fiúza e Guélmer Júnior de Faria buscou identificar as tendências e contribuições teóricas da literatura internacional sobre as desigualdades de gênero na carreira docente superior. O trabalho de Hilziane Layza e Olivia Cristina Perez analisou os documentos de políticas públicas para mulheres em Teresina/PI na busca da presença ou ausência da interseccionalidade. O artigo de Lorena Rodrigues de Freitas analisou os relatos de um casal de mulheres lésbicas e sua relação com os padrões de heteronormatividade. Eduardo Augusto Farias e Marta Regina Furlan realizaram uma análise da relação entre adoção, gênero e políticas de proteção voltadas à família. E o artigo de Marcio Caetano, Nilcelio Sacramento e José Rodolfo analisaram imagens propagadas em redes sociais que colaboram para a desvalorização das diferenças e normatizam a concepção de família nuclear tradicional.

Analisamos também o quantitativo de autoras/es por sexo, onde podemos notar uma maior presença de produções realizadas por mulheres, semelhante ao que foi encontrado na busca realizadas nas outras plataformas, conforme vemos no quadro abaixo.

Quadro 10: Participação nos artigos publicados na Revista Ártemis por sexo (2022).

Ano	Sexo			
	Mulheres		Homens	
	Quant.	%	Quant.	%
2022.1	25	73,5%	9	26,5%
2022.2	25	67,6%	12	32,4%

Com base no exposto, finalizamos o estudo desse estudo da arte reafirmando a hipótese inicial de que, embora haja trabalhos que investigam a produção de conhecimento acerca de gênero, sexualidades e feminismos, essas produções são muito escassas, visto que foram encontradas apenas três publicações que abordam o tema, sendo duas no GT23 da ANPED e uma nos Cadernos Pagu. Na busca no periódico Revista Ártemis não foi encontrada nenhuma produção dentro do tema investigado. Além disso, não encontramos trabalhos publicados, tanto nos últimos encontros da ANPED, no GT23, como nas publicações do periódico Cadernos Pagu, e Revista Ártemis que trazem como temática o estudo da categoria gênero e ciência no que diz respeito ao gênero e produção de conhecimento nos cursos de Pós-Graduação. Concluímos então que todo esse contexto nos abre a possibilidade de explorar o potencial dessa categoria de estudo.

Dessa forma, este estudo está dividido em duas partes. A primeira, dedica-se ao estudo teórico onde o item **Ciência e produção de conhecimento**, discute a teoria do conhecimento científico, com abordagens de autores como Boaventura de Sousa Santos e a crítica à ciência e epistemologia feminista, com contribuições de autoras como Lucía Tosi, Sandra Harding, Cecilia Sardenberg e Londa Schiebinger. O item **Pós-Graduação no Brasil**, aborda a história e trajetória da Pós-Graduação no Brasil e da Pós-Graduação em Educação,

através de apontamentos de autores como Janete Azevedo, Acacia Kuenzer, Manuelli Neuenfeldt e Silvia Isaia. E o item **Gênero e sexualidades na educação**, trata da discussão de gênero, sexualidades e feminismo, trazendo contribuições de autoras/es como Joan Scott, bell hooks, Raewyn Connell e Rebecca Pearse e Heloísa Buarque de Hollanda.

Na segunda parte do estudo, trazemos o item **Metodologia**, onde delimitamos o tipo de estudo, a abordagem, a delimitação e o método da pesquisa, as técnicas de coleta de dados e as etapas da pesquisa, com contribuições de autores como Gil, Bernadete Gatti, Deslandes, entre outros. O item **Um olhar sobre os programas de Pós-Graduação em Educação do Nordeste**, fizemos uma apresentação sobre esses programas, trazendo quais são os programas presentes em cada estado e suas linhas de pesquisa. Já no item **Análise e sistematização de dados**, refletimos sobre os dados coletados em campo, o total de publicações em cada programa, quais os subtemas presentes dentro das temáticas gerais. Por fim, no item **Considerações finais** trazemos as principais considerações deste estudo, buscando responder à pergunta inicial, além de trazer as dificuldades encontradas, as ausências e as possibilidades de futuras pesquisas a serem realizadas.

Parte1: Estudo Teórico

2.1 CIÊNCIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

2.1.1 *Teoria do conhecimento e conhecimento científico*

Podemos traçar um histórico acerca do pensamento científico a partir da teoria do conhecimento, que é a parte da filosofia que estuda as relações entre sujeito e objeto no ato de conhecer. Dessa forma podemos dizer que algumas reflexões filosóficas sobre o conhecimento racional surgiram na Grécia Antiga com o surgimento da cosmologia, que dentro da filosofia é a tentativa de explicar o mundo, ou o Universo, como um todo, e que surgiu para desmistificar a ideia do surgimento do Universo, a partir da vontade e do poder de deuses. Podemos então compreender a cosmologia como uma filosofia focada no racional. A filosofia grega pode ser dividida em dois momentos, de acordo com o que se investigava. O primeiro momento é denominado de período Pré-Socrático, que se preocupava em investigar questões externas ao homem, como a origem da natureza, por exemplo. O segundo momento é o período Pós-Socrático, onde as investigações e análises passam a se voltar para as questões internas ao homem, como as questões éticas. Sobre esses dois períodos Haudrey Calvelli e Maria de Fátima Lopes (2011) dizem que

No período Pré-Socrático o filósofo Heráclito ao elaborar questões sobre o conhecimento afirma que tudo flui e incorpora as contradições ao apreender a realidade na sua mudança no seu *de vir*, ou seja, na *luta dos contrários*: dessa forma, intuiu a lógica dialética que nos revela que o processo do conhecimento ocorre nas oposições realizadas entre a tese e a antítese (CALVELLI e LOPES, 2011, p. 348)

No entanto, outros filósofos desse período trazem uma visão oposta, como Parmênides, que diz que há uma necessidade de uma relação entre o ser e o pensar, ou seja, para ele as coisas que existem fora de si são idênticas ao pensamento e o que não consigo pensar não o pode ser na realidade.

As autoras ainda nos trazem que

No período Pós-Socrático temos a colaboração para a teoria do conhecimento dos sofistas e de Sócrates. Para os sofistas a verdade é uma construção humana e ao afirmar que “O homem é a medida de todas as coisas” pretende-se exaltar a

capacidade de construir a verdade. (CALVELLI e LOPES, 2011, p. 348)

Já a filosofia de Sócrates busca o *logos*, ou seja, o conceito. Para Sócrates a verdade e o conhecimento são universais e não relativos ao homem como acreditavam os sofistas.

A teoria do conhecimento elaborada pelos gregos traz uma oscilação entre os sentidos e a razão onde ambas as perspectivas são marcadas pela busca de um pensamento racional e sistemático. Ao estudar sobre a filosofia grega podemos perceber uma visão androcêntrica do conhecimento, já que exclui a participação de mulheres na elaboração do conhecimento, pois apenas os homens participavam da produção do conhecimento. No entanto, a participação das mulheres fica ainda mais excluída da teoria do conhecimento no pensamento filosófico durante o período medieval. Este período foi marcado pela subordinação à igreja católica, que era detentora de grande parte do conhecimento produzido na antiguidade greco-romana e provedora da educação durante séculos.

Na Idade Moderna o sujeito torna-se o centro da questão do conhecimento e a produção de conhecimento desse período pode ser dividida em duas correntes: o Racionalismo e o Empirismo. O Racionalismo parte da ideia de que a verdade está enraizada no bom uso da razão, tendo a razão humana o poder de separar o verdadeiro do falso através do bom-senso. Como nos aponta Boaventura de Sousa Santos (2008), o modelo de racionalidade que antecede a ciência moderna foi desenvolvido durante a revolução científica que teve início no século XVI e que foi desenvolvido nos séculos seguintes, dentro do domínio das ciências naturais, se estendendo às ciências sociais apenas no século XIX. A partir desse momento, pode-se então falar de um modelo de racionalidade científica global que se distingue do conhecimento não científico, o senso comum e os estudos humanísticos, que estão aí incluídos os estudos filosóficos, históricos, jurídicos, entre outros. Ainda segundo Santos (2008)

[...] a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. (SANTOS, 2008, p. 21).

Os autores desse período trazem uma nova visão de mundo que conduz as distinções entre senso comum e conhecimento científico, bem como entre natureza e pessoa humana. O que dá à racionalidade científica, elaborada nesse período, um caráter excludente. Para os pensadores da racionalidade científica há uma total separação entre a natureza e o ser humano, onde a natureza é passiva e passível de dominação pelo ser humano. A matemática é atrelada à ciência moderna como instrumento de análise, como lógica da investigação e ainda como modelo de representação da própria estrutura da matéria). Segundo Santos (2008), do lugar central da matemática na ciência surgem duas principais consequências

Em primeiro lugar, conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições. [...] O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. Em segundo lugar, o método científico assenta na redução da complexidade. O mundo é complicado e a mente humana não pode compreender completamente. Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou. (SANTOS, 2008, p. 27 e 28).

Essa visão traz uma delimitação do que é conhecimento e exclui todas aquelas que não se encaixam nesse modelo. Apesar de ser uma visão arbitrária, todo o conhecimento científico da modernidade é assentado nela. Santos (2008) nos fala que as leis da ciência moderna são um tipo de causa formal, desenvolvida por Aristóteles, que “privilegia o como funciona das coisas em detrimento de qual o agente ou qual o fim das coisas” (SANTOS, 2008, p. 30) e, que é dessa forma que o conhecimento científico rompe com o senso comum, pois enquanto no senso comum a intenção e a práticas estão atreladas, no conhecimento científico a determinação da causa é obtida com a exclusão da intenção (Santos, 2008). O desenvolvimento das leis físicas e matemáticas determinam um mundo estático, um mundo-máquina que vem trazer à luz um poderoso pensamento da modernidade, o mecanicismo.

Segundo a mecânica newtoniana, o mundo da matéria é uma máquina cujas operações se podem determinar exactamente por meio de leis físicas e matemáticas, um mundo estático e eterno a flutuar num espaço vazio, um mundo que o racionalismo cartesiano torna cognoscível por via da sua decomposição nos elementos que o constituem. Esta ideia do mundo-máquina é de tal modo poderosa que se vai

transformar na grande hipótese universal da época moderna, o mecanicismo. (SANTOS, 2008, p. 31)

O desenvolvimento dessas leis reduziram toda a complexidade da natureza, tornando a racionalidade o modelo hegemônico da modernidade, que aos poucos se ampliou do estudo da natureza para o estudo da sociedade, trazendo pensamentos acerca da plasticidade da natureza humana e da previsibilidade da ação coletiva, que vem se condensar no pensamento empirista, que enfatiza o papel da experiência no processo do conhecimento.

No século XVIII houve uma condensação das primeiras formulações da consciência filosófica da ciência moderna, desenvolvidas no racionalismo e no empirismo, dando origem ao positivismo oitocentista, onde só haveria duas formas de conhecimento, “as disciplinas formais da lógica e da matemática e as ciências empíricas segundo o modelo mecanicista das ciências naturais” (SANTOS, 2008, p. 33), as ciências sociais surgiram como sendo empíricas e, teve o modelo mecanicista seguido de formas diversas, no entanto existem duas vertentes principais. Uma, considerada por Santos (2008) como dominante, consistia em aplicar todos os princípios metodológicos e epistemológicos das ciências da natureza ao estudo da sociedade, já a segunda, considerada como marginal, consistia em reivindicar uma epistemologia e metodologia próprias. Segundo Santos “estas suas concepções têm sido consideradas antagónicas (sic.), a primeira sujeita ao jugo positivista, a segunda liberta dele”. (SANTOS, 2008, p. 34).

No século XIX, filósofos como Nietzsche e Kierkegaard trazem críticas ao racionalismo, atribuindo o papel da subjetividade na produção do conhecimento. Para eles o conhecimento não passa de uma interpretação, de uma atribuição de sentidos, não sendo possível fazer uma explicação da realidade. Dessa forma não seria possível o estudo das ciências sociais da mesma maneira que se dava o estudo das ciências naturais, visto que

[...] as ciências sociais não dispõem de teorias explicativas que lhes permitam abstrair do real para depois buscar nele, de modo metodologicamente controlado, a prova adequada; as ciências sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados; as ciências sociais não podem produzir previsões fiáveis porque os seres humanos modificam o seu comportamento em função do conhecimento que sobre ele se adquire; os fenômenos

sociais são de natureza subjetiva e como tal não se deixam captar pela objetividade do comportamento; as ciências sociais não são objetivas porque o cientista social não pode libertar-se, no ato de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também a sua prática de cientista. (SANTOS, 2008, p. 36).

Entretanto, as ciências sociais tendiam a assumir características das ciências naturais, dado o caráter dominante desta segunda. Diante do caráter subjetivo das ciências sociais, surgiram reivindicações para uma metodologia própria, que visasse compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes e dos sentidos que os sujeitos conferem às suas ações, utilizando métodos qualitativos, visando obter um conhecimento intersubjetivo, descritivo e comprehensivo, e não métodos quantitativos, como os usados nas ciências da natureza, que visam um conhecimento objetivo e explicativo. (Santos, 2008).

Filósofos como Michel Foucault e Jacques Derrida trazem a importância de se considerar a subjetividade na produção do conhecimento, pois

[...] ao enfatizarem que todo o conhecimento é uma construção, decretam a crise da razão e da ciência européia, atribuindo a todo conhecimento o caráter parcial e provisório. Estabelecendo assim, uma ruptura com a visão mecanicista do mundo, uma herança cartesiana. (CALVELLI e LOPES, 2011, p. 350)

Podemos então dizer que surgem novas epistemologias na contemporaneidade que trazem outras ideias de conhecimento, inserindo o sujeito do conhecimento não mais como aquele cientista isolado, que é neutro na pesquisa e livre de emoções, mas sim como um sujeito que interage com sua pesquisa, com os sujeitos participantes dela e com seus resultados, podendo alterar no caminho, suas observações, suas hipóteses e suas teorias, construindo o conhecimento no “caminhar” da sua pesquisa. Dentre essas novas epistemologias, destacamos aqui a epistemologia feminista, da qual trataremos a partir deste ponto.

2.1.2 Mulher na ciência: as epistemologias feministas

O debate acerca da importância da educação das mulheres e de sua participação na produção de conhecimento não é recente. Christine de Pizan fez, no começo do século XV na França, uma reivindicação do direito das mulheres à educação, conhecida como *Querelle des Femmes* (querela das mulheres), que durou quatro séculos. Uma defesa inédita de seu sexo, numa França onde a misoginia reinava, dando início a um longo debate que teve participação de mulheres e homens de diversos países europeus.

A situação das mulheres na ciência é uma temática que tem crescido nos últimos anos nos estudos acadêmicos e nos movimentos feministas. Desde a “segunda onda feminista”⁹, os estudos sobre as mulheres e a ciência e tecnologia na sociedade têm se multiplicado, sobretudo trazendo um enfoque ao conceito de gênero, já que estamos em um mundo determinado pelo gênero, que molda o que somos e como pensamos, então nossas concepções quanto à ciência também não fogem a esta realidade. A crítica feminista vai além de uma denúncia da exclusão das mulheres na ciência, para uma própria crítica à Ciência Moderna, que tem como pressuposto a neutralidade e que a crítica feminista vem mostrar que ela na realidade nunca foi neutra. Cecília Sardenberg nos mostra que

[...] pensar em uma ciência feminista - ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada - requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista - de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento -, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado. (SARDENBERG, 2007, p. 3)

É importante lembrar, no entanto, que a teoria feminista tem suas raízes históricas no Iluminismo, e buscava na razão as causas da subordinação da mulher na sociedade. Porém, tornava-se cada vez mais evidente, como observou Grosz em 1995 que

⁹ Momento que marca o início e intensificação dos estudos e teorizações da condição social da mulher, onde os estudos feministas vêm a questionar o papel da mulher na sociedade.

[...] não seria possível simplesmente incluir as mulheres nas teorias nas quais elas foram antes excluídas, já que essa exclusão era um princípio estruturador fundamental e um pressuposto chave dos discursos patriarcais. (GROSZ *apud* SARDENBERG, 2007, p. 5)

As pensadoras feministas vêm questionando há muito tempo os parâmetros científicos do que pode vir a ser conhecimento ou quem pode ser sujeito do conhecimento. Um eixo central dessa problematização de ordem epistemológica, concentra-se, como nos diz Antônio Conceição e Lina Aras (2014, p. 12), “na análise da natureza revolucionária do olhar feminino sobre o mundo e, portanto, no potencial inovador da pesquisa científica gerada por mulheres”. O conhecimento produzido sobre e, principalmente, pelas mulheres sempre foi tido como inferior, de menor valor, seja pelos objetos e assuntos de suas pesquisas, seja pela atitude das pesquisadoras, ditas como incapazes de agir com neutralidade diante de suas pesquisas, confundindo e misturando pesquisa e militância. Essas e outras críticas refletem como as mulheres são vistas socialmente, o que reflete na visão da academia sobre elas, dificultando a legitimidade do conhecimento produzido por essas mulheres.

A epistemologia feminista visa, ao contrário de negar algumas dessas críticas, como a impossibilidade de separar teoria e prática, afirmar que tal ação faz parte de seu compromisso com as transformações sociais. Tal epistemologia faz parte da crítica ao modelo científico cartesiano, enfatizando que

as mulheres que reconhecem e aceitam os pressupostos feministas sobre o mundo praticarão ciência de modo diverso num mundo que legitime esses pressupostos: usarão uma metodologia diferente ou se basearão num conjunto diferente de práticas para observar e compreender o mundo à sua volta; serão conscientes da intencionalidade de seus estudos e dos usos que deles se farão. (CONCEIÇÃO e ARAS, 2014, p. 13)

A crítica à ciência feita pelo pensamento feminista visa mostrar as áreas que o pensamento científico ocidental necessita de revisão, buscando um movimento libertário do preconceito construído nas ciências sociais e biológicas que desafiam as produções teóricas feitas pelas mulheres. A visão da ciência iluminista negava que as mulheres possuíssem racionalidade e capacidade de observação objetiva exigida pelo pensamento científico. Elas podiam ser objetos de observação masculina, mas não sujeitos de mentes reflexivas. Nessa

concepção apenas os homens eram vistos como produtores de conhecimento, e apenas aqueles que pertenciam à classe, raça e cultura dominante. Tal visão se mostrou bastante opressora e que a epistemologia feminista objetiva romper ao realizar a crítica feminista à ciência, que teve início a partir dos anos 1970, onde constata-se que a maioria dos cientistas são homens e começa-se a questionar essa realidade e se propor a romper com ela através da construção de modelos de ciência implicados. No entanto, as divergências existentes entre os olhares e posturas do pensamento feminista, torna impossível falar em uma epistemologia feminista única, sendo mais adequado indicar que existem várias epistemologias que conversam e divergem entre si.

O primeiro modelo de epistemologia feminista foi o empirismo feminista, realizado por Sandra Harding (1991), que se preocupava com a sub-representação das mulheres na ciência e buscava atraí-las para a investigação na tentativa de aumentar essa representatividade. Modelo este que sofre questionamentos porque funciona dentro do paradigma tradicional de ciência. Dialogando com uma epistemologia e filosofia política, a perspectiva teórica do *standpoint* traz como foco a perspectiva do oprimido, elegendo de modo mais específico a opressão sofrida pelas mulheres. Como nos diz Donna Haraway

Nessa perspectiva as mulheres evidenciam um privilégio epistêmico que adviria da sua própria condição feminina o que as torna ideais para estudar as mulheres. Para as teóricas do stand point (sic.) o conhecimento é parcial, contextualizado e experencial. (HARAWAY *apud* CONCEIÇÃO e ARAS 2014, p. 15)

Dentro dessa perspectiva, a proposta é que a exclusão vivenciada pelas mulheres dentro de uma sociedade estruturada em uma desigualdade de gênero permite a vivência de determinados aspectos de opressão que não são facilmente compreendidos por sujeitos que não se encontram nesta posição social. Neste sentido, as mulheres cientistas são consideradas oprimidas pela comunidade científica sexista, tendo seu trabalho desvalorizado, analisado como inferior diante de pesquisas realizadas por homens. Para a epistemologia construída pelas feministas perspectivistas¹⁰, para combater a opressão

¹⁰ O feminismo perspectivista se sustenta no pressuposto de que as desigualdades de gênero operam de várias maneiras, no sentido de produzir experiências qualitativas diferentes para mulheres e homens. Dessa forma, o feminismo perspectivista defende um saber alavancado na perspectiva e experiência das

patriarcal presente na ciência seria através da valorização da experiência das mulheres e da necessidade de dar voz a essas mulheres. Tais correntes epistemológicas sofrem críticas no que diz respeito ao essencialismo e diferencialismo defendidos por elas, ao se basearem em um privilégio epistemológico da condição feminina.

A epistemologia feminista pós-moderna e pós-estruturalista traz a ideia da subjetividade como forma de conhecimento, centrando-se na elaboração genderizada da construção da ciência moderna. Essa epistemologia critica a ideia de sujeito universal, pois tal ideia lhe atribui homogeneidade, unidade, negando o que há de subjetivo. A epistemologia feminista pós-moderna e pós-estruturalista problematiza a própria ideia do ser mulher no sentido universal, para essas teóricas não há uma unidade universal e essencial do ser mulher que contemple todas as mulheres. Conceição e Aras nos apontam que

A teorização feminista desenvolveu-se a partir da necessidade de uma forma de produção acadêmica que problematizasse as relações entre os sexos, mais do que produzisse análises a partir do privilegiamento do sujeito. (CONCEIÇÃO e ARAS, 2014, p. 16)

Na construção teórica feminista há o entendimento de que as mulheres possuem uma maneira própria de abordar os objetos, tendo um aporte diferenciado, que rompe com a visão da produção de conhecimento como processo absolutamente racional, a visão feminista incorpora à produção do conhecimento uma visão subjetiva, emotiva, questionando a divisão razão/emoção. Essa visão feminista de ciência e produção de conhecimento propõe uma nova relação entre teoria e prática, onde o sujeito não está alheio e imparcial ao campo, mas envolvido com o seu objeto de conhecimento.

As epistemologias feministas não cessam por aqui, existe uma infinidade de pensamentos e produções de conhecimento de cunho feminista além dos que mencionamos, sejam eles mais críticos à Ciência Moderna, questionando os pressupostos de neutralidade e objetividade, ou aquelas que não realizam questionamentos à concepção tradicional de ciência, apoiando-se apenas na luta por igualdade de oportunidades feminina nas ciências. Não nos interessa

mulheres, ou seja, uma epistemologia enraizada nas desigualdades de gênero que se quer erradicar. (COSTA, 2017, p.3)

aqui elencar todas essas possibilidades, mas sim tornar visível a existência de produção de conhecimentos que rompe com os paradigmas tradicionais de fazer ciência. Pontuamos também nossa concordância com as epistemologias feministas que rompem com a neutralidade científica, enfatizando a possibilidade e a necessidade de se produzir conhecimento por um viés subjetivo, onde a relação entre a teoria e prática não é isenta de emoção. Vale ressaltar que, uma produção de conhecimento pelo viés subjetivo não implica em uma produção de conhecimento que abandona a razão, mas sim que nenhuma produção de conhecimento é neutra e isenta de compromissos.

2.2 Pós-Graduação no Brasil

2.2.1 A Pós-Graduação no Brasil: um breve histórico

Os cursos de Pós-Graduação são aqueles realizados após a graduação, como o próprio nome sugere. É preciso que, antes que sigamos, possamos compreender que existem duas modalidades de Pós-Graduação e quais as diferenças entre elas. Existe a Pós-Graduação *Lato Sensu*, que corresponde a uma especialização, um aperfeiçoamento, uma espécie de extensão da graduação. E a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, que é uma etapa da educação formal que está diretamente ligada aos outros níveis de ensino, já que seus alunos são oriundos das etapas anteriores, onde ao final dessas etapas, é realizada uma defesa pública de dissertação ou tese, provenientes de uma pesquisa desenvolvida ao longo do processo formativo e se obtém uma titulação, de mestre no nível de mestrado e de doutor no nível de doutorado. E que como nos diz Dermeval Saviani (2000) está

[...]organizada sob as formas de mestrado e doutorado, possui um objetivo próprio, distinto daquele dos cursos de graduação sendo, por isso mesmo, considerada como a pós-graduação propriamente dita. Nessa condição, diferentemente dos cursos de graduação que estão voltados para a formação profissional, a pós-graduação *stricto sensu* se volta para a formação acadêmica traduzida especificamente no objetivo de formação de pesquisadores. (SAVIANI, 2000, p. 2)

É sobre a Pós-Graduação *Stricto Sensu* que iremos nos ater neste texto e trazer seu percurso histórico de formação e consolidação no Brasil.

A experiência universitária é algo bem recente no Brasil, pois no período colonial não havia interesse da coroa portuguesa em instaurar nenhuma universidade no território brasileiro. Após a proclamação da independência alguns projetos de criação de universidades no Brasil surgiram, mas até aquele momento nenhum prosperou. Saviani (2000) nos relata que

É somente após a Revolução de 1930 com as Reformas Francisco Campos promulgadas em 1931, que é instituído o regime universitário no Brasil, através do decreto 19.851, de 11 de abril de 1931 que trata do Estatuto das Universidades Brasileiras. (SAVIANI, 2000, p. 4)

A partir desse momento foram sendo organizadas as universidades no território brasileiro, e os cursos se situavam no nível de graduação e os professores da própria universidade eram formados por um processo espontâneo dentro das próprias universidades por agregação, pelo catedrático ou por destaque nas disciplinas durante o processo de formação.

No âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, através da Lei Nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, sancionada pelo então Presidente da República, Dutra sanciona a Lei de criação do Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPq, que tem como objetivo promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica. Mais tarde, em 6 de novembro de 1974, durante a Ditadura Militar, o Conselho Nacional de Pesquisas é transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mas preserva-se a sigla CNPq. A partir dos anos 1980, o CNPq amplia sua atuação operando em diversas frentes, como na criação do Prêmio Jovem Cientista, a implementação da Rede Nacional de Pesquisa, a RNP, que levou a implantação da internet brasileira, entre outras ações.

A Capes, que foi criada em 11 de julho de 1951, por meio do Decreto nº 29.741, era uma comissão destinada à promoção do aperfeiçoamento de pessoal de nível superior e até antes de 1964 a sua função era a de conceder bolsas de estudos. Com o Golpe de 1964, houve um movimento para extinguir a Capes, onde professores da Universidade do Rio de Janeiro mobilizaram-se para convencer o governo a não fazê-lo. Em 1966, com as reformas

educacionais que ocorreram, a Capes ganhou novas atribuições e um orçamento próprio, aumentando suas ações e passando a atuar na qualificação dos professores das universidades brasileiras.

A década de 1960 marca o crescimento e aumento da exigência da expansão do ensino superior no Brasil, e traz a pós-graduação contemplada em parâmetros de existência em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, que no art. 69 traz o seguinte

Art.69: Nos estabelecimentos de Ensino Superior podem ser ministrados os seguintes cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação; b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; c) de especialização, aperfeiçoamento, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (BRASIL, 1961)

Com a publicação desse artigo, a pós-graduação estava contemplada para que pudesse existir em instituições de ensino superior. O primeiro grande impulso da pós-graduação ocorreu a partir da regulamentação desse nível de ensino através do “Parecer nº 977 de 3 de dezembro de 1965, do Conselho Federal de Educação (CFE), conhecido como *Parecer Sucupira*.” (NOBRE e FREITAS, 2017, p.28). Esse período de implantação da pós-graduação no Brasil, chamado por Saviani (2000) de “período heróico” (sic.) teve início no ano de 1965 com a implantação do primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação no Brasil em nível de mestrado, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E em 1969 o Conselho Federal de Educação, através do conselheiro Newton Sucupira, regulamenta a implantação da pós-graduação no Brasil. E a partir daí desencadeia-se a implantação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil. Segundo Saviani (2000), durante a fase de implantação da pós-graduação no Brasil foi necessário trazer as condições do nada para que a pós-graduação pudesse funcionar. Segundo ele

[...] a pós-graduação foi sendo implantada suprindo-se a carência de infraestrutura com muito trabalho e criatividade como, por exemplo, na falta de bibliotecas adequadas, a aquisição de livros por parte dos docentes que os transportavam no porta-malas do próprio veículo para

disponibilizá-los junto aos alunos nas instituições em que os programas começavam a funcionar. (SAVIANI, 2000, p. 5).

A necessidade da implantação dos cursos de pós-graduação se justifica pelo próprio texto do documento do Parecer Sucupira, que fala que o grande progresso do saber, tornou os cursos de graduação insuficientes para atender as exigências atuais de maneira qualificada. Dessa forma, o parecer demonstra uma preocupação para além da regulamentação dos cursos de pós-graduação, mas também com a qualificação do corpo docente que iria atuar no ensino superior, além de estimular a pesquisa e treinar esses profissionais, que era uma preocupação atual do governo.

Com o tempo, e com apoio da CAPES, as condições de implantação foram sendo preenchidas e os programas sendo instalados em ritmo acelerado até a sua consolidação, que acontece com a ampliação dos programas de mestrado e, principalmente, quando surgem os programas de doutorado. Em 1981, como nos trazem Lorena Nobre e Rodrigo Freitas

[...] a Capes foi reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação Stricto Sensu, em 1981, pelo Decreto nº 86.791 e também como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. (NOBRE e FREITAS, 2017, p. 29)

Essas novas atribuições fortaleceram o papel da Capes, que desde então tem acompanhado e coordenado atividades relativas ao nível superior de ensino, elaborando Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). Esses planos tinham e têm, ainda nos dias de hoje, o objetivo de diagnosticar os Cursos de Pós-Graduação no Brasil, com a finalidade de nortear as instituições e o governo acerca das necessidades dos programas nas regiões brasileiras, onde definem novas metas e estratégias, definem novas diretrizes para avançar nas propostas das políticas de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Cada PNPG traz um ponto a ser dado ênfase, dada a necessidade do momento, mas traçando também um panorama geral. No primeiro PNPG (1975-1979) foram identificadas as demandas das universidades no sentido de formar docentes, pesquisadores e profissionais diversificados e também encaminhar e executar projetos de pesquisa. Nesse momento considerava-se que a expansão da pós-graduação

vinha acontecendo de maneira espontânea, e que havia a necessidade agora de tornar essa expansão a partir de um planejamento estatal. De acordo com o documento do PNPG 2011-2020

Em função desse diagnóstico, as principais diretrizes foram:

- Institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe financiamento estável;
- Elevar os atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização dos recursos;
- Planejar a sua expansão, tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões. (BRASIL, 2010, p.25)

Os recursos financeiros disponibilizados nesse período foram absorvidos principalmente na região Sudeste, o que repercute até os dias atuais na questão da consolidação e disparidades regionais, no entanto, no ano de 1980 o Nordeste contava com cinco cursos de mestrado em educação, mesmo que com dificuldades em relação à um sistema centralizado e concentrado no Sudeste.

No segundo PNPG (1982-1985) a formação de docentes qualificados continuou sendo o objetivo central, mas sua ênfase se voltava para a qualidade do ensino superior, especificamente da pós-graduação, buscando o aperfeiçoamento e institucionalização da avaliação. Como a preocupação com a expansão do número de estudantes na pós-graduação havia sido uma questão do primeiro Plano, o lado quantitativo foi deixado mais de lado nesse segundo PNPG e o foco foi mais na questão qualitativa. Segundo o documento do PNPG 2011-2020

A questão central do II PNPG não foi apenas a expansão da capacitação docente, mas a elevação da sua qualidade, enfatizando-se, nesse processo, a importância da avaliação, da participação da comunidade científica e do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica. (BRASIL, 2010, p.26)

Embora a questão do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica apareça no segundo Plano, é no terceiro que ela aparece como questão central. Ainda na vigência desse plano, foram feitos esforços na intenção de abastecer as regiões Norte e Nordeste de uma rede de cursos de pós-graduação, no intuito de reduzir sua dependência na pós-graduação nacional. O terceiro PNPG (1986-1989) trouxe como principal ênfase do plano o

desenvolvimento da pesquisa e a integração da pós-graduação ao sistema de ciência e tecnologia, já que o governo buscava uma independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil. Segundo o documento

Essa ideia se expressava na afirmação de que não havia um quantitativo de cientistas suficiente para se atingir plena capacitação científica e tecnológica no país, tornando-se importante o progresso da formação de recursos humanos de alto nível, considerando que a sociedade e o governo pretendiam a independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil, no século XXI. Dentro dessa perspectiva, a ênfase principal desse plano estava no desenvolvimento da pesquisa pela universidade e a integração da pós-graduação ao sistema de ciência e tecnologia. (BRASIL, 2010, p. 26)

Em 1995, a Capes passou por algumas reestruturações, fortalecida como instituição responsável pela avaliação dos cursos de pós-graduação do Brasil. Neste ano, “o sistema de pós-graduação ultrapassou a marca dos mil cursos de mestrado e dos 600 de doutorado, envolvendo mais de 60 mil alunos” (BRASIL *apud*. NOBRE e FREITAS, 2017, p.30). No ano de 1996, a Capes organizou uma comissão executiva para organizar um Seminário Nacional que serviria para discutir a pós-graduação brasileira e ajudar na construção do quarto PNPG, no entanto, diversos fatores, entre eles problemas orçamentários, impediram que o documento construído a partir deste seminário se constituísse no quarto PNPG, como planejado. No entanto, nas versões escritas e de circulação restrita aos membros da diretoria da CAPES, apresentava-se uma preocupação com o desequilíbrio regional, a qualidade da avaliação, a integração entre a graduação e a pós-graduação, entre outros fatores.

O quinto Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010) visou o aprimoramento da avaliação qualitativa nos programas de pós-graduação, a preocupação com a solidariedade entre os cursos, o seu impacto social, o combate às assimetrias, a expansão da cooperação internacional, entre outros fatores. Segundo o documento do PNPG

O objetivo principal do PNPG 2005-2010 foi o crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, com o propósito de atender com qualidade às diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país. Esse Plano teve ainda como objetivo subsidiar a formulação e a

implementação de políticas públicas voltadas para as áreas de educação, ciência e tecnologia. (BRASIL, 2010, p.29)

O PNPG (2011-2020) mais recente mantém o foco na expansão da cooperação internacional, visando o aumento da quantidade de estudantes estrangeiros nas universidades brasileiras, bem como a presença de estudantes brasileiros no exterior, em congressos e eventos internacionais, no doutorado sanduíche e na realização de doutorado completo no exterior. (BRASIL, 2010, p. 21-22). Após o PNPG com vigência até 2020 não houve produção de nenhum novo plano. Tal fato pode ser entendido como resultado das políticas de desvalorização da educação, bem como de tentativa de desmonte da educação pública superior propagadas pelo governo presidencial vigente no período de 2019 a 2022.

A construção dos Planos Nacionais de Pós-Graduação se mostra muito importante no avanço da pós-graduação no Brasil, no sentido de fazer um panorama geral dos programas, buscar melhorias na qualidade dos cursos oferecidos, bem como na expansão dos programas pelo país. Desde o período do primeiro impulso na pós-graduação brasileira no ano de 1965 até os dias atuais, houve um crescimento exponencial, sobretudo a partir do final dos anos 1990 nos programas de pós-graduação espalhados pelo Brasil, conforme tabela apresentada por Nobre e Freitas (2017) onde em 1976 havia 699 programas, sendo 518 de mestrado e 181 de doutorado. Esses números seguem crescendo, onde observamos que no ano de 1990 existiam 993 programas de mestrado e 469 de doutorado. Os programas de mestrado profissional têm início a partir dos anos 2000, onde os dados trazidos por Nobre e Freitas mostram a existência de 98 programas de mestrado profissional, 1.620 de mestrado e 903 de doutorado.

Uma conclusão do PNPG mais recente (2011-2020) é a de que houve crescimento do sistema de pós-graduação em vários aspectos. Quanto ao número de programas, onde em 2009¹¹ havia

2.719 programas em atividade responsáveis por 4.101 cursos, sendo: 2.436 de mestrado (59,4%); 1.422 de doutorado (34,7%) e 243 de mestrado profissional (5,9%). Havia 57.270 docentes e 161.117 estudantes matriculados ao final de 2009, sendo destes 103.194 alunos de mestrado e

¹¹ Ano base apresentado nos dados do PNPG mais recente. Disponível em <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>> . Acesso em 17/04/2022.

mestrado profissional e 57.923 alunos de doutorado. (BRASIL, 2010, p. 45)

Em 2010 os programas de mestrado já se somam 2.771, os de doutorado 1.630 e 356 de mestrado profissional. Em 2016 são 3.398 programas de mestrado, 2.030 de doutorado e 703 de mestrado profissional. Em 2020¹², de acordo com os dados da GEOCAPES, são 3.638 programas de mestrado, 2.278 de doutorado e 800 de mestrado profissional. Essa expansão dos programas de pós-graduação no Brasil se deve às políticas de pós-graduação e pesquisa, através das agências, como a Capes e o CNPq, e das universidades, principalmente as universidades públicas, que têm uma grande atuação no que diz respeito à criação de programas de pós-graduação e o compromisso na efetivação da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (Nobre e Freitas, 2017).

A Pós-Graduação no Nordeste passou, assim como toda a Pós-Graduação no Brasil, por um longo percurso até se consolidar, no entanto, nota-se uma invisibilização do mesmo nos documentos oficiais que tratam sobre o tema, bem como nas produções acadêmicas, dada a dificuldade em encontrar produções que falem sobre essa região. Poucos foram os dados encontrados que tratassem da Pós-Graduação especificamente da região Nordeste, de como foi sua fundação, bem como sua trajetória, mas sobre isso, como nos dizem Betania L. Ramalho e Vicente de P. C. Madeira, quando falam dos programas do Norte e Nordeste que

Do Amazonas à Bahia encontram-se cursos e programas que têm crescido em quantidade e se desenvolvido em qualidade, como demonstrado nas avaliações oficiais, na crítica e na aceitação da comunidade. É uma marca visível no atual estágio dos programas das duas regiões uma nova cultura acadêmico-científica. Não se trata apenas de indicadores mensuráveis estatisticamente, mas de novo patamar nas relações constitutivas de cursos e programas, na formação e na pesquisa. (RAMALHO e MADEIRA, 2005, p.70)

No entanto, esse não foi um percurso rápido, mas sim o resultado de uma longa caminhada que envolveu diversas etapas.

¹² Ano mais recente disponível na base de dados da GEOCAPES. Disponível em <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 18/04/2022.

2.2.2 A Pós-Graduação em Educação

A pós-graduação em educação teve como marco inicial a aprovação do primeiro curso de mestrado, no final do ano de 1965, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Assim como os demais cursos de pós-graduação, sua meta era formar profissionais qualificados e preparar pesquisadores, mas para além disso, a pós-graduação em educação preocupava-se com as questões sociais, tendo como compromisso a emancipação dos sujeitos frente à sociedade em que estão inseridos. Como nos dizem Manuelli Neuenfeldt e Silvia Isaia (2008)

[...] não se pode pensar em educação e, consequentemente, em cursos de pós-graduação em educação, sem pensar no comprometimento que essa formação (como curso) e produção de conhecimento (como pós-graduação *stricto sensu*) têm com a comunidade. O conhecimento que a educação propicia para os professores precisa ser utilizado como ferramenta de mediação para a construção de uma vida digna e consciente. (NEUENFELDT e ISAIA, 2008, p.91)

Quando falamos em educação estamos nos referindo igualmente ao conhecimento, assim como quando falamos em pós-graduação, estamos referindo-nos à produção desse conhecimento, fazendo-se necessário alinhar as práticas pedagógicas numa sólida formação epistemológica para que se possa educar no sentido de uma prática de liberdade e autonomia, pois como nos diz Severino (2006, p. 40), “a prática educacional só pode ancorar na convergência com os valores objetivos responsáveis pela emancipação dos sujeitos humanos em sua existência real no seio da sociedade histórica.” A universidade forma os profissionais que atuam na sociedade, seja na educação básica, seja nos cursos superiores, onde trabalham na construção da sociedade. A pós-graduação em educação começou a ganhar seu espaço na luta pela democratização e pela justiça social, tendo a expansão dos cursos a preocupação com o social como tema central.

O compromisso social que a pós-graduação em educação revela ter faz com que tudo o que vem sendo pesquisado e construído enquanto conhecimento deva ser amplamente divulgado e discutido nos diversos setores da sociedade.

A pós-graduação em educação está consolidada no Brasil, como nos falam Betania Ramalho e Vicente Madeira que

Podemos afirmar que a pós-graduação no país, e na área de educação particularmente, é, sem dúvida, uma experiência consolidada, tendo atingido significativo êxito, com bons resultados a contabilizar, seja na preparação de recursos humanos de alto nível, seja na produção científica, seja na criação da identidade das diferentes áreas. (RAMALHO e MADEIRA, 2005, p. 72).

Dessa forma, um importante órgão responsável pela consolidação do caráter científico das produções realizadas na área de educação é a ANPED¹³, que se tornou um órgão reconhecido nacional e internacionalmente por se destacar enquanto um importante fórum de debate das questões científicas da área de educação e que hoje é referência no acompanhamento das produções científicas brasileiras do campo educacional. Na nota editorial da edição número 30 da Revista Brasileira de Educação, que trata do histórico da pós-graduação em educação no Brasil, Bianchetti e Fávero (2005) destacam a importância da Associação na sua atuação em dar caráter científico às produções da área da educação. Dessa forma, a ANPED se firma como um importante órgão para a educação brasileira. Como nos dizem Neuenfeldt e Isaia, é perceptível que

A pós-graduação em educação vem se desenvolvendo em todos os sentidos. Além de um crescimento em termos numéricos, de acesso e titulação, a atenção que se tem dado a esse nível de ensino assumiu uma importância indiscutível (NEUENFELDT e ISAIA, 2008, p. 93).

A qualidade tem sido uma prioridade dos programas de pós-graduação em educação, preocupação essa que pode ajudar a compreender a realidade e os problemas da educação no Brasil, tendo a pesquisa em educação se mostrado de grande relevância para o desenvolvimento do país.

¹³ Traçamos um breve histórico da ANPED no Estado da Arte dessa produção, presente na introdução da mesma.

2.3 Gênero e Sexualidades na Educação

2.3.1. Gênero e sexualidades

Nas ciências humanas, o termo gênero¹⁴ tem seu significado voltado para indivíduos de sexos diferentes ou coisas sexuadas, mas nos últimos tempos tem adquirido novos significados, posicionando-se no campo do social, diferente do termo sexo, que se posiciona no campo biológico. Para Joan Scott,

O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

Quando trazemos o foco do estudo de gênero para o caráter social, não significa que estamos negando seu caráter biológico, mas sim, enfatizando que não é este que determina os papéis das mulheres e dos homens, e sim a construção histórica e social que se faz sobre essas características biológicas. Assim, Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) abordam que

O gênero é uma dimensão central da vida pessoal, das relações sociais e da cultura. É uma arena em que enfrentamos questões práticas difíceis no que diz respeito à justiça, à identidade e até à sobrevivência. O gênero é também um assunto sobre o qual há um bom tanto de preconceitos, mitos e franca falsidade (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 25).

Na sociedade em que vivemos os papéis de mulheres e homens estão bem determinados, pois as relações de gênero são fruto de padrões sociais. Portanto esses papéis começam a ser desenvolvidos desde antes do nascimento do bebê, quando se prepara um enxoval baseado no sexo da criança, onde o azul é a cor escolhida para os meninos e rosa para as meninas.

¹⁴ No dicionário, o termo gênero vem acompanhado de diversos significados, como: 1. Conceito generalista que agrupa em si todas as particularidades e características que um grupo, classe, seres, coisas têm em comum; 2. [Biologia] Grupo da classificação dos seres vivos que reúne espécies vizinhas, aparentadas, afins, por apresentarem entre si semelhanças constantes; família, raça: o lobo é uma espécie do gênero *canis*; 3. [Gramática] Categoria gramatical que se baseia na diferenciação entre masculino, feminino e neutro. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/gênero/>

Depois disso, vem as mensagens da família e de amigos sobre o que se espera desta menina ou deste menino, eles são ensinados pela mãe, pelo pai e pela família sobre seus deveres, e logo depois vem a escola, a mídia, o trabalho e outros meios, para solidificar esses deveres. A desigualdade nas relações entre homens e mulheres têm sido construídas por normas e valores, consolidados por instituições ao longo do tempo. Desde o início dos registros da história da humanidade o homem é privilegiado em oportunidade e poder. Estamos tão familiarizados com a representação de certos papéis sociais, que passamos a acreditar que os mesmos fazem parte da natureza humana; como se fosse natural do homem ser mais racional e da mulher ser mais emocional, o homem mais corajoso e a mulher mais medrosa, entre outras dicotomias.

As relações de gênero são fruto de um processo construído socialmente, como nos diz Magali Moraes que “se inicia ao nascimento e continua ao longo da vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres” (MORAES, 2008, p. 103). Essa desigualdade perpassa pelo âmbito das sexualidades, da reprodução, do trabalho e do exercício da cidadania. Desta maneira, a mulher, historicamente, tem sido ensinada desde o nascimento que o seu papel é de ser mãe, cuidar dos outros, impondo que seu lugar é no lar, o que a marginaliza dos espaços públicos e das decisões da sociedade. Segundo Guacira Lopes Louro

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (LOURO, 2014, p. 28).

Por isso a importância de se colocar o debate de gênero no âmbito social e educacional, pois, como nos diz Guacira Louro, “é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos”. (LOURO, 2014, p.26). Desta forma, as explicações para as desigualdades entre os gêneros devem ser buscadas na história, nas disposições sociais e não nas diferenças biológicas.

Assim, se faz necessário entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. As problematizações quanto à naturalização do ser mulher e do ser homem vêm se multiplicando há bastante tempo, desde que a

filósofa feminista Simone de Beauvoir faz essa afirmação com sua célebre frase “Não se nasce mulher, torna-se”. O mesmo podemos afirmar com relação aos homens, não se nasce homem, são fatores externos que os formam. Esse processo é debatido quando tratamos das identidades de gênero. Sobre isso, Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) abordam que

A identidade inclui nossas ideias sobre esse pertencimento (à categoria de gênero) e o que este significa, ou seja, que tipo de pessoa somos, como consequência de sermos mulher ou homem. Essas ideias não nos são apresentadas quando somos bebês como um pacote fechado no início da vida. Desenvolvem-se (há controvérsias sobre exatamente em que momento) e vão sendo detalhadas ao longo dos anos enquanto crescemos (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 38).

Sabemos que o sujeito não se constitui de apenas uma identidade, mas de múltiplas identidades, que não são fixas, se transformam e podem até ser contraditórias; o que leva o sujeito à sensação de pertencimento a diversos grupos sociais – sexuais, étnicos, de classe, etc. Um mesmo sujeito é mulher, é preta, é brasileira, é lésbica, é professora, é ativista, é militante, ou seja, possui múltiplas identidades. Então, concordamos com Guacira Louro quando ela diz que é algo que “transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o”. (LOURO, 2014, p.29).

Nas relações homem-mulher¹⁵, vemos as dicotomias muito presentes e tendo um papel fundamental para impor o lugar de cada um, como por exemplo a dicotomia razão-emoção, que impõe que o homem é o detentor do raciocínio prático e objetivo, enquanto as decisões das mulheres estão permeadas de seu emocional. Julgando então que a mulher é incapaz de decidir sobre qualquer questão de forma racional, pois seu emocional sempre irá permear todas as suas decisões, e que dessa forma não estariam aptas a tomar decisões importantes. A lógica dicotômica está enraizada em nossa sociedade, e nos faz esquecer que essa oposição é construída e não fixa, se fazendo necessária a desconstrução dessa ideia. Nessa direção Guacira Louro afirma que

[...] essa lógica supõe que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um pólo dominante e outro dominado – e essa seria a única e permanente forma de relação entre os dois elementos. O processo desestruturativo

¹⁵ Para romper com as hierarquias presentes nas dicotomias é preciso inverter a ordem em que elas aparecem, mulher-homem, emoção-razão etc.

permite perturbar essa ideia de relação de via única e observar que o poder se exerce em várias direções (LOURO, 2014, p. 37).

Essa oposição binária entre os sexos e gêneros traz como consequência a exclusão dos sujeitos, mulheres, negras/os, LGBTQIA+ etc., que não se enquadram na forma como o masculino e o feminino são colocados nessa lógica. O que mostra uma grande importância na desconstrução desse pensamento dicotômico dos gêneros.

Os argumentos utilizados sobre as características biológicas do gênero, ainda são as que determinam os argumentos finais nas discussões sobre o tema, seja no âmbito dos diálogos informais, seja elaborado na linguagem científica. O que torna necessário rebater esse tipo de argumento, demonstrando que não são as características sexuais que dizem o lugar da mulher e do homem na sociedade, mas sim as formas como essas características são valorizadas no meio social.

2.3.2. Feminismos

Até se constituir enquanto movimento político, o feminismo passou por longas trajetórias. Tendo início com contestações de mulheres como Nísia Floresta (1810-1885), Olympe de Gouges (1748-1793), entre outras, que questionavam os papéis das mulheres na sociedade. É aí que temos os primeiros registros de mulheres que foram de encontro às imposições de gênero de suas épocas. O sufragismo, movimento que é marcado como a primeira onda do feminismo¹⁶, surge da luta das mulheres pelo direito ao voto. Apesar dessas reivindicações terem sido atendidas formalmente, na prática não era bem o que acontecia. Sobre a reivindicação das mulheres do movimento sufragista, Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy vem nos dizer

¹⁶ Utilizaremos aqui as “ondas do feminismo” apenas como um caráter de nos situar em uma perspectiva histórica para compreensão da evolução do movimento feminista, apontando tendências do movimento, mas esta não deve ser limitadora, ou desconsiderar contradições, trajetórias e diversidade no campo social, visto que, a expressão pode remeter a um caráter finito e sedimentado do movimento.

O que as mulheres reivindicavam era tão-somente um direito defendido, em tese, pelas ideias liberais, e recusado, na prática, por um governo composto pelo próprio partido liberal. Só o alcançaram em 1928, como consequência de uma luta que se estendeu por mais de seis décadas (ALVES e PITANGUY, 1985, p.47).

Após a conquista das mulheres do direito ao voto, era claro que esse movimento estava fadado a desaparecer. No entanto, os questionamentos que surgiram com ele, vieram incorporar outros aspectos que configuraram a condição social das mulheres, naquela época. O direito das mulheres de trabalhar, por exemplo, veio não como uma conquista, mas sim como uma necessidade, devido ao início de uma nova guerra mundial, que mandava os homens para os campos de batalha fazendo com que as mulheres precisassem assumir os postos de trabalho para sustento de suas famílias, porém, com o retorno dos homens da guerra, as mulheres precisaram abdicar desses postos de trabalho e retornar ao lar. Nesse período existiu uma grande contribuição da mídia, que veiculava mensagens que enfatizavam que o lugar das mulheres era em casa, cuidando do marido, dos filhos e dos afazeres domésticos.

A partir da década de 1960, com o surgimento de inúmeros movimentos revolucionários, como o movimento hippie, as manifestações estudantis, as manifestações contra a guerra do Vietnã e as resistências contra as ditaduras militares na América Latina, que influenciaram o renascimento dos ideais feministas. O feminismo veio incorporar outras vertentes de luta além das desigualdades de direitos, como questionamentos quanto às raízes culturais destas desigualdades. E com esses pensamentos veio questionar a ideia de que mulheres e homens já teriam por natureza seus papéis a serem exercidos na sociedade, onde ao homem está delegado os papéis externos, de provedor, e à mulher os papéis internos, devido sua função criadora. Essa diferenciação contribui para mascarar uma hierarquia de poder do homem sobre a mulher. A obra “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, de 1949, é um marco do início da segunda onda feminista, onde, segundo Cecil Zinani (2009)

Partindo da consideração de que a mulher nunca é o Um, mas sempre é o Outro, aponta a subordinação feminina como uma questão ontológica: é o inessencial que não retorna ao essencial. Essa obra foi um marco no pensamento feminista,

discutindo a questão da mulher através de vários ângulos: da biologia, da psicanálise, do materialismo histórico, a fim de demonstrar como a realidade feminina se constitui como o Outro e quais as consequências desse posicionamento. (ZINANI, 2009, p.412)

A segunda onda do feminismo foi marcada pela busca da igualdade no movimento americano e pela valorização das diferenças no movimento francês.

[...] Nesta fase, percebeu-se que a injustiça social não estaria adstrita à questão classista, uma vez que, além da classe, o gênero e a raça também estariam inseridos no processo de opressão de determinados grupos, uma vez que “as práticas sociais tinham impedido algumas pessoas de serem incluídas nessa categoria universal e buscava remover os obstáculos para a realização de seus direitos individuais”. (SCOTT *apud* SIQUEIRA e BUSSINGUER, 2020, p. 151).

Essa onda também é marcada pelo início dos *Women's Studies* (Estudos de Mulheres), onde mulheres podiam se informar sobre pensamentos e teorias feministas e também os primeiros ensaios sobre gênero, como o clássico de Gayle Rubin, escrito em 1975.

A terceira onda feminista é marcada a partir da década de 1990, apesar de o início dessa fase ter raízes ainda em meados da década de 1980, e surge como meio para corrigir e preencher lacunas deixadas pela segunda onda feminista. Essa fase buscou contestar as definições essencialistas de feminilidade, apoiadas principalmente nas experiências de mulheres brancas de classe média-alta. Com esse questionamento do padrão branco, mulheres negras começaram a se destacar no movimento e lutar por espaço para trazer diferentes experiências vividas por mulheres de condições sociais e étnicas diferentes daquelas que já eram ouvidas. A terceira onda do feminismo foi marcada por diversos questionamentos internos e pelo olhar crítico das feministas sobre o próprio movimento, o que permitiu que novas ideias surgissem e novas estratégias fossem criadas. Olívia Perez e Arlene Ricoldi (2019) nos apontam que

Outro traço importante da terceira onda nos EUA é a abordagem pós estruturalista da sexualidade e a ampla incorporação desses estudos pelo campo de gênero, no qual autoras como Judith Butler são representativas, mas

referências como Donna Haraway e Thomas Laqueur são também importantes (PEREZ e RICOLDI, 2019, p. 5)

Na atualidade, o movimento feminista tem reivindicado a igualdade de direitos entre mulheres e homens em todos os níveis, seja no campo público, seja no âmbito privado. Acredita-se que esta ideologia das relações de poder entre os sexos está baseada mais no social do que no biológico. O feminismo vive agora a sua quarta onda, tendo início por volta do ano de 2010, e este surge não mais como um movimento único, mas sim como *feminismos*, trazendo reivindicações de mulheres diversas, com demandas diversas, que Heloísa Buarque de Hollanda (2018) chama de “feminismos das diferenças” (HOLLANDA, 2018, p. 12). Sobre o surgimento da quarta onda do feminismo, Hollanda nos diz que

Embora só em 2015 a quarta onda feminista tenha alcançado maior amplitude, capaz de atingir diferentes setores da sociedade, desde o início da década de 2010 ela já vinha mostrando sua força em manifestações públicas (HOLLANDA, 2018, p.33).

A quarta onda do feminismo surge também com um aliado muito importante para este momento, a internet. É através dela que esses movimentos ganham força, com suas *hashtags* unificadas, mulheres do mundo todo se unem na luta pelos seus direitos. É através da internet também que esses movimentos se organizam.

Ainda sobre os feminismos das diferenças, no texto “Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”, Judith Butler, ao falar sobre o feminismo, chama a atenção para o cuidado que se deve ter ao invocar a categoria “mulheres” para não unificar esse termo, pois tal categoria não deve ser entendida com um sentido universal, como nos diz Butler (1998)

[...] qualquer esforço para dar conteúdo universal ou específico à categoria mulheres, supondo-se que essa garantia de solidariedade é exigida de antemão, produzirá necessariamente facções e que a “identidade” como ponto de partida jamais se sustenta como base sólida de um movimento político feminista (BUTLER, 1998, P. 24).

Quando tentamos universalizar o termo “mulheres” estamos excluindo desse sentido diversas mulheres que não venham a se encaixar nesse significado. Desconstruir o sujeito do feminismo, como nos propõe Judith Butler,

é deixar esse termo “aberto” para futuras significações, que não estão previstas no presente, mas que poderão vir a surgir no futuro e, dessa forma, não serão excluídas e marginalizadas.

Apesar de toda trajetória do movimento feminista, nem todas as mulheres estavam contempladas nas reivindicações e conquistas - e ainda hoje não -, como deixou claro a fala de Sojourner Truth em 1851, quando participou da Convenção dos Direitos da mulher em Akron, Ohio, onde pronunciou seu famoso discurso, “Não Sou Uma Mulher?”. Na ocasião, Sojourner viu algumas mulheres falando sobre as mulheres, mas o que elas falavam não a contemplava, suas demandas não eram ouvidas, não faziam parte daquelas reivindicações. Em seu discurso ela disse

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carroagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carroagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (SOJOURNER TRUTH, 1851).¹⁷

O discurso de Sojourner mostra que, embora desde aqueles anos já houvesse uma luta pela libertação das mulheres, estas são diversas e, portanto, possuem opressões e demandas diferentes. Ao longo da história e da trajetória do movimento feminista, as demandas de algumas mulheres foram deixadas de fora das pautas feministas, e essas mulheres começaram a reivindicar o direito a ter voz nesse movimento. A partir da consciência de que existem distintas realidades, interesses e necessidades entre as mulheres e também a partir da visão de que essas mulheres diversas também sofrem diferentes formas de opressão, de acordo com suas realidades é que surge o feminismo interseccional.

¹⁷ Disponível em <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>

Além de Sojourner, outras mulheres que não se encaixavam nas demandas do feminismo branco reivindicaram sua visibilidade no movimento feminista, como aponta Judith Butler (1998) que

[...] no começo da década de 1980, o ‘nós’ feminista foi atacado com justiça pelas mulheres de cor que diziam que aquele ‘nós’ era invariavelmente branco e que em vez de solidificar o movimento, era a própria fonte de uma dolorosa divisão (BUTLER, 1998, p. 24).

Cada vez mais os diferentes grupos de mulheres, com suas demandas específicas chamam atenção para tais demandas e para a necessidade de serem ouvidas e atendidas em suas reivindicações. Em seu livro “O feminismo é para todo mundo”, bell hooks fala da importância de percebermos que uma revolução feminista sozinha, ou seja, que lute apenas pela libertação das mulheres, não dará conta de criar um mundo onde todas e todos poderemos ser quem somos em liberdade, a autora chama nossa atenção para a importância de lutarmos contra o racismo, o imperialismo, o elitismo para que possamos então construir uma sociedade livre e justa para todas as pessoas. (HOOKS, 2020).

O feminismo interseccional parte do pressuposto de que além das opressões de gênero, existem outros fatores que contribuem para a opressão dos grupos de mulheres, como raça, classe e sexualidades, e isso deve ser considerado nas demandas do movimento. Basicamente é a ideia de que não dá para dizer que existe uma mulher universal, como nos fala Judith Butler (1998), mas sim vários grupos de mulheres com questões específicas de acordo com suas realidades. As demandas das mulheres brancas são diferentes das demandas das mulheres negras, por exemplo, e isso deve ser pensado pelo movimento. O feminismo interseccional nasceu como uma crítica ao feminismo branco, trazendo uma maior troca de experiências entre mulheres e considerando que as opressões de uma sociedade patriarcal só serão superadas se todas essas diferentes mulheres se unirem em prol de uma luta que contemple as demandas de todos esses grupos. O feminismo que, anteriormente, trazia pautas mais unificadas surge na atualidade com diversos movimentos, cada um com suas próprias demandas, estão entre esses movimentos o feminismo negro, lésbico, de mães, mulheres transgênero (trans),

entre muitos outros que se cruzam em suas demandas e especificidades através da interseccionalidade.

Parte 2 - Estudo Empírico

3.1 Metodologia

Para desenvolver esta pesquisa e atingir os objetivos que nos propusemos, foi realizada uma pesquisa documental, investigando as produções de conhecimento dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Nordeste do Brasil acerca das produções sobre feminismos, gênero e sexualidades. Como nos diz Antonio Carlos Gil (2021), a pesquisa documental é elaborada com base em materiais já publicados, onde tradicionalmente este tipo de pesquisa estava limitado a publicações em livros, revistas, teses e outros materiais impressos, mas, com a atualização dos formatos de publicações, a pesquisa bibliográfica abrange atualmente também novos formatos de informação, como os materiais disponibilizados na Internet. A escolha dessa temática se deu inicialmente pelo interesse em analisar quais são as produções que estão sendo realizadas nos programas de pós-graduação em educação do Nordeste que abordam os estudos de gênero, sexualidades e feminismos.

Para atingir nosso objetivo na pesquisa, este estudo foi pautado numa abordagem quantitativa e qualitativa (quanti-quali), com o intuito de investigar quais são as produções de conhecimento acerca de feminismos, gênero e sexualidades nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Nordeste. Bernadete Gatti (2004), citando Falcão e Régnier (2000), nos diz que

[...] a análise de dados quantitativos constitui-se em um trabalho que propicia que “a informação que não pode ser diretamente visualizada a partir de uma massa de dados poderá sê-lo se tais dados sofrerem algum tipo de transformação que permita uma observação de um outro ponto de vista”. [...] a quantificação abrange um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair de seus dados subsídios para responder à(s) pergunta(s) que o mesmo estabeleceu como objetivo(s) de seu trabalho. (GATTI *apud* FALCÃO e RÉGNIER, 2004, p. 14-15)

Os métodos quantitativos são recursos que nos servem para análise dos dados encontrados no campo de pesquisa, sem nos submetermos cegamente a eles no sentido de tomá-los como verdades, mas compreendendo o seu contexto social, político e histórico.

Para além de quantificar as produções que pretendemos investigar, também nos propusemos a analisar as temáticas de tais produções. Nesse sentido também optamos pela utilização da pesquisa qualitativa. A escolha pela pesquisa qualitativa veio para colaborar nesta pesquisa e suas interações, sem

perder de vista o aprendizado adquirido em busca de singularidades e articular essa diversidade encontrada no projeto para produzir significados e contribuições nesta pesquisa acadêmica. Neste sentido

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. (...). Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (DESLANDES et. al.1994: 21).

Ainda sobre a pesquisa qualitativa Allene Lage (2013) aponta que

A pesquisa qualitativa tem um viés que leva o investigador ao encontro de subjetividades que não conseguem se esconder, como acontece no universo da pesquisa quantitativa. As subjetividades afloram nas regras e condicionamentos prévios, no contato, no diálogo e no confronto da realidade. Entender estas subjetividades e delas extrair novas compreensões requer metodologias claras, que possam admitir a diversidade de discursos, sentidos e sentimentos inéditos dos sujeitos de pesquisa em seus lugares de atuação (LAGE, 2013, p.50).

Através da abordagem qualitativa é possível perceber as atitudes, os valores, os jogos sociais e os confrontos presentes no campo. Permanecendo assim, estes aspectos da pesquisa, visam destrinchar o caso e o objeto estudado.

Sendo essa pesquisa também do tipo exploratória e explicativa, fundamentadas em Antonio Carlos Gil. Exploratórias porque “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias” (GIL, 2008. p. 27). E é nesse sentido que se pretendeu uma pesquisa que esclareça quais são as produções dos Programas de Pós-Graduação em Educação da região Nordeste acerca das temáticas de feminismos, gênero e sexualidades, buscando entender vários aspectos dentro do tema, explorando o campo de pesquisa, que foi o *site* da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT. E como continuidade dessa pesquisa exploratória, o caráter explicativo nela, pois as pesquisas explicativas

São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a decorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que

mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas (GIL, 2002, p. 42).

Sendo assim, estes aspectos da pesquisa, visaram destrinchar o caso e o objeto estudado, buscando fatores que pudesse explicar o contexto acerca do tema aqui tratado nas produções dos Programas de Pós-Graduação analisados.

3.1.1 *Delimitação e local da pesquisa*

Esta pesquisa está delimitada ao estudo da produção científica produzida nos Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades públicas do Nordeste sobre feminismos, gênero e sexualidades. Os Programas de Pós-Graduação escolhidos para análise das produções foram os Programas de Educação *Stricto Sensu* das universidades públicas – federal e estadual –, bem como de institutos federais, do ano de 2012 até o ano de 2022, que tenham produções sobre os temas aqui tratados. Escolhemos realizar uma coleta das produções dos últimos dez anos porque muitos desses Programas estavam no âmbito da interiorização das Universidades e suas produções no que diz respeito a Pós-Graduação são mais recentes.

A escolha desses programas como campo de investigação se deu, em primeiro lugar, pelo interesse em analisar quais são as produções presentes nesses programas sobre a temática aqui analisada. Em segundo lugar, delimitamos a região Nordeste como campo de pesquisa, para que pudéssemos compreender o que se está produzindo acerca dos estudos de gênero nesta região e, em terceiro lugar, a escolha de investigação dos programas das universidades públicas - federal e estadual - e os institutos federais pelo caráter de transformação social que esses espaços possuem.

3.1.2 *Fontes de informação*

Para analisar as produções acadêmicas acerca do tema abordado nesta dissertação, realizamos a coleta de dados de dezenove programas de Pós-Graduação em Educação dos nove estados do Nordeste. Os programas escolhidos foram os de *Stricto Sensu* de universidades federais e estaduais e de institutos federais, dado o tempo para desenvolvimento desta pesquisa. Para isso, o trabalho de coleta de dados foi realizado a partir das seguintes fontes de informação:

- A Plataforma Sucupira, onde analisamos quais programas estavam dentro da delimitação da pesquisa;
- O repositório BD TD, onde buscamos as produções sobre feminismos, gênero e sexualidades dos programas analisados;
- Os *sites* dos programas que não constavam produções disponíveis no repositório BD TD.

Assim sendo, esses primeiros dados forneceram dados fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, fornecendo informações sobre os Programas de Pós-Graduação em Educação do Nordeste, bem como suas linhas de pesquisa e suas produções acerca do tema aqui tratado.

3.1.3. Técnicas de coleta de dados

Para dar conta do que foi pretendido pesquisar, como técnica de coleta de dados, nos utilizamos da pesquisa documental, considerando a análise dos Programas de Pós-Graduação existentes no Nordeste através da Plataforma Sucupira¹⁸ e dos *sites* dos Programas fornecidos pela própria plataforma, bem como das dissertações e teses produzidas no campo já especificado. A pesquisa teve como fonte o acesso on-line de base de dados, onde o lugar de coleta de dados foi o *site* da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT¹⁹.

¹⁸ Disponível em:
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoBusscaAvancada.jsf> (Último acesso: 03/05/2023)

¹⁹ Disponível em: <<http://www.bdtd.ibict.br>>

Essas bases de dados contêm artigos publicados em periódicos científicos, trabalhos apresentados em congressos, relatórios de pesquisa, teses, livros e muitas outras fontes bibliográficas. Nestas, os usuários podem fazer buscas por assunto, por autor, por periódico. (GIL, 2021, p. 50)

Para além do repositório BDTD, também se fez necessária uma busca das teses e dissertações nos próprios *sites* dos programas, quando não havia nenhuma publicação disponível no repositório.

No caso da pesquisa aqui apresentada, pretendemos me valer da busca por assunto específico, onde utilizamos as palavras-chave: feminismos; gênero; sexualidades; estudos de gênero; gênero e sexualidades; como busca dos títulos de dissertações e teses presentes no acervo da biblioteca do IBICT. Concordamos com Gil (2008) quanto à vantagem do uso de fontes documentais, pois “os dados documentais, por terem sido elaborados no período que se pretende estudar, são capazes de oferecer um conhecimento mais objetivo da realidade” (GIL, 2008, p. 153). Sendo assim, nossa pesquisa buscou conhecer a realidade das produções desenvolvidas no nosso campo de pesquisa.

3.1.4 Método da pesquisa e análise dos dados

Esta pesquisa realizou suas investigações fundamentando seu estudo para alcançar conhecimentos acerca do caso investigado/pesquisado. Neste sentido, segundo Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2004)

O estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos. (...) reuni o maior número de informações detalhadas, valendo-se de diferentes técnicas de pesquisa, visando apreender uma determinada situação e descrever a complexidade de um fato (LAKATOS e MARCONI, 2004, p.274).

No entanto, neste método observamos a necessidade de ampliar os estudos deste caso de maneira alargada para abranger e não restringir a análise apenas ao caso, mas com o cuidado para não o generalizar.

Utilizamos, na pesquisa, o método do caso alargado, desenvolvido pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1983), onde estudamos um caso isolado e alargamos suas particularidades, procurando analisar a complexidade do caso, visando captar o que há nele de único ou de diferente (SANTOS, 1983). Neste sentido, o método do caso alargado propõe

Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhamento descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denuncia pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (SANTOS *apud* LAGE 2005, p:186).

Santos (1983) indica que no Método do Caso Alargado, a riqueza não está no que há no caso de generalizável, mas no que o mesmo possui de único, de particular.

Para análise dos dados obtidos em campo, nos utilizamos da análise de conteúdo, por concordar com Laurence Bardin, citado por Augusto Triviños (1987) quando caracterizam a análise do conteúdo como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. (BARDIN, *apud* TRIVIÑOS, 1987, p. 60).

Atrelado a este método de análise, também nos valemos, para análise dos dados colhidos no campo, do Método do Caso Alargado (SANTOS, 1983), pois segundo o autor

Ele se opõe à generalização positivista, pela qualidade e pela uniformização, a generalização pela qualidade e pela exemplaridade. Em vez de fixar a quantidade de casos (observações) adequada, o método de caso alargado escolhe um caso ou um número limitado de casos em que se condensam com particular incidência os vectores estruturais mais importantes das economias interaccionais dos diferentes participantes numa dada prática social sectorial (SANTOS, 1983, p. 11).

Nos utilizamos do Método do Caso Alargado já que este carrega em si o caráter analítico e, dessa maneira, nos auxiliou na construção de nossa análise de forma organizada, para que possamos resgatar os sentidos do que será colhido em campo em diálogo com os autores apresentados durante o nosso referencial teórico. Utilizamos esta técnica para analisar as categorias tratadas ao longo da pesquisa, a fim de respondermos aos nossos objetivos.

3.2 Um olhar sobre os Programas de Pós-Graduação em Educação do Nordeste

Dando início à busca de informações sobre os programas em educação existentes no Nordeste, iniciamos a coleta de dados através da Plataforma Sucupira, onde buscamos os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* das universidades federais e estaduais e dos institutos federais da região Nordeste. Esta primeira análise refere-se ao quantitativo de programas da região Nordeste que se encaixavam dentro da delimitação dessa investigação.

Depois disso, realizamos uma busca nos *sites* dos programas fornecidos pela Plataforma Sucupira para analisar as linhas de pesquisa presentes em cada um dos programas, bem como a existência de mestrado e doutorado e o ano de início²⁰ de cada um destes, conforme podemos analisar na tabela abaixo.

Tabela 1: Programas de Pós-Graduação em Educação *Stricto Sensu* do Nordeste

ESTADO	PROGRAMA	ANO DE INÍCIO	LINHAS DE PESQUISA
ALAGOAS	PPGE - UFAL	Me. 2001 Dr. 2011	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: História e política da educação. • Linha 2: Educação e linguagem. • Linha 3: Educação, culturas e currículo.

²⁰ Alguns programas não fornecem o ano de início de mestrado e/ou doutorado.

			<ul style="list-style-type: none"> • Linha 4: Tecnologias da informação e comunicação na educação. • Linha 5: Educação e inclusão de pessoas com deficiência ou sofrimento psíquico. • Linha 6: Educação em Ciências e Matemática.
BAHIA	PPGE – UEFS	Me. 2011	<ul style="list-style-type: none"> • (site fora do ar http://www2.uefs.br/ppge/ acesso em 13/04/23)
	PPGEDU – UFBA	Me. 1972 Dr. 1992	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Currículo e (In)Formação; • Linha 2: Educação, Cultura Corporal e Lazer; • Linha 3: Educação e Diversidade; • Linha 4: Linguagem, Subjetivações e Práxis Pedagógica; • Linha 5: Política e Gestão da Educação.
	PPGED – UESB	Me. 2004 Dr. Não informado	<ul style="list-style-type: none"> • Linha1: Política Pública Educacional. • Linha 2: Currículo, Práticas Educativas e Diferença. • Linha 3: Formação, Linguagem, Memória e Processos de Subjetivação. • Linha 4: Conhecimento e Práticas Escolares.

	PPGEduC - UNEB	Não informado	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural. • Linha 2: Educação, Práxis Pedagógica e Formação do Educador. • Linha 3: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável. • Linha 4: Educação, Currículo e Processos Tecnológicos.
CEARÁ	PPGE – UFC	Não informado	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Avaliação Educacional (NAVE); • Linha 2: Educação, Currículo e Ensino (LECE); • Linha 3: Educação, Estética e Sociedade; • Linha 4: Filosofia e Sociologia da Educação (FILOS); • Linha 5: História e Educação Comparada (LHEC); • Linha 6: História e Memória da Educação (NHIME); • Linha 7: Linguagens e Práticas Educativas (LIPED); • Linha 8: Movimentos Sociais, Educação

			<p>Popular e Escola (MOSEP);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Linha 9: Trabalho e Educação (LTE).
	PPGE – UECE	Me. 2004 Dr. 2013	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Formação, Didática e Trabalho Docente; • Linha 2: Formação e Desenvolvimento Profissional e Educação; • Linha 3: Formação e Políticas Educacionais; • Linha 4: Marxismo e Formação do Educador.
	MAIE – UECE	Me. 2013	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Educação, Escola, Ensino e Formação Docente; • Linha 2: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais.
MARANHÃO	PPGE/CCSO – UFMA	Me. 1988 Dr. 2020	<p>MESTRADO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Estado e Gestão Educacional; • Linha 2: Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas; • Linha 3: Estado e Gestão Educacional; • Linha 4: História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Humana; • Linha 5: Diversidade, Cultura e Inclusão Social;

			<ul style="list-style-type: none"> • Linha 6: Instituições Educativas, Currículo, Formação e Trabalho Docente. <p>DOUTORADO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: História e Políticas Educacionais; Linha • 2: Instituições Educativas, Currículo, Formação e Trabalho Docente.
PARAÍBA	PPGE – UFPB	Não informado	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Educação Popular. • Linha 2: História da Educação. • Linha 3: Políticas Educacionais. • Linha 4: Processos de Ensino-Aprendizagem. • Linha 5: Estudos Culturais da Educação.
	PPGED – UFCG	Não informado	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: História, Política e Gestão Educacionais. • Linha 2: Práticas Educativas e Diversidade.
PERNAMBUCO	PPGEdu – UFPE	Me. 1978 Dr. 2002	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Educação e Espiritualidade. • Linha 2: Educação e Linguagem. • Linha 3: Educação em Ciências. • Linha 4: Filosofia e História da Educação. • Linha 5: Formação de Professores e Prática Pedagógica.

			<ul style="list-style-type: none"> • Linha 6: Identidades e Memória. • Linha 7: Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação. • Linha 8: Subjetividades Coletivas, Movimentos Sociais e Educação Popular.
	PPGEduC – UFPE/CAA	Me. Não informado Dr. 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Educação e Diversidade. • Linha 2: Docência, Ensino e Aprendizagem.
	PPGECI – UFRPE	Não informado	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Movimentos Sociais, Práticas educativo-culturais e identidades; • Linha 2: Desenvolvimento e Processos Educacionais e Culturais da infância e da Juventude; • Linha 3: Políticas, Programas e Gestão de Processos Educacionais e Culturais;
PIAUÍ	PPGED – UFPI	Me. 1991 Dr. Não informado	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Formação de Professores e Práticas da Docência; • Linha 2: História da Educação; • Linha 3: Formação Humana e Processos Educativos; • Linha 4: Políticas Educacionais e

			<ul style="list-style-type: none"> Gestão da Educação; • Linha 5: Educação, Diversidade/Diferença, Inclusão.
RIO GRANDE DO NORTE	PPGED – UFRN	Me. 1977 Dr. Não informado	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Educação e Inclusão em Contextos Educacionais; • Linha 2: Educação, Construção das Ciências e Práticas Educativas; • Linha 3: Educação, Comunicação, Linguagens e Movimento; • Linha 4: Educação, Representações e Formação Docente; • Linha 5: Educação, Estudos Sociohistóricos e Filosóficos; • Linha 6: Educação, Política e Práxis Educativa; • Linha 7: Educação, Currículo e Práticas Pedagógicas.
	POSEDUC – UERN	Me. 2011	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Formação Humana e Desenvolvimento Profissional Docente; • Linha 2: Políticas e Gestão da Educação; • Linha 3: Práticas Educativas, Cultura, Diversidade e Inclusão.

	PPGEP – IFRN	Me. 2012 Dr. 2018	<ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Políticas e Práxis em Educação Profissional; • Linha 2: Formação Docente e Práticas Pedagógicas na Educação Profissional; • Linha 3: História, Historiografia e Memória da Educação Profissional.
SERGIPE	PPGED – FUFSE	Não informado	<p>MESTRADO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: A Escola e a Construção do Conhecimento. • Linha 2: Educação, Comunicação e Diversidade. • Linha 3: Formação Docente, Planejamento e Avaliação Educacional. • Linha 4: História, Política e Sociedade. • Linha 5: História, Sociedade e Pensamento Educacional. • Linha 6: Novas Tecnologias, Educação e Trabalho. <p>DOUTORADO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Linha 1: Educação, Comunicação e Diversidade. • Linha 2: Formação Docente, Planejamento e Avaliação Educacional. • Linha 3: História, Política e Sociedade. • Linha 4: História, Sociedade e Pensamento Educacional.

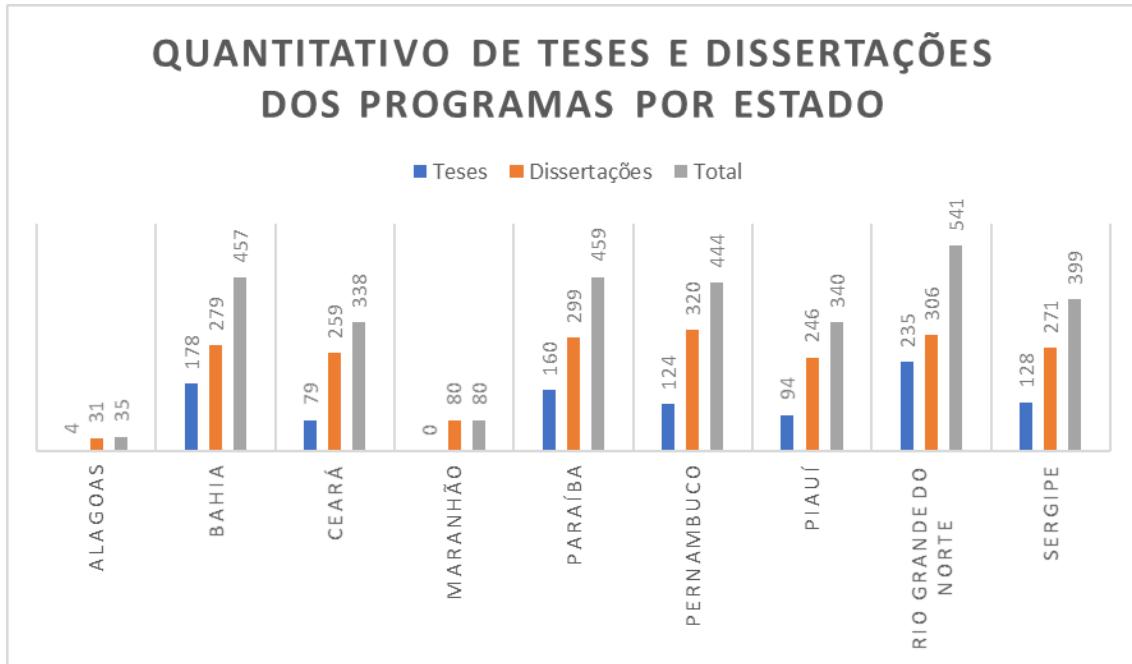
FONTE: Tabela feita pela pesquisadora com os dados retirados da Plataforma Sucupira, 2022.

A partir desta tabela, foi possível analisar as linhas de pesquisa dos programas e perceber os indícios de possíveis temas presentes nas pesquisas desenvolvidas pelos discentes dos programas.

A pesquisa na Plataforma Sucupira apresentou algumas dificuldades, visto que alguns *sites* estavam desatualizados, dificultando ou até mesmo impossibilitando a pesquisa de algumas informações. O que fez com que a coleta desses dados fosse prejudicada e levasse um tempo maior para ser realizada.

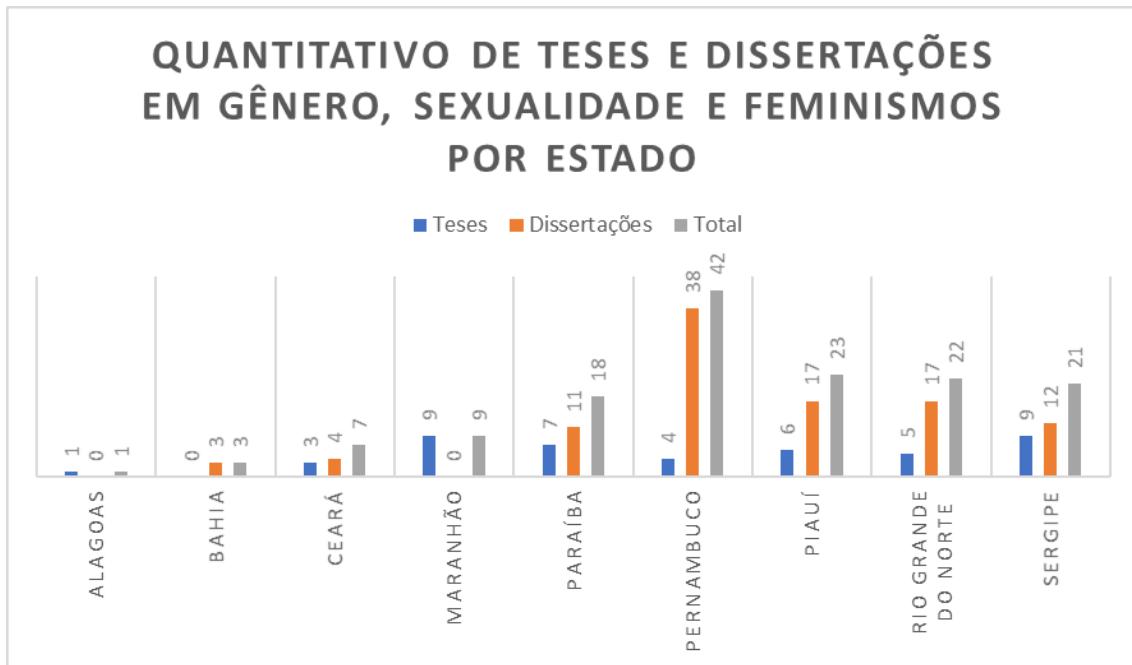
O segundo momento da coleta de dados se deu pela busca das produções dos programas sobre feminismos, gênero e sexualidades no *site* da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Para tal coleta, realizamos primeiramente uma busca na plataforma pela instituição, em seguida pesquisamos pelo programa e por fim pelo tema proposto dos estudos de gênero, utilizando os descritores gênero; sexualidades; feminismos; estudos de gênero e gênero e sexualidades, fazendo isso com todos os dezenove programas ao qual esta pesquisa foi delimitada. Esta fase da coleta de dados levou mais tempo do que o previsto, visto que o *site* utilizado para a coleta possui alguns problemas, como a desorganização da maneira como os programas são cadastrados no mesmo, causando dificuldades na busca das informações que necessitávamos. Com o propósito de encontrar os dados a que nos dispusemos para análise e desenvolvimento desta pesquisa, realizamos também uma busca nos *sites* dos programas que não estavam disponíveis na BDTD, a fim de encontrar tais dados, onde em algumas instituições obtivemos sucesso, como na Universidade Federal do Piauí, mas em outras instituições não, como na Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia.

No gráfico 1 podemos constatar o total de teses e dissertações de cada programa publicadas no BDTD.



FONTE: Gráfico feito pela pesquisadora com os dados retirados do Repositório de Teses e Dissertações BDTD, 2022.

E no gráfico 2, nos deparamos com o total de teses e dissertações dentro da temática investigada.

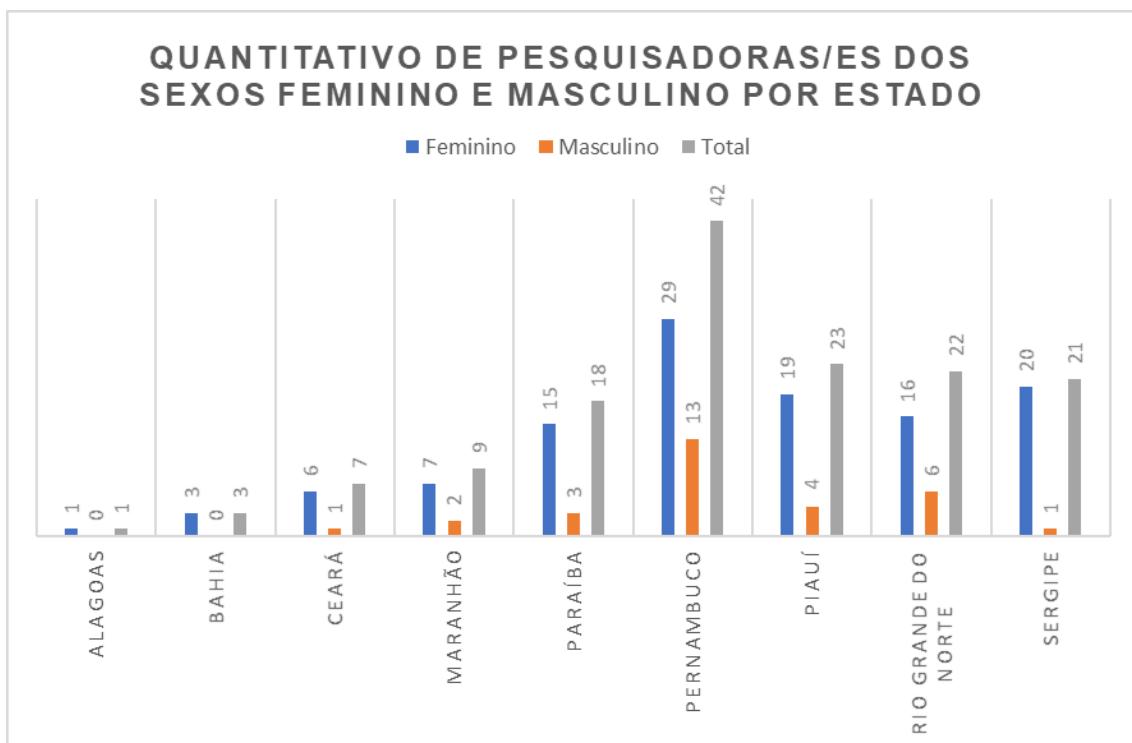


FONTE: Gráfico feito pela pesquisadora com os dados retirados do Repositório de Teses e Dissertações BDTD, 2022.

Ao compararmos os dois gráficos anteriores, podemos inferir que o quantitativo de produções acerca dos estudos de gênero nos programas de Pós-

Graduação em Educação do Nordeste ainda é bastante limitado em relação ao total de produções realizadas nos estados.

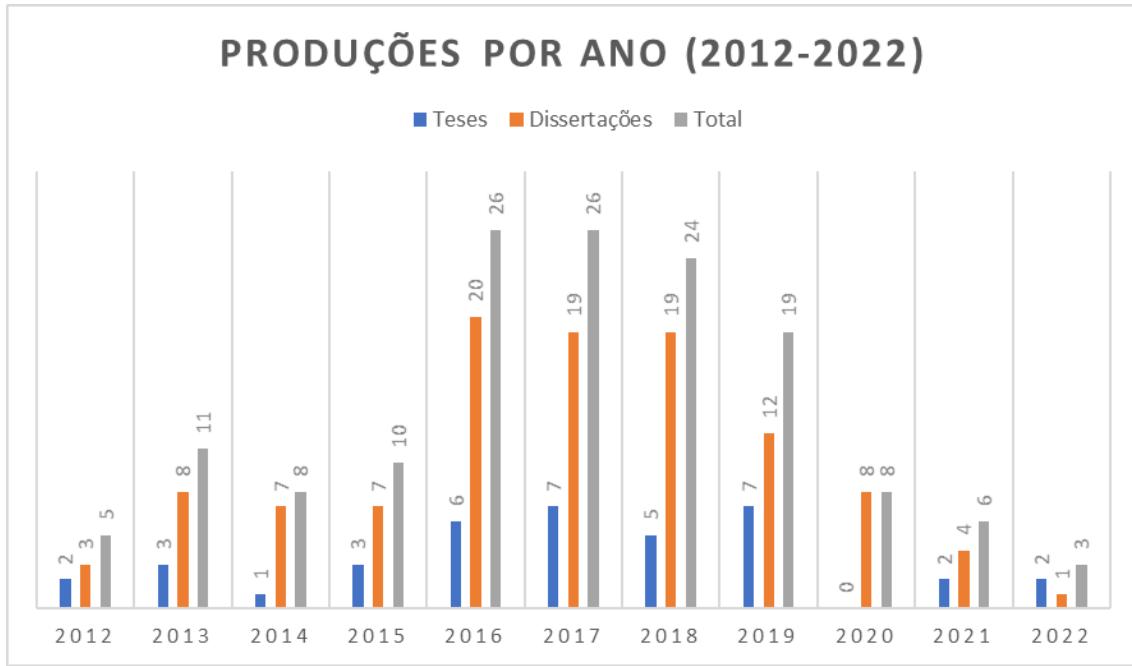
Após a coleta das teses e dissertações de todos os programas, foi a vez de analisar as/os autoras/es e orientadoras/es dos trabalhos coletados, para apresentar o quantitativo de pesquisas por sexo em cada estado e na região como um todo. O gráfico 3 mostra o quantitativo de pesquisadoras/es por sexo em cada estado da Região Nordeste.



FONTE: Gráfico feito pela pesquisadora com os dados retirados do Repositório de Teses e Dissertações BDTD, 2022.

Ao analisar o gráfico acima podemos observar que a maioria das pesquisas realizadas em feminismos, gênero e sexualidades são produzidas por mulheres. Tal fato pode se dar pelos atravessamentos dos temas na vida dessas mulheres, constantemente segregadas, silenciadas, apagadas, tornando necessário que tomem os espaços e lutem pela visibilidade, emancipação e protagonismo.

Para compreender se as pesquisas nos programas cresceram com o passar do tempo, também realizamos uma análise das produções por ano, conforme vemos no gráfico 4.



FONTE: Gráfico feito pela pesquisadora com os dados retirados do Repositório de Teses e Dissertações BDTD, 2022.

Como podemos observar, o quantitativo de produções nos temas de feminismos, gênero e educação sofreram um crescimento entre os anos de 2015 a 2017 e a partir de 2018 tiveram uma considerável queda, que pode ter acontecido por uma série de fatores, como o avanço do conservadorismo e o advento da pandemia de Covid-19, por exemplo. Além disso, a queda no ano de 2022 pode ter acontecido porque ao realizar a coleta de dados no repositório BDTD, as produções deste ainda não estarem publicadas no mesmo, visto que esta coleta se deu durante o segundo semestre de 2022.

Para ir além nesta pesquisa, com a finalidade de perceber como esses trabalhos coletados foram orientados, realizamos uma análise de quantas/os orientadoras/es participaram das pesquisas dentro da temática aqui tratada e quantos trabalhos cada uma/um orientou, como podemos perceber na tabela 2.

Tabela 2: Quantitativo de pesquisas por orientadora/or.

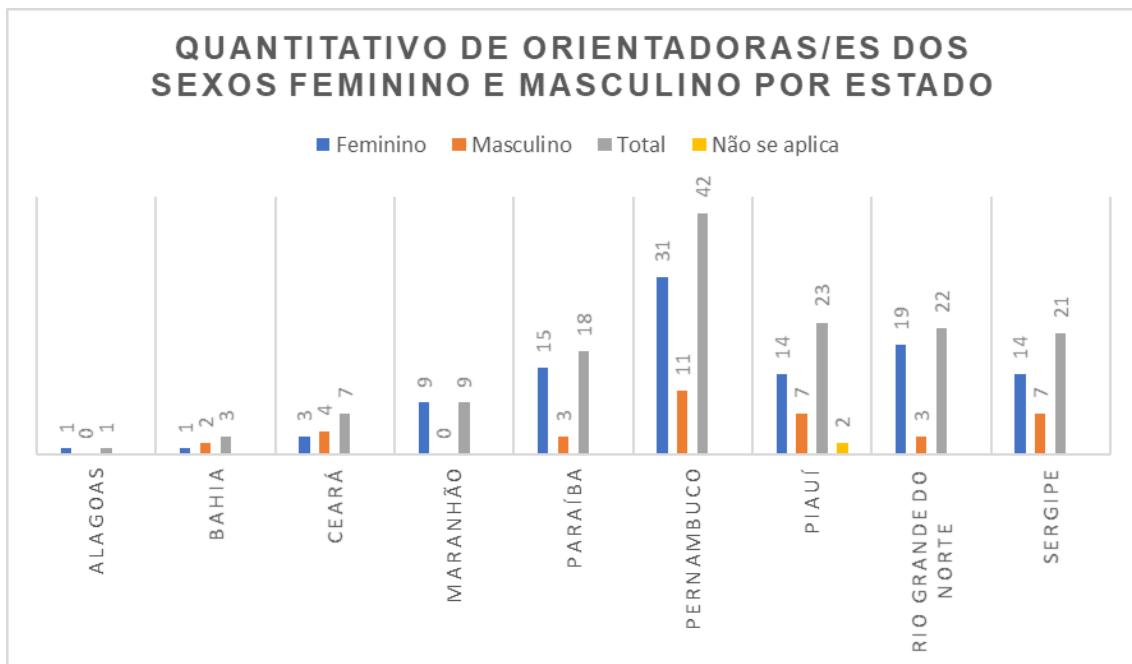
ESTADO/INSTITUIÇÃO	ORIENTADORA/OR	QUANTIDADE DE TRABALHOS ORIENTADOS
AL - UFAL	Prof ^a Dr ^a Laura Cristina Vieira Pizzi	1
BA - UFBA	Prof ^a Dr ^a Theresinha Guimarães Miranda	1
BA - UFBA	Prof. Dr. Álamo Pimentel.	1

BA - UFBA	Prof. Dr. Roberto Sidnei Macedo.	1
CE - UFC	Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá	1
CE - UFC	Profª Drª Maria Eleni Henrique da Silva	1
CE - UFC	Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.	1
CE - UFC	Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues.	1
CE - UFC	Prof. Dr. Valdemarim Coelho Gomes	1
CE - UFC	Profª Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado	1
CE - UFC	Profª Drª Lia Machado Fiuza Fialho	1
MA - UFMA	Profª Drª Iran de Maria Leitão Nunes	5
MA - UFMA	Profª Drª Diomar das Graças Motta	2
MA - UFMA	Profª Drª Raimunda Nonata da Silva Machado	2
PB - UFPB	Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva	1
PB - UFPB	Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho	13
PB - UFPB	Prof. Dr. José Antônio Novaes da Silva	1
PB - UFPB	Profª Drª. Maria de Nazaré Tavares Zenaide	2
PB - UFPB	Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão	1
PE - UFPE	Profª. Drª. Anna Luiza Martins de Oliveira	4
PE - UFPE	Profª. Drª. Laêda Bezerra Machado	1
PE - UFPE	Prof. Dr. Janssen Felipe da Silva	2
PE - UFPE	Profª. Drª. Lícia de Souza Leão Maia	2
PE - UFPE	Profª. Drª. Rosângela Tenório de Carvalho	3
PE - UFPE	Prof. Dr. Vilde Gomes de Menezes	1
PE - UFPE	Profª. Drª. Adriana Maria Paulo da Silva	1
PE - UFPE	Profª. Drª. Maria Eliete Santiago	1
PE - UFPE/CAA	Profª. Drª. Allene Carvalho Lage	9
PE - UFPE/CAA	Prof. Dr. Gustavo Gilson Souza de Oliveira	1
PE - UFPE/CAA	Profª. Drª. Anna Luiza Araújo Ramos Martins de Oliveira	3
PE - UFPE/CAA	Profª. Drª. Katharine Ninive Pinto Silva	1
PE - UFRPE	Prof.ª Dr.ª Ana Paula Abrahamian de Souza	3
PE – UFRPE	Prof. Dr. Moisés de Melo Santana	1
PE – UFRPE	Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda	1
PE – UFRPE	Profª. Drª. Hulda Helena Coraciara Stadtler	1
PE – UFRPE	Profª. Drª. Denise Maria Botelho	3
PE – UFRPE	Prof. Dr. Hugo Monteiro Ferreira	1
PE – UFRPE	Profª. Drª. Betânia Maciel de Araújo	1
PE – UFRPE	Prof. Dr. Maurício Antunes Tavares	1
PI – UFPI	Profª. Drª. Maria Do Amparo Borges Ferro	2
PI – UFPI	Profª. Drª. Maria do Carmo Alves do Bomfim	3
PI – UFPI	Prof. Dr. Francis Musa Boakari	6
PI – UFPI	Profª. Drª. Carmen Lucia De Oliveira Cabral	1
PI – UFPI	Profª. Drª. Shara Jane Holanda Costa Adad	7
PI – UFPI	Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes	1
PI – UFPI	Profª. Drª. Maria Vilani Cosme de Carvalho	1
RN – UFRN	Profª. Drª. Karyne Dias Coutinho	5

RN – UFRN	Prof ^a . Dr ^a . Maria Arisnete Câmara de Moraes	3
RN – UFRN	Prof ^a . Dr ^a . Elda Silva do Nascimento Melo	1
RN – UFRN	Prof ^a . Dr ^a . Cynara Teixeira Ribeiro	1
RN – UFRN	Prof ^a . Dr ^a . Mariangela Momo	2
RN – UFRN	Prof. Dr. Marlécio Maknamara da Silva Cunha	1
RN – UFRN	Prof. Dr. Avelino Aldo de Lima Neto	1
RN – UFRN	Prof ^a . Dr ^a . Erika dos Reis Gusmão Andrade	1
RN – UFRN	Prof ^a . Dr ^a . Alessandra Cardozo de Freitas	2
RN – UFRN	Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior	1
RN – UFRN	Prof ^a . Dr ^a . Vândiner Ribeiro	1
RN – UFRN	Prof ^a . Dr ^a . Maria Inês Sucupira Stamatto	1
RN – UFRN	Prof ^a . Dr ^a . Terezinha Petrucia da Nóbrega	1
RN – UFRN	Prof ^a . Dr ^a . Rita de Cassia Barbosa Paiva Magalhães	1
SE – UFS	Prof ^a . Dr ^a . Maria Helena Santana Cruz	9
SE – UFS	Prof. Dr. Alfrancio Ferreira Dias	6
SE – UFS	Prof ^a . Dr ^a . Lívia de Rezende Cardoso	4
SE – UFS	Prof. Dr. Itamar Freitas	1
SE – UFS	Prof ^a . Dr ^a . Dinamara Garcia Feldens	1

FONTE: Tabela feita pela pesquisadora com os dados retirados do Repositório de Teses e Dissertações BDTD, 2022.

Já o gráfico 5 apresenta o quantitativo de orientadoras/es por sexo em cada estado da Região Nordeste²¹.



²¹ Em duas produções realizadas no estado do Piauí não foi possível encontrar a/o orientadora/or da pesquisa, portanto, tais produções estão representadas no gráfico pelo termo “não se aplica”.

FONTE: Gráfico feito pela pesquisadora com os dados retirados Repositório de Teses e Dissertações BDTD, 2022.

Por fim, analisamos os resumos dos trabalhos, a fim de compreender os temas pesquisados. Para isso, dividimos os trabalhos em três grandes categorias que englobavam tais subtemas. A primeira categoria escolhida foi **Gênero e Educação**, com 87 (oitenta e sete) pesquisas de subtemas variados, como gênero e currículo, papéis de gênero, transgeneridade, entre outros. A segunda categoria foi **Gênero e Sexualidades**, com 20 (vinte) trabalhos de subtemas como diversidade sexual e identidades. E a terceira categoria aqui escolhida foi **Mulher e Ciência**, com 39 (trinta e nove) pesquisas de subtemas como mulher e docência, educação de mulheres e feminismos. Ao total, foram analisados 146 (cento e quarenta e seis) trabalhos²².

3.3 Feminismos, Gênero e Sexualidades: uma análise acerca da produção dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Nordeste

Nesta pesquisa, buscamos mapear as produções acadêmicas dos Programas *Stricto Sensu* de Pós-Graduação em Educação de universidades públicas federais e estaduais e também de institutos federais na região Nordeste. As produções foram coletadas no repositório de teses e dissertações BDTD e nos *sites* dos programas. Tais produções analisadas referem-se aos temas de feminismos, gênero e sexualidades, onde os descritores para a pesquisa se deram pelo uso de palavras-chave no repositório, as palavras usadas foram as seguintes: feminismos; gênero; sexualidades; estudos de gênero; gênero e sexualidades. Dividimos esta análise em três categorias, com o objetivo de abordar os aspectos inerentes a cada uma delas. Foram elas: gênero e educação, onde classificamos as discussões que traziam aspectos ligados diretamente à educação; gênero e sexualidades, onde as produções aqui categorizadas traziam abordagens acerca da sexualidades, mas que não

²² O quadro com o total de trabalhos analisados com título, autor/a, orientador/a e tema está disponível no apêndice desta dissertação.

estavam necessariamente ligadas à educação de forma direta; e a terceira categoria, mulher e ciência, onde as produções traziam aspectos diretamente relacionados à mulher e a sua participação na produção científica.

3.3.1 Gênero e Educação

Estudar sobre gênero na educação é uma necessidade cada dia mais presente em nossa sociedade, dada a diversidade de realidades existentes e a necessidade de compreender e respeitar as individualidades dos sujeitos. Para as mudanças sociais, as produções acadêmicas vêm contribuindo para tais compreensões e os avanços nas relações sociais no Brasil e no mundo.

Com o objetivo de compreender o que se tem produzido nos campos dos estudos de gênero ligados à educação, a partir da coleta de dados desta pesquisa, analisamos as produções que abordavam o tema gênero e educação com a intenção de compreender o que vem sendo pesquisado nesta área. Dos 146 (cento e quarenta e seis) trabalhos coletados, entre teses e dissertações, 87 (oitenta e sete) estavam inseridos nesse campo. Para melhor analisar tais pesquisas, as subdividimos em grupos de análise, como podemos observar no quadro 11.

Quadro 11: Quantitativo de produções em Gênero e Educação.

Subtema	Quantitativo de produções
Curriculum	13
Práticas docentes	6
Desigualdades de gênero	13
Identidades de gênero	18
Papéis de gênero	12
Formação	8
Transgeneridade	4
Ideologia de gênero	4
Estado da arte	3
Relações de gênero	5

FONTE: Quadro feito pela pesquisadora com os dados retirados do Repositório de Teses e Dissertações BDTD, 2022.

Tomando como início para a análise as produções que traziam como subtema o currículo, das 13 (treze) produções, 3 (três) eram teses e 10 (dez) dissertações. Os trabalhos que versam sobre este tema, tratam de uma diversidade de pesquisas, como a análise das concepções político-pedagógicas norteadoras dos atos de currículo dos cursos de Bacharelado em Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia, também a análise das contribuições do currículo da formação de professoras/es para a prática pedagógica com gênero e sexualidades e a busca pela compreensão de como gênero e sexualidades se apresentam nos currículos dos cursos de licenciaturas das áreas de Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe.

Além das teses tratando deste tema, foram analisadas 10 (dez) dissertações que abordavam o tema gênero e currículo. Assim como as teses, as dissertações aqui analisadas apresentam uma riqueza de pesquisas. Algumas pesquisas investigam o currículo na educação escolar, como duas dissertações que realizaram a investigação dos modos de subjetivação em termos de gênero que estão operando no currículo escolar, outro trabalho, de autoria de Thaís Priscila de Souza Torres (2018 - PE), que buscou analisar como se dão as experiências de jovens lésbicas na escola, analisando as estratégias de controle e vigilância da sexualidades dessas jovens. Também foram desenvolvidas duas pesquisas que buscavam analisar as formas como os livros didáticos trazem as mulheres negras, já que estes são textos curriculares, expressando um sistema de valores entre o que deve ser aceito ou rejeitado, bem como uma pesquisa que analisou livros de literatura infantil, investigando as possíveis contribuições destes para o protagonismo feminino. A pesquisa realizada por Daiane Lins da Silva Firino 92017 - PB), analisou a relação do currículo escolar com as escolhas de cursos superiores de suas/seus estudantes, com a finalidade de compreender se estas escolhas estão influenciadas por estereótipos de gênero. Também encontramos um trabalho

que buscou analisar as subjetividades de discentes e docentes em um currículo de escola religiosa.

A escola é uma instituição que, historicamente, sustenta uma noção de gênero e sexualidades padronizada, fundamentada na heteronormatividade. Essa noção é transmitida através do currículo, como afirma Guacira Louro (2013) quando fala que

Uma noção singular de gênero e sexualidades vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e sexualidades, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidades, a heterossexualidades; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico. (LOURO, 2013, p.45-46).

As pesquisas analisadas aqui, visam compreender como o currículo escolar está contribuindo para manter ou para romper com esses padrões arraigados na sociedade.

Já outras pesquisas, buscam investigar o currículo cultural, através da educação não formal, como a dissertação desenvolvida por Raquel Pipolo Pinto (2020 - RN), que investigou o currículo de páginas do *Facebook* que normatizam um determinado tipo de corpo à mulher como sinônimo de saúde. A pesquisa desenvolvida por Zilana Teixeira Marcelino (2021 - RN) analisou as relações de gênero estabelecidas no currículo de um grupo escoteiro socioeducativo na cidade de Natal/RN.

No segundo momento, analisamos as produções que tratavam das práticas docentes acerca de gênero. Dentre as produções que contemplavam esta temática, estavam 6 (seis) trabalhos, onde 2 (dois) eram teses e 4 (quatro) dissertações. Dentro dessa temática, a tese desenvolvida por Raimunda Nonata da Silva Machado (2015 - PI), buscou investigar quais significados produzidos sobre as noções de gênero e raça em um curso de especialização na UFMA. A segunda tese analisada, visava compreender as relações de gênero presentes nas práticas educativas no ensino médio. Dentre as dissertações houveram pesquisas desenvolvidas que investigavam práticas docentes na educação infantil, como a pesquisa desenvolvida por Maria de Fátima Dantas de Souza

(2020 - RN), que analisou as concepções de professoras/es em relação à sexualidades infantil em uma CMEI de Natal/RN, bem como os modos de agir dessas/es professoras/es diante de situações de manifestações sexuais dessas crianças.

Refletindo sobre a importância da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, como o HIV/AIDS, uma pesquisa foi desenvolvida buscando analisar os discursos e atuação de docentes do ensino de Ciências no Ensino Fundamental Anos Finais acerca da prevenção de tal doença. Similarmente, mas de um modo mais abrangente, observamos uma pesquisa desenvolvida que investigou como as questões de sexualidades vêm sendo abordadas pelos professores nas escolas. E a dissertação concebida pela pesquisadora Ítala Almeida Timóteo (2019 - CE) trouxe uma análise mais direcionada, onde buscou compreender como as questões de gênero têm emergido durante aulas de Educação Física e como as/os professoras/es dessa disciplina têm acolhido essas questões em suas práticas pedagógicas.

As práticas pedagógicas foram, ao longo do tempo, moldando as formas de ser, de agir e de pensar das/os estudantes. Foram e são tais práticas que vão “colocando cada um no seu lugar”, seja em relação ao gênero, às sexualidades, à classe, à raça. Guacira Lopes Louro (2014) aponta que

Os mais antigos manuais já ensinavam aos mestres os cuidados que deveriam ter com os corpos e almas de seus alunos. O modo de sentar e andar, as formas de colocar cadernos e canetas, pés e mãos acabariam por produzir um corpo escolarizado, distinguindo o menino ou a menina que “passara pelos bancos escolares”. (LOURO, 2014, p.65-66)

Pesquisar sobre práticas pedagógicas contribui para a compreensão se essas práticas estão indo na direção da solidificação dessa padronização dos modos de ser/estar no mundo e colaboram para as práticas de libertação e subversão de tais modos.

Posteriormente, ao analisar as teses e dissertações que discutiam as desigualdades de gênero, dos 13 (treze) trabalhos averiguados, 1 (um) está classificado como tese e 12 (doze) como dissertações. A tese examinada, de autoria de Ana Joza de Lima (2021 - CE), realizou um estudo do papel da educação na contribuição das relações alicerçadas na exploração e opressão de

gênero, apontando a função da educação na reprodução das relações de exploração e opressão. Das 12 (doze) dissertações analisadas, duas discorriam sobre as condições de mulheres presas, onde uma tratava da invisibilidade da condição do público feminino no cárcere, abordando vivências desvantajosas em comparação ao público masculino e, a segunda adentrava na discussão do perfil carcerário feminino, predominantemente constituído por mulheres negras, além de analisar as possibilidades de ações emancipatórias para essas mulheres. Duas dissertações abordaram as políticas públicas, onde a pesquisa desenvolvida por Lisianny Dantas Lopes Teixeira (2016 - PI) estudou os impactos dos Programas Bolsa Família e Pronatec na possibilidade de produção de autonomia de mulheres beneficiárias desses programas. A segunda dissertação buscou analisar ações implementadas pelo Programa Brasil Sem Homofobia, estudando as ações educacionais implementadas por esse programa no município de João Pessoa/PB. Sobre as desigualdades de gênero, Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) dizem que

A diferença de gênero não é algo que simplesmente existe. É algo que acontece e precisa ser feito acontecer; é também algo que pode ser desfeito, alterado, tornado menos importante. (CONNELL e PEARSE, 2015, p.56)

Dessa maneira, os estudos sobre as desigualdades de gênero têm uma dupla importância. A de compreender as maneiras como elas se dão em nossa sociedade e a de criar mecanismos para acabar com elas.

Ainda dialogando com o estudo das desigualdades de gênero, a dissertação realizada por Susana Rezende Lima (2013 - SE), investigou as representações de gênero constituídas por profissionais do Comando de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe - COE, tendo como parâmetro a divisão sexual do trabalho e as dificuldades da inserção e permanência feminina no aparelho policial militar. Ainda discutindo sobre as desigualdades de gênero, 3 (três) dissertações abordaram essa discussão na escola. O trabalho de Karinny Lima de Oliveira (2016 - PE) analisou a configuração do projeto Lei Maria da Penha Vai à Escola e como esse projeto foi recepcionado por estudantes da rede pública municipal de Caruaru/PE. A pesquisa desenvolvida por Filipe Antonio Ferreira da Silva (2019 - PE), investigou os principais consensos e dissensos sobre diversidade sexual e

LGBTfobia na escola e também saber quem são os sujeitos que falam, sofrem e/ou negam a existência desses fenômenos no ensino médio no município de Caruaru/PE. O terceiro trabalho buscou analisar as experiências escolares de um grupo de mulheres quilombolas do Piauí e as experiências de enfrentamento das dificuldades de gênero, raça, condições sociais e localização geográfica dessas mulheres. Sobre as desigualdades de gênero, Guacira Louro (2014) afirma que a escola tem uma grande contribuição nisso. Ela declara que

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos - tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. (LOURO, 2014, p.61)

Em continuidade a essa discussão acerca das desigualdades e analisando os trabalhos que as discutem, dois trabalhos tratam dessa discussão no Ensino Superior. Como a pesquisa realizada por Márcio Rubens de Oliveira (2018 - PE), que averiguou as percepções sobre LGBTfobia de estudantes das Licenciaturas em Pedagogia e em Física da UFPE/CAA. E o trabalho de Bianca Bueno do Nascimento (2017 - MA) investigou a presença do sexismno no Ensino Superior. As outras duas pesquisas que aludem às desigualdades de gênero, tratam do tema em espaços não escolares. A pesquisa de Aldir José da Silva (2016 - PE) traz uma discussão sobre como mulheres artesãs do Alto do Moura (Caruaru/PE) buscam visibilidade para o seu trabalho, que possui um menor reconhecimento em relação ao mesmo trabalho desenvolvido por homens. Bem como o trabalho de Ilanna Brenda Mendes Batista (2019 - PI) que averiguou o que fazem alguns grupos de mulheres para construir saberes e resistências contra as desigualdades de gênero, de raça e tantas outras formas de discriminações. Essas resistências construídas por mulheres e por outros grupos minorizados, contribuem na desconstrução da noção de superioridade do masculino sobre o feminino, que Guacira Louro (2014) assinala que

[...] é preciso *desconstruir* o “caráter permanente da oposição binária” masculino-feminino. Em outras palavras: Joan Scott observa que é constante nas análises e na compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros; usualmente se concebem homem e mulher como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica

invariável de dominação-submissão. Para ela seria indispensável implodir essa lógica. (LOURO, 2014, p.34-35)

Apesar de os homens geralmente se beneficiarem das desigualdades de gênero, esse benefício não é homogêneo. Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) esclarecem que

Em geral, apesar de homens se beneficiarem das desigualdades de gênero, esse benefício não ocorre de maneira uniforme. De fato, muitos pagam um preço considerável. Meninos e homens que desafiam as noções dominantes sobre a masculinidade por serem gays, afeminados ou considerados fracos são, às vezes, alvo de violência. Diferenças entre classes sociais e raciais também afetam os benefícios concedidos a diferentes grupos de homens. (CONNELL e PEARSE, 2015, p.42)

Os trabalhos aqui apresentados mostram a luta das mulheres e de grupos LGBTQIA+ para implodir a lógica de dominação masculina heterossexual sobre esses grupos.

Dando continuidade à esta análise, ao tratar do tema identidades de gênero, 18 (dezoito) pesquisas se inseriam na mesma, das quais uma está classificada como tese e 17 (dezessete) como dissertação. A tese, de autoria de Patrícia Guedes Corrêa Gondim (2017 - PB), investigou a construção discursiva de identidades no *Facebook* em contraponto aos princípios educacionais de diversidade. Entre as dissertações produzidas sobre identidades de gênero, houve uma diversidade de estudos que caminharam desde as discussões no espaço escolar até em espaços de educação não formal, como os movimentos sociais e os meios de comunicação de massa. Das 17 (dezessete) dissertações que discutiam as identidades de gênero, 9 (nove) abordaram o tema dentro do ambiente escolar, seja analisando como os cadernos escolares contribuem com a formação das identidades de gênero, ensinando crianças modos de ser e de se comportar de acordo com essas identidades. como também através da observação de como os discursos produzidos e reproduzidos no espaço escolar atuam na constituição generificada de corpos a partir de referências de masculinidades e/ou feminilidades.

Quando falamos sobre identidades, sejam de gênero ou sexuais, é importante a compreensão de que nenhuma identidade é fixa, acabada, estável. Guacira Lopes Louro (2014) mostra que

[...] tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade - as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento - seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade - que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação. (LOURO, 2014, p.31)

Acrescentando a essa discussão, outro trabalho aqui analisado buscou a investigação do lugar que as questões de diversidade e identidade de gênero ocupam na gestão de escolas de Ensino Médio em escolas públicas de Caruaru/PE. A pesquisa desenvolvida por Lucélia Costa Araújo (2015 - PI), buscou examinar os significados e sentidos que o professor homem produz sobre a docência e suas relações com a constituição da identidade. Houveram ainda trabalhos que dialogaram sobre os silenciamentos da formação docente acerca das questões de gênero, contribuindo para a intolerância frente a diversidade de gênero. A dissertação da pesquisadora Polena Valesca de Machado e Silva (2018 - RN), avaliou as maneiras que os livros de literatura infantil contribuem para a conformação de identidades de gênero, produzindo e fixando estereótipos. Além de outras duas dissertações que traziam a discussão da heteronormatividade como propagador de produções de identidades de gênero estereotipadas.

As identidades de gênero, como falamos, são construídas ao longo de nossas vidas e essas construções nos dão uma sensação de pertencimento a uma categoria de gênero. Connell e Pearse (2015) explicam que

A identidade inclui nossas ideias sobre esse pertencimento e o que este significa, ou seja, que tipo de pessoa somos, como consequência de sermos mulher ou homem. Essas ideias não nos são apresentadas quando bebês como um pacote fechado no início da vida. Desenvolvem-se (há controvérsias sobre exatamente em que momento) e vão sendo detalhadas ao longo dos anos enquanto crescemos. (CONNELL e PEARSE, 2015, p.38)

Com a finalidade de contribuir com os estudos sobre identidades de gênero, 3 (três) pesquisas trataram do tema em espaços de educação não formal. A produção realizada por Francineide Marques da Conceição Santos (2017 - PE), explorou como as práticas pedagógicas existentes dentro de um grupo de

Capoeira Angola contribuem para a formação de identidades não só de gênero, mas de raça também. Há ainda o estudo dos sentidos de mulheres afrodescendentes em relação a formação de suas identidades de gênero e de raça, em grupos de mulheres afrodescendentes e dentro de uma comunidade quilombola. Finalizando os trabalhos acerca das identidades, 5 (cinco) pesquisas trouxeram essa discussão relacionada aos meios de comunicação de massa, seja através da observação das telenovelas, analisando como essas constituem um grande campo de representações de identidades, contribuindo para formação de estereótipos de gênero e raça, e também como identidades de mulheres com deficiência são apresentadas para o grande público. O estudo de Maria José Campos Faustino da Silva (2017 - RN), trouxe uma análise de como os desenhos infantis colaboram com a composição identitária de gênero das crianças, ditando feminilidades e masculinidades, bem como a pesquisa de Jéssica Jaciana Silva Dantas (2016 - RN), que realizou uma investigação semelhantes, porém tendo como ponto de análise as propagandas infantis.

As identidades de gênero são constituídas sob diversas influências do meio em que estamos inseridas/os, onde os papéis de gênero são, na maioria das vezes, pré-determinados e cabe a nós desempenhá-los. Assim, como próximo tópico de análise, abordaremos aqui as pesquisas que trouxeram como foco os papéis de gênero, onde dos 13 (treze) trabalhos encontrados, 7 (sete) estão classificados como teses e 6 (seis) como dissertações. Entre as teses analisadas, duas abordam os papéis que são impostos para as mulheres mães de crianças com deficiência, que são incubidas do cuidar do outro exclusivamente por sua condição de mulher. A tese desenvolvida por Ana Paula Leite Nascimento (2019 - SE), investigou as regulações dos papéis de gênero presentes entre jovens no cotidiano escolar, bem como as ações de resistência a essas regulações. Para além, houve ainda a pesquisa sobre as masculinidades presentes no curso de Pedagogia e a investigação da experiência de mulheres participantes de políticas públicas culturais na intenção de romper com os papéis de gênero impostos. O trabalho desenvolvido por Mariana Dórea Figueiredo Pinto (2017 - SE), verificou a participação de mulheres nos cursos de Ciências Contábeis, sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho.

Os papéis de gênero são formados pela estrutura em que nos encontramos. Tais papéis são baseados no gênero e dependem da estrutura social a que o sujeito se encontra. A partir dessas padronizações ocasionadas pela estrutura social, a conduta do sujeito é cobrada. Raewyn Connell e Rebeca Pearse (2015) alegam que

As pessoas envolvidas em condutas do cotidiano - por todo um espectro que varia de conversas e trabalho doméstico até estilos de interação e comportamento econômico - são cobradas nos termos de suas "categorias sexuais" presumidas como homem ou mulher. (CONNELL e PEARSE, 2015, p.32)

Ainda sobre os papéis de gênero, Guacira Louro (2015) explica

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. (LOURO, 2015, p.28)

Ao analisar as dissertações que aludem a discussão sobre papéis de gênero, a pesquisa desenvolvida por Thalita de Fátima Aranha Barbosa Sousa (2018 - MA), trouxe a discussão para a Educação Infantil, analisando as concepções existentes nesse segmento escolar, que é permeado por concepções pré-determinadas do ser feminino ou ser masculino. Já a dissertação de Bruno Leonardo Bezerra da Silva (2015 - RN), analisou a presença masculina na docência da Educação Infantil, tratando do suposto caráter natural entre a figura feminina e o cuidado infantil. Há ainda pesquisas que contribuíram para a análise das normas de gênero e heteronormatividade como conferidor de legitimidade aos papéis de gênero. Bem como a análise das concepções de masculinidades e/ou feminilidades presentes nos livros didáticos. E, por fim, a pesquisa desenvolvida por Ribbyson José de Farias Silva (2017 - PE), que investigou as masculinidades e feminilidades no curso de Física, onde o curso é considerado um campo naturalmente masculino.

Com o intuito de contribuir para as discussões de gênero na formação, dentro dessa perspectiva, analisamos 8 (oito) produções, das quais 2 (duas) classificam-se como teses e 6 (seis) como dissertações. Dentre as teses, uma

delas buscou investigar as narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano, buscando entender as naturalizações e silenciamentos presentes na formação dos mesmos. E a segunda tese buscou analisar as experiências formativas de professores e estudantes concluintes de um curso de Licenciatura em Educação Física. As dissertações trouxeram uma variedade de campos de formação, duas delas investigaram as concepções de gênero e sexualidades em cursos de Licenciaturas (2015 - PE), analisou como se dão as discussões de gênero na formação continuada de professoras/es da rede pública de ensino. A dissertação produzida por Érica Jaqueline Soares Pinto (2014 - PB), analisou as perspectivas de estudantes de ensino médio na escolha de suas futuras formações. As demais dissertações que abordaram a formação realizaram investigações acerca das discussões e relações de gênero na formação profissional e na formação da Polícia Militar.

Dando continuidade à análise das pesquisas que dialogam com gênero, 4 (quatro) trabalhos abordam a transgeneridade, sendo uma tese e 3 (três) dissertações. A tese desenvolvida por Valdênia Pinto de Sampaio Araújo (2018 - PI), buscou analisar os processos de aprendizagem de pessoas travestis que estudam na UFPI e os meios de resistência utilizados por essas pessoas. O trabalho de dissertação desenvolvido por Adriana Lohanna dos Santos (2017 - SE), estudou o processo de formação e permanência das pessoas transexuais na UFS. Já a pesquisadora Melanie Laura Mariano da Penha Silva (2018 - PE) analisou as investidas discursivas da mídia, enquanto dispositivo pedagógico, sobre as infâncias trans²³. E a pesquisa de Lucivando Ribeiro Martins (2016 - PI) investigou as experiências de educadoras trans* no projeto TRANS FORMA AÇÃO.

As pessoas trans* vivem uma constante luta pela sua sobrevivência, como a exemplo do Brasil que é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo. Acrescenta-se a isso a luta para o próprio reconhecimento dessas pessoas como seres humanos. Letícia Nascimento (2021) explica que as

²³ Segundo a autora Letícia Nascimento, é importante demarcar o termo trans* com um asterisco, para sinalizar uma série de identidades não cisgêneras.

pessoas trans* são *outsiders*, no que ela chama de CIStema sexo-gênero-desejo. A autora argumenta

Somos completas *outsiders* no CIStema sexo-gênero-desejo, desafiando não apenas os limites de uma inteligibilidade de gênero, mas também os do próprio reconhecimento enquanto seres humanos. É a partir do nosso lugar como *outsiders* que conseguimos perceber o quanto o determinismo entre sexo e gênero é falho. (NASCIMENTO, 2021, p.53)

As pesquisas em transgeneridade tem uma grande importância, além de outras coisas, em contribuir para a inserção e reconhecimento dessas pessoas enquanto sujeitos e a luta para que estejam inseridas de fato na sociedade. Essa luta tem acontecido, principalmente, através do transfeminismo.

A ideologia de gênero tem sido um assunto bastante falado nos últimos anos por parte dos grupos conservadores de nosso país, dessa forma, alguns pesquisadores realizaram pesquisas trazendo esse tema como pauta de discussão. Os 4 (quatro) trabalhos que tivemos acesso sobre essa temática classificam-se como dissertações. A pesquisa de Benedito Leite de Souza Júnior (2018 - PE), aborda a construção de um pânico moral em *sites* de movimentos cristãos neoconservadores acerca da chamada ideologia de gênero. A dissertação de Melina Costa Lima Fraga (2019 - PE), analisou as redes discursivas e lições de gênero presentes no projeto Escola Sem Partido - ESP, buscando identificar e problematizar as lições calcadas em enunciados sexistas e misóginos. A pesquisa desenvolvida por Jansen Carlos Vieira da Silva (2018 - RN) realizou uma análise similar, mas utilizando como fonte o Plano Municipal de Educação de Santa Maria/RN e a retirada das questões de gênero e sexualidades do mesmo. E a dissertação de Joel Martins Cavalcante (2017 - PB), realizou esta análise a partir do Plano Municipal de Educação de João Pessoa/PB.

Dada a importância dos estudos de gênero e da necessidade de desenvolvimento de pesquisas nessas áreas, 3 (três) dissertações coletadas tiveram como foco o estado da arte do tema. A dissertação de Francisca Jocineide da Costa e Silva (2015 - PB) analisou a produção científica brasileira sobre relações de gênero na educação infantil. A pesquisa de Amanda do Nascimento Rosa (2018 - PE), realizou uma investigação da produção científica

sobre gênero nos programas de pós-graduação da UFPE. E o trabalho realizado por Linda Brasil Azevedo Santos fez um mapeamento de cunho quantitativo das teses e dissertações do Norte e Nordeste sobre gênero e sexualidades.

Finalizando a análise das produções da categoria de gênero e educação, trataremos aqui das pesquisas que discutiram as relações e as concepções de gênero. A dissertação desenvolvida por Anselmo Lima de Oliveira (2016 - SE) abordou as concepções de gênero e investigou os discursos sobre as temáticas de gênero, corpo e sexualidades no Colégio de Aplicação da UFS. Entre os trabalhos que discutiam as relações de gênero, duas estão classificadas como tese e 3 (três) como dissertação. Ambas as teses abordaram o tema dentro do campo da Educação Infantil, onde uma buscou cartografar as relações de gênero no cotidiano da Educação Infantil e a outra visou identificar as representações sociais de relações de gênero presentes nas práticas docentes das/os professoras/es da Educação Infantil. Já entre as dissertações, a pesquisa desenvolvida por Fernanda Cavalcante da Silva (2017 - PE) analisou as relações de gênero no contexto da educação escolar integral, a pesquisa desenvolvida por Maria Dolores dos Santos Vieira (2014 - PI) verificou as práticas de relações de gênero entre integrantes de uma orquestra escolar e a pesquisa realizada por Flávia Maria dos Santos Vasconcelos (2018 - PE) estudou as relações de gênero entre meninas vítimas de *bullying* e suas trajetórias de empoderamento.

Gênero é, como nos dizem Connell e Pearse (2015) uma forma específica de corporificação social. As autoras afirmam que só podemos entender gênero se entendermos o quanto próximo os processos corporais e sociais se encontram. Essa relação acontece quando as práticas constituem um campo corporal onde algo social acontece, criando o que elas chamam de arenas reprodutivas, que constituem os arranjos de gênero. Sobre isso, elas nos trazem que

Quando olhamos para um conjunto de arranjos de gênero, seja o regime de gênero de uma instituição, seja a ordem de gênero de toda uma sociedade, estamos basicamente olhando para um conjunto de relações sociais - as maneiras como as pessoas, grupos e organizações estão conectados e divididos. "Relações de gênero" são as relações sociais que surgem dentro e em torno da arena reprodutiva. Relações de gênero estão sempre sendo feitas e refeitas na vida cotidiana. (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 155)

Dentro das relações de gênero, as pessoas são cobradas dentro de suas categorias sexuais, geralmente presumidas como “mulher” e “homem”, no entanto as relações de gênero não são fixas, estão sempre sendo feitas, refeitas, atualizadas no nosso dia a dia, o que faz desse campo um lugar de constante relevância de estudos e pesquisas.

3.3.2 Gênero e sexualidades

Quando falamos sobre gênero é comum confundirmos com sexualidade, no entanto, apesar de estarem relacionados, gênero está ligado à construção social do sexo biológico e a sexualidade está ligada às relações afetivas e sexuais, ou seja, à orientação sexual.

Buscando compreender o que se tem produzido nos campos dos estudos de gênero ligados às sexualidades, analisamos, a partir da coleta de dados desta pesquisa, as produções que abordam o tema gênero e sexualidades. Dos 146 (cento e quarenta e seis) trabalhos coletados, entre teses e dissertações, 20 (vinte) trabalhos estavam inseridos nesse campo. Para melhor analisar tais pesquisas, subdividimos as mesmas em grupos de análise, como podemos observar no quadro 12.

Quadro 12: Quantitativo de produções em Gênero e Sexualidades

Subtema	Quantitativo de produções
Identidades	7
Diversidade sexual	11
Gravidez	1
Violência	1

FONTE: Quadro feito pela pesquisadora com os dados retirados do Repositório de Teses e Dissertações BDTD, 2022.

Iniciando a observação com as produções que traziam como subtema as identidades, analisamos 7 (sete) pesquisas, das quais uma está classificada

como tese e 6 (seis) como dissertação. A tese de autoria de Paula Nunes Chaves (2019 - RN) teve como objetivo compreender a experiência da visibilidade do corpo e do desejo no cinema como um fenômeno educativo. Duas dissertações realizaram análises a partir da avaliação de livros. As dissertações desenvolvidas por Amaury Veras Neto (2015 - PE) e por Emanuella Geovana Magalhães de Souza (2019 - PI) buscaram analisar o discurso de gênero e sexualidades na literatura infantil e como essa literatura contribui na formação das identidades sexuais. O trabalho de Evanilson Gurgel de Carvalho Filho (2018 - RN) fez uma investigação das imagens que professores/as de Ciências em formação possuem sobre corpos, gênero e sexualidades.

Estudar sobre identidades sexuais é também estudar sobre corpo, é pensar o corpo como algo produzido pela cultura, rompendo com o olhar essencialista e naturalista sobre ele. Sobre o corpo, Silvana Goellner (2013) revela que

[...] mais do que um dado natural cuja materialidade nos presentifica no mundo, o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. (GOELLNER, 2013, p.30)

A partir de tal afirmação, podemos compreender o corpo como algo mutável, suscetível a variadas intervenções de acordo com as culturas presentes na sociedade. Ou seja, um corpo é mais do que apenas um corpo, enquanto materialidade física, ele é também o que dele se diz e as identidades sexuais fazem parte desse dizer do corpo.

Ainda colaborando com os estudos de identidades sexuais, a pesquisadora Girene Martins Machado, em sua dissertação (2016 - RN), realizou uma investigação da formação e funcionamento do dispositivo da orientação sexual e das condições de possibilidades para sua emergência. A pesquisa de Edson Leandro de Almeida (2016 - PE), buscou compreender o quanto as mudanças ou permanências relativas à identidade e orientação sexual, promovidas pelos PCNs e experimentadas na escola pública, em especial após o veto ao KIT Anti-Homofobia, foram capazes de reestruturar discursos e práticas sociais a partir do aprendizado escolar. E por fim, dentro do estudo das identidades sexuais, a dissertação produzida por Thalita Cristina Barroca da Silva (2021 - RN), buscou entender como os discursos que circulam no currículo do *funk*, interpretados e/ou

escritos por mulheres e veiculados no *YouTube*, performam posições de sujeitos generificadas às mulheres.

As identidades são formadas, reformadas e transformadas socialmente, como nos afirmou Simone de Beauvoir com sua célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se”, nossas identidades vão sendo construídas. Mas essas construções geralmente vão sendo moldadas a partir de formas de ser dentro do “ser homem” e do “ser mulher”, onde nós vamos nos sentindo pertencentes (ou não) a determinado grupo. Segundo Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015)

A identidade inclui nossas ideias sobre esse pertencimento e o que este significa, ou seja, que tipo de pessoa somos, como consequência de sermos mulher ou homem. Essas ideias não são apresentadas quando bebês como um pacote fechado no início da vida. Desenvolvem-se (há controvérsias sobre exatamente em que momento) e vão sendo detalhadas ao longo dos anos enquanto crescemos. (CONNELL e PEARSE, 2013, p.38)

Igualmente abordando o tema de gênero e sexualidades, a dissertação de Suelen Batista Freire (2016 - PE) trouxe a questão da violência sexual, ao investigar como professores de Educação Infantil representam o abuso sexual de crianças nessa etapa de escolarização, visto que a escola é um ambiente com alto potencial para detectar situações de abuso sexual infantil. Já a dissertação desenvolvida por Thaynah Leal Simas (2019 - PE) trouxe o tema gênero e sexualidades abordando a gravidez na adolescência. Em sua pesquisa, a autora buscou identificar as experiências vividas na escola por adolescentes após a descoberta da gravidez e se a escola trabalha temas transversais sobre saúde e como o faz.

Dentre as produções sobre gênero e sexualidades, a maior parte delas discute as questões de diversidade sexual. Ao todo foram encontradas 11 (onze) produções, sendo 10 (dez) delas classificadas como dissertação e apenas uma tese. A tese, desenvolvida por Itamar Nunes da Silva (2015 - PE), investigou se as políticas, programas e ações de Educação em Direitos Humanos reverberam nas escolas, analisando se a prática discursiva em diversidade e gênero contribuiu para a promoção de mudanças nas relações da escola. Entre as dissertações, 3 (três) traziam a discussão para o campo das políticas públicas. O trabalho realizado por Alberto Magno Moreira Martins (2016 - MA) analisou a

abordagem da temática da diversidade sexual, especificamente da homossexualidade, na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias do Ensino Médio da rede pública estadual do Maranhão.

Já a dissertação de Márcio da Silva Lima (2016 - PE) fez um estudo das Políticas de Educação que tratam de gênero e sexualidades na América Latina, com ênfase na investigação do que tem sido feito no Brasil e no Uruguai para o enfrentamento da LGBTfobia. E a pesquisa feita por Tailla Caroline Souza Menezes (2018 - SE), analisou as concepções de família presentes nos principais documentos reguladores da Educação Infantil do município de Feira de Santana/BA, sob o cunho da sexualidade.

Historicamente existem os sujeitos que são posicionados na sociedade, tendo lugar de maior ou menor prestígio, relevância ou poder. Mas há também os sujeitos que são silenciados, negados, apagados. Os homossexuais são colocados nesse lugar há bastante tempo, em diversos lugares da sociedade, incluindo (ou principalmente) na escola. Guacira Louro (2015) afirma que a escola nega as/os homossexuais, ou a homossexualidade e que

Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento - a ausência da fala - aparece como uma espécie de garantia da “norma”. A ignorância (chama por alguns de *inocência*) é vista como a mantedora dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, desse modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (LOURO, 2015, p.71-72)

Estudar sobre homossexualidade é dar voz a essas/es sujeitas/os, é tirá-las/os do não são, não existem, não fazem parte. É dar visibilidade e voz para que possam lutar contra o preconceito e a violência sofrida diariamente desde sempre.

Igualmente falando sobre sexualidades, 4 (quatro) dissertações abordaram o tema falando, especificamente, sobre homossexualidade. A dissertação produzida por Márcia Barbosa Silva (2013 - SE) perceber qual a representação do sujeito homossexual nos livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional

do Livro Didático (PNLD) no seguimento do Ensino Fundamental Anos Finais. A pesquisa de Valdenia Pinto de Sampaio Araújo (2012 - PI) buscou compreender como a homofobia é visualizada na escola. A pesquisa de Júlio César de Oliveira Santos (2017 - PE), analisou como o espaço escolar tem participado das experiências de jovens gays, moradores de favelas e que estratégias de resistência esses jovens têm desenvolvido diante de políticas escolares normalizadoras. Tratando também das normas de gênero no espaço escolar, a dissertação de Carlos André Araújo Menezes (2019 - SE) buscou entender de que maneiras a expressão corporal de estudantes gays e lésbicas no espaço escolar contribuiu para a ampliação dos debates sobre diversidade de gênero e sexual na escola.

Sobre a discussão de identidades sexuais na formação, a pesquisa de Francimeiry Santos Carvalho (2013 - PI) observou a filosofia presente nas ideias produzidas sobre o tema sexualidades por jovens do Curso Técnico em Enfermagem no Colégio Técnico de Floriano/PI. Em sua dissertação, Ana Carolina Magalhães Fortes (2013 - PI) abordou as experiências educacionais vividas por mulheres lésbicas afrodescendentes. E Anahi Bezerra de Carvalho (2017 - PE), em sua pesquisa, analisou a dimensão formativa dos movimentos lésbicos na vida de suas militantes.

A diversidade, durante muito tempo, tem sido vista de forma negativa, como algo que vai de encontro às normas sociais e que, portanto, deveria ser combatida. De encontro a isso, Guacira Lopes Louro (2013) recomenda que deixemos de ver a diversidade como um problema e passemos a enxergá-la e pensá-la como algo constituinte de nosso tempo.

Um tempo em que a diversidade não funciona mais com base na lógica da oposição e da exclusão binárias, mas, em vez disso, supõe uma lógica mais complexa. Um tempo em que a multiplicidade de sujeitos e de práticas sugere o abandono do discurso que posiciona, hierarquicamente, centro e margens em favor de outro discurso que assume a dispersão e a circulação do poder. (LOURO, 2013, p.52-53)

De acordo com Guacira Louro, a diferença não foi eliminada, como vem se tentando fazer a tanto tempo, mas ela se multiplicou. Isso mostra o quanto a diversidade é contingente, é provisória, é relacional. Ela demonstra que as lutas e a história de um grupo cultural são perpassadas por experiências conflitantes,

protagonizadas por outros grupos. Estudar sobre a diversidade colabora para a compreensão de sua multiplicidade e pela luta contra a exclusão, contra o apagamento das existências diversas.

3.3.3 *Mulher e Ciência*

Na terceira e última categoria de análise, a escolha do tema mulher e ciência se deu pela importância dos estudos sobre, pelas e com as mulheres têm tanto na crítica ao modo tradicional de se fazer ciência, quanto pelas mudanças feitas nesse fazer ciência a partir delas. Dessa forma, é de fundamental importância investigar as produções acerca de sua formação, atuação, produção e militância, a fim de compreender os avanços e as barreiras enfrentadas pelas mulheres no campo da ciência.

Assim sendo, ao buscar as produções que englobam esse campo, das 146 (cento e quarenta e seis) pesquisas, 39 (trinta e nove) tratam de tais temas. Subdividimos essas produções de acordo com os temas mais presentes nas pesquisas, conforme pode-se observar no quadro 13.

Quadro 13: Quantitativo de produções em Mulher e Ciência

Subtema	Quantitativo de produções
Educação de mulheres	16
Mulher e docência	12
Epistemologias feministas	2
Feminismos	9

FONTE: Quadro feito pela pesquisadora com os dados retirados do Repositório de Teses e Dissertações BDTD, 2022.

Iniciando esta análise a partir do tema “educação de mulheres” que trata das suas trajetórias formativas, 16 (dezesseis) pesquisas se encaixavam neste, sendo 11 (onze) delas classificadas como teses e 5 (cinco) como dissertações. As teses analisadas traziam variados tipos de formação, desde a educação não formal até a formação em curso superior. As pesquisas de Lourdes Rafaella

Santos Florencio (2016 - CE) e de Verônica Gomes dos Santos (2016 - CE) investigaram narrativas da educação feminina de mulheres prostitutas, onde uma analisou a trajetória histórica dessas mulheres e seus papéis na sociedade e a outra a sua escolaridade e trajetória profissional.

Trazendo a discussão para o campo da educação formal, o trabalho de Maria Valdenice Resende Soares (2016 - RN) realizou um resgate histórico do curso Normal Regional e a presença massivamente feminina no mesmo. Ainda sobre a educação formal, 4 (quatro) teses abordaram a educação superior. A pesquisa realizada por Cecília Telma Alves Pontes de Queiroz (2019 - PB) avaliou a implementação e os resultados de projetos de inclusão de meninas em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, a partir da trajetória escolar e das escolhas dessas meninas pelos cursos superiores. A tese produzida por Rita Cristiana Barbosa (2015 - PB) analisou as experiências de alunas e ex-alunas dos cursos de Licenciatura EaD da UFPB, dando destaque a situações de inclusão educacional e digital e empoderamento de gênero. Também tendo como campo a licenciatura, a produção de Maria Dolores dos Santos Vieira (2018 - PI), verificou as experiências, saberes, lugares e obstáculos do gênero na relação com a formação inicial de jovens mulheres discentes da Pedagogia. E o trabalho realizado por Anita Leocádia Pereira dos Santos (2013 - PB) fez um estudo das experiências de estudantes grávidas e mães no contexto da Educação Superior no curso de Ciências Biológicas.

A luta das mulheres pelo direito à educação perpassa toda a trajetória do feminismo. Durante muito tempo, o acesso das mulheres à educação foi negado e a elas cabia apenas a educação voltada para as atividades domésticas. Mais tarde, as mulheres passaram a ter acesso ao ensino primário e secundário, mas só depois de muito tempo e muita luta, é que puderam adentrar no ensino superior. Como Marinês Domingues Cordeiro (2017) relata

No mundo, o acesso feminino à educação formal é um fenômeno relativamente recente. Apesar das exceções entre membras da nobreza em variados períodos históricos, o ensino superior só se abriu para as mulheres a partir da segunda metade do século XIX - no Brasil, apenas no final daquele século, com um decreto imperial de 1881. (CORDEIRO, 2017, p.669)

Apesar disso, as mulheres seguiram sofrendo outros tipos de exclusão dentro dos muros das universidades, como ter seu conhecimento constantemente questionado, invalidado ou tido como algo de menor importância.

Seguindo com produções acerca da formação de mulheres, em sua pesquisa, Francisca Elenir Alves (2013 - BA) buscou entender a realidade de um grupo de mulheres trabalhadoras domésticas, egressas do Programa Trabalho Doméstico Cidadão, desenvolvido pelo Governo Federal, buscando identificar nas trajetórias dessas mulheres quais mudanças e contribuições essa prática educativa trouxe para suas condições de mulheres, negras e trabalhadoras. Kelly Maria Gomes Menezes (2017 - CE) analisou os significados que as mulheres velhas, participantes de um programa de EJA na cidade de Fortaleza/CE, atribuem à educação, para compreender se essa experiência influencia em suas vidas, na perspectiva de gênero. E em sua tese, Adenize Queiroz de Faria (2017 - PB) investigou as trajetórias educacionais de mulheres com deficiência, analisando os efeitos das estruturas capacitistas e de gênero na experiência de desigualdade e múltiplas vulnerabilidades dessas mulheres.

A inserção das mulheres na educação no Brasil se deu, como já sabemos a partir de muita luta, mas também devido à universalização do ensino, que trazia a ideia de profissionalização de jovens com poucos recursos, que receberiam ensino de forma gratuita, mas que em contrapartida, “pagariam” por esse ensino servindo às necessidades de trabalho da sociedade. Dessa forma ocorreu a feminização do magistério, onde as mulheres eram vistas como mais adequadas para o ensino da infância. Sobre isso, Antonia Telles (2014) traz que

A escola normal era uma das únicas vias de acesso de parcela feminina a uma educação escolarizada, objetivando também a profissionalização dessas mulheres, alternativa para a instrução feminina assim também como formar mão-de-obra qualificada para um ensino que tinha como objetivo a expansão da instrução escolar à população, de acordo com os ideais liberais e democráticos do país. (TELLES, 2014, p.14)

Dessa forma, as mulheres conseguiram o acesso à educação formal, mas esse ainda estava diretamente ligado à ideia de aptidão natural da mulher para o doméstico e o cuidar.

Colaborando com a pesquisa sobre a formação de mulheres, a dissertação de Efigênia Alves Neres (2020 - PI) problematizou como algumas mulheres afrodescendentes interpretam sua trajetória educacional, especialmente a passagem pela EJA e quais as implicações disso em suas formas de organização da vida e no enfrentamento das dificuldades socioculturais baseadas nas questões de gênero-raça-classe. Os trabalhos de Edilene Lima da Silva (2012 - PI) e de Suely Barbosa de Moura (2014 - PI) realizaram um resgate histórico do processo de escolarização das mulheres, o primeiro considerando os processos de escolarização e profissionalização e, o segundo, fazendo uma análise de um curso de normal médio no município de Caxias/MA. A pesquisa de Vitória Diniz de Souza (2021 - RN) também realizou um resgate dos processos formativos de mulheres no passado, realizando uma investigação dos discursos desenvolvidos pela Escola Doméstica sobre a escolarização das mulheres. Rodrigo Wantuir Alves de Araújo (2022 - RN) em sua pesquisa buscou analisar o processo de feminização do magistério. E a dissertação desenvolvida por Valquiria Gila de Amorim (2017 - PB) analisou as experiências vivenciadas pelas alunas do curso de graduação de Física da UFPB, analisando as inclusões e exclusões dessas estudantes, enquanto mulheres, em suas trajetórias de graduação.

Mesmo depois de muito tempo em que as mulheres passaram a participar da educação formal, de adentrar os muros das universidades, ainda seguiam sendo excluídas de determinados espaços. Espaços tidos como de mais importância, de maior dificuldade e também de maior prestígio, permaneciam sendo quase que exclusividade do público masculino. Assim, as ciências exatas seguiram sendo um campo predominantemente masculino, até os dias de hoje, onde mesmo com uma maior participação feminina, a maioria dos cursos de graduação das áreas de exatas segue tendo um mínimo de mulheres fazendo parte deles. Deise Agrello e Reva Garg (2009) apontam que

Entre as diversas esferas profissionais, a ausência das mulheres parece especialmente notável na ciência e na tecnologia, particularmente nos campos das ciências físicas e na engenharia, e as mulheres que optam pelo estudo na área das ciências frequentemente acabam assumindo aquelas ocupações consideradas menos desafiadoras. As mulheres estão sub-representadas na física. (AGRELLO e GARG, 2009, p.1)

O estudo de Deise Agrello e Reva Garg revela que além da dificuldade de as mulheres adentrarem o campo das ciências exatas, quando o fazem, mesmo assim permanecem em áreas de menor prestígio, por serem consideradas áreas de menor dificuldade.

Assim como a formação de mulheres é um tema bastante relevante para compreendermos os papéis desempenhados e também destinados às mulheres, analisar as experiências dessas mulheres enquanto docentes enriquece a compreensão acerca desses aspectos. Dessa forma, como segundo subtema, trazemos a análise das produções que tratam de mulher e docência, no qual realizamos a investigação de 12 (doze) pesquisas. Entre as 4 (quatro) teses que debatem a mulher na docência, a pesquisa desenvolvida por Ana Paula Rufino dos Santos (2018 - PE) traz o tema para o campo da educação básica, onde busca entender como o aconselhamento e a premiação atuam na regulação da experiência estética da professora produzindo a professora ideal, com a intenção de colocar em suspenso a possibilidade de existência de um sujeito professor universal. Igualmente tratando da educação básica, a dissertação desenvolvida por Anabela Maurício de Santana (2014 - SE) analisou as experiências de mulheres docentes da rede pública estadual no sentido das relações de gênero, trabalho e formação docente. E a pesquisa de Maria Claudia L. M. do Nascimento (2017 - RN) analisa a trajetória de mulheres docentes atuando enquanto gestoras e a feminização da gestão em escolas públicas do Rio Grande do Norte.

Colaborando para a investigação no que diz respeito às mulheres na docência do Ensino Superior, o trabalho desenvolvido por Suzana Mary de Andrade Nunes (2014 - SE) visou realizar uma leitura de histórias de vida de mulheres docentes da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade do Porto, analisando os avanços e conflitos presentes nessas trajetórias. Em sua pesquisa, Silmère Alves Santos (2012 - SE) buscou conhecer os deslocamentos, mudanças e permanências nos âmbitos do trabalho docente, da família e da vida pessoal, que dificultam ou possibilitam relações mais igualitárias entre docentes que trabalham na universidade pública sergipana. A tese desenvolvida por Lucimeiry Batista da Silva (2017 - PB), realizou uma análise do processo de divisão sexual do trabalho e as relações de gênero que configuram as trajetórias

profissionais de mulheres docentes nos cursos de Engenharia Mecânica, Física e Matemática, considerados os mais masculinos em uma Instituição Federal de Ensino Superior do nordeste brasileiro.

Em um levantamento de dados sobre a presença de mulheres nas ciências exatas, Deise Agrello e Reva Garg (2009) perceberam que, à medida que o nível de estudo se eleva, o número de mulheres diminui, mas ao passo que em outros campos essa queda vai acontecendo a partir dos níveis de pós-graduação, nas ciências exatas, principalmente na física, tal fato tem início na graduação. As autoras enfatizam que

[...] a porcentagem de mulheres no campo da física é pequena desde a admissão na universidade. E este nível baixo de participação se mantém durante todo o ciclo de estudos, assim como durante o exercício profissional. Não há incentivo específico para as mulheres estudarem ou trabalharem em ciência e tecnologia no Brasil. Ao longo de sua formação e de sua carreira profissional, a maior parte das físicas recebem pouco apoio da sociedade e dependem extensivamente de seu empenho pessoal. (AGRELLO e GARG, 2009, p.3)

Assim sendo, além de todo o percurso de exclusão que as mulheres passam e que, na maioria das vezes, as levam para longe do campo das ciências exatas, aquelas que conseguem transpor essas primeiras barreiras, continuarão passando por situações de exclusão, durante sua formação e também no exercício de sua profissão.

Igualmente abordando a docência feminina e as ciências exatas, a dissertação de Fernanda Vanessa de Jesus da Silva (2020 - MA), realizou um estudo sobre o percurso e atuação das mulheres professoras nos cursos de graduação da área de Exatas e Tecnologias da Universidade Federal do Maranhão, tendo o intuito de compreender o processo de formação e sua trajetória educacional. Similmente, a produção realizada por Isabel Cristina Costa Freire (2020 - MA), também buscou analisar a trajetória de mulheres docentes em curso superior, no entanto, a investigação se deu através da investigação da trajetória das primeiras professoras do Departamento de Filosofia da UFMA. Já a dissertação desenvolvida por Ana Carla de Melo Almeida (2022 - MA) buscou compreender como as professoras afrodescendentes do curso de Direito da UFMA vivenciam as desigualdades de

gênero e raça no magistério superior e de que modo essas experiências são enfrentadas e superadas por elas.

Em sua pesquisa, Adenilda Bertoldo Alves de Moraes (2016 - PB) realizou a articulação entre o pessoal e o institucional de professoras da UFMA a partir de suas narrativas, destacando suas contribuições para a institucionalização dos estudos de gênero. Maria do Rosário de F. V. da Silva (2012 - PI) em sua pesquisa, evidencia a história de vida e formação de professoras afrodescendentes que atuam no ensino superior em Parnaíba/PI, investigando a inserção da mulher afrodescendente na docência superior. E, através de sua pesquisa, Emanuely Arco Iris Silva (2015 - PE) realizou uma investigação de como vem se desenhando as relações de gênero no corpo docente da UFPE, analisando o número de mulheres e homens docentes na instituição entre 1950 e 2015.

A partir das críticas feitas à Ciência Moderna, que colocava a ciência como algo neutro, que o pesquisador deveria fazer de tudo para se manter fora da pesquisa e que excluía as mulheres da participação na produção de ciência, estudos foram sendo realizados e novas epistemologias surgiram, entre esses novos modos de fazer ciência estão as epistemologias feministas. Claro que não foi tarefa fácil, tampouco de forma rápida, porque como nos traz Londa Schiebinger (2001)

Porque a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las. (SCHIEBINGER, 2009, p.37)

Sobre esse tema, dentre as produções coletadas para análise nesta dissertação, 2 (dois) trabalhos contemplaram este tema, uma tese e uma dissertação. A tese desenvolvida por Vicelma Maria de Paula Barbosa (2019 - PI) procurou compreender como mulheres capoeiristas produzem epistemologias do corpo em práticas de guerrilha enquanto táticas de guerrilha das liberdades e dos direitos. Enquanto a dissertação de Sérgio Antônio Silva Rêgo (2017 - PE), através da análise de revistas feministas publicadas na América Latina, procurou perceber a construção de uma pluralidade de

conhecimentos baseados na construção de novas formas de constituição desses conhecimentos, bem como entender o papel desempenhado pelo feminismo na produção de saberes científicos e sua participação no espaço docente.

O percurso de criação de epistemologias feministas se deu (e se dá) da histórica trajetória de exclusão das mulheres do campo das ciências, que fez com que essas áreas mantivessem seu campo de estudos voltado aos homens. Dessa forma, as epistemologias feministas colaboram para o rompimento desses padrões excludentes, como Londa Schiebinger (2008) traz

Quando levamos em consideração que trazer as mulheres para a ciência pode requerer e/ou resultar em mudanças nas teorias e práticas da ciência, devemos nos lembrar que as disciplinas acadêmicas modernas são maneiras arbitrárias de compartimentar conhecimento. Elas são históricas, não são naturais. As disciplinas desenvolveram-se nos últimos duzentos anos, ao longo dos quais as mulheres e minorias sub-representadas foram rigorosamente excluídas da academia. Precisamos estar abertos à possibilidade de que o conhecimento humano - aquilo que conhecemos, valorizamos e consideramos importante - pode mudar drasticamente quando as mulheres se tornarem participantes plenas na sua produção. (SCHIEBINGER, 2008, p.272)

Assim sendo, não basta trazer as mulheres para a ciência, é necessário criar metodologias e epistemologias que as contemplem, que sejam construídas por elas, pensadas por elas, para que as maneiras excludentes de fazer ciência possam ser modificadas e vencidas.

Para a elaboração de epistemologias feministas, produzidas nas academias, a militância feminista dispõe de grande contribuição. Dentro dos movimentos feministas as questões acerca de gênero são discutidas, pensadas, problematizadas e, a partir disso, novas formas de pensar e construir a sociedade a partir do pensamento feminista são elaboradas, colocadas em prática. Sob esse viés, 9 (nove) pesquisas foram realizadas estudando os feminismos, das quais duas classificam-se quanto tese e 7 (sete) quanto dissertação. Alessandra Miranda Mendes Soares, em sua tese (2018 - PB), desenvolveu uma pesquisa dentro dos movimentos de pessoas com deficiência e feministas, onde realizou uma análise acerca das contribuições do Projeto de Extensão Pró-Mães na vida das mulheres participantes. A tese desenvolvida por Ana Paula Mendes R. Cavalcanti (2016 - RN) fez um resgate da trajetória de

Julieta Gadelha, mulher feminista paraibana, onde a pesquisadora investigou a prática educativa e o legado cultural deixado pela Julieta, considerada uma mulher de muitas facetas, que contribuiu muito para a cultura de seu município, Sousa/PB.

Semelhantemente, a dissertação desenvolvida por Évila Cristina Vasconcelos de Sá (2018 - CE) trouxe uma produção acerca da biografia de vida de mulheres feministas, sua pesquisa resgatou a trajetória de Henriqueta Galeno, uma educadora que atuou no cenário patriarcalista do estado do Ceará. Já a dissertação de Antonieta Lago Teixeira (2019 - MA), analisou os percursos formativos e sua influência na construção identitária de mulheres líderes comunitárias no município de São Luís/MA. Ainda tratando da liderança e protagonismo de mulheres, a pesquisa desenvolvida por Ivanilson Batista da Silva (2016 - PB) analisou o protagonismo das mulheres camponesas na luta pela conquista da terra em assentamentos no município de São Miguel de Taipu/PB durante o período de 1993 a 1995.

Durante um longo período, aqui no Brasil e em outros países da América Latina, tomamos como guia para construção de nossos pensamentos e lutas feministas, o feminismo produzido no norte global. No entanto, nos últimos anos, temos nos voltado para pensadoras feministas de nossas próprias realidades, não que o pensamento de feministas do norte esteja errado ou equivocado, mas não condizem com a nossa realidade. Dessa forma, é de indiscutível importância, construirmos nossos feminismos a partir da nossa subjetividade.

As epistemologias feministas produzidas na América Latina, pensadas a partir do legado de Paulo Freire, repensado pelas feministas e sendo construídas sob um viés popular. Graziela Rosa (2019) explica que essa epistemologia, chamada de pedagogia feminista

[...] é uma pedagogia que parte dos corpos para pronunciar palavras, busca, entre outras coisas, desorganizar as relações de poder, com sentido subversivo e revolucionário; recuperar o valor da subjetividade; criticar as certezas; assumir o marxismo e a teologia da libertação; criticar o capitalismo e a dominação. É uma pedagogia que provoca a educação popular, subverte, desafia as regras do poder e tem nas suas práticas a valorização da mística, do corpo e a subjetividade das mulheres. (ROSA, 2019, p.95)

As pedagogias feministas, produzidas na América Latina são comprometidas com a transformação da atual sociedade sexista e discriminatória, tendo como prioridade o trabalho nos movimentos populares.

Seguindo por esse viés, a pesquisadora Paloma Raquel de Almeida (2018 - PE), realizou um estudo de como o pensamento feminista latino-americano de Marcela Lagarde pode contribuir para o aprofundamento da educação não sexista. Dentro do espaço dos movimentos feministas, a dissertação de Ana Cecília Rodrigues dos Santos Godoi (2016 - PE), buscou explorar a potência existente dentro de práticas pedagógicas utilizadas pelo movimento de mulheres negras em Pernambuco. Já a pesquisa de Camila de Melo Santana (2018 - PE) realizou um estudo de caso dentro de um grupo feminista, chamado FeminismoAgora!, sobre uma experiência de formação feminista baseada na metodologia desse grupo. E a pesquisadora Vanessa Maria Gomes Barboza (2019 - PE) buscou conhecer os processos educativos que corroboram com a busca pela emancipação social na participação política, por parte de mulheres negras evangélicas.

As atuações dos movimentos sociais feministas têm uma forte ligação com a Educação Popular Feminista, que tem contribuído diretamente para a emancipação das mulheres. Graziela Rosa (2019) aponta que essa perspectiva feminista nos faz voltar os olhos para nós mesmas, “escutar e citar o que nós mulheres estamos dizendo e problematizando na Educação Popular” (ROSA, 2019, p.100). Segundo a autora, não basta conhecermos, precisamos citar umas às outras, pois

Trata-se de um ato de rebeldia, que possibilita (re)olhar os temas, as sujeitas e suas metodologias, possibilitando que novas pedagogias sejam construídas e valorizadas, no campo da Educação Popular na América Latina, sem medo, pois se trata de pedagogias feministas, que juntas compõem a Educação Popular feminista. (ROSA, 2019, p.100)

Os estudos produzidos pelas feministas na Educação Popular, entre outros temas, têm abordado os temas relacionados à organização de mulheres, ao movimento social feminista, aos saberes de mulheres de povos tradicionais, trajetórias de mulheres na educação etc. Estudos que colaboram para o protagonismo, a emancipação e a libertação das mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar esta investigação não foi tarefa fácil. A busca pelas produções realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Educação de instituições públicas federais e estaduais da região Nordeste acerca dos temas feminismos, gênero e sexualidades se revelou em um grau de dificuldade além do imaginado. As plataformas de busca, tanto dos programas existentes no Brasil quanto das produções publicadas, contribuíram para essa dificuldade, pois muitas informações não foram possíveis de serem encontradas, bem como a, como nós classificamos, falta de organização das plataformas dificultaram a coleta de informações e de dados. Ultrapassadas as dificuldades, a coleta realizada revelou uma realidade das produções acadêmicas a nível de mestrado e doutorado realizadas na região Nordeste do Brasil.

Através do estudo teórico em conjunto com o estudo empírico, nós buscamos responder à questão problema desta pesquisa, que consistia em revelar:

Que cenários vêm sendo construídos na produção de conhecimentos dos Programas de Pós-Graduação em Educação de universidades públicas do Nordeste sobre feminismos, gênero e sexualidades?

Nesta pesquisa procuramos o diálogo com algumas autoras e autores sobre as discussões de gênero, de sexualidades e de feminismos, bem como os estudos acerca da produção de conhecimento, dando ênfase na participação das mulheres nesses espaços. Também, para atingir ao primeiro objetivo específico que foi: *reunir fragmentos da história da Pós-Graduação no Brasil e, em especial, do Nordeste*, em nossa produção teórica procuramos entender como se deu o início e a consolidação da Pós-Graduação no Brasil e no Nordeste. Quando se trata da região Nordeste, os dados oficiais e as produções científicas revelaram-se escassas, onde poucas informações acerca desse nível de ensino foram encontradas e, assim, muitas lacunas permaneceram abertas na tentativa de compreender o seu percurso.

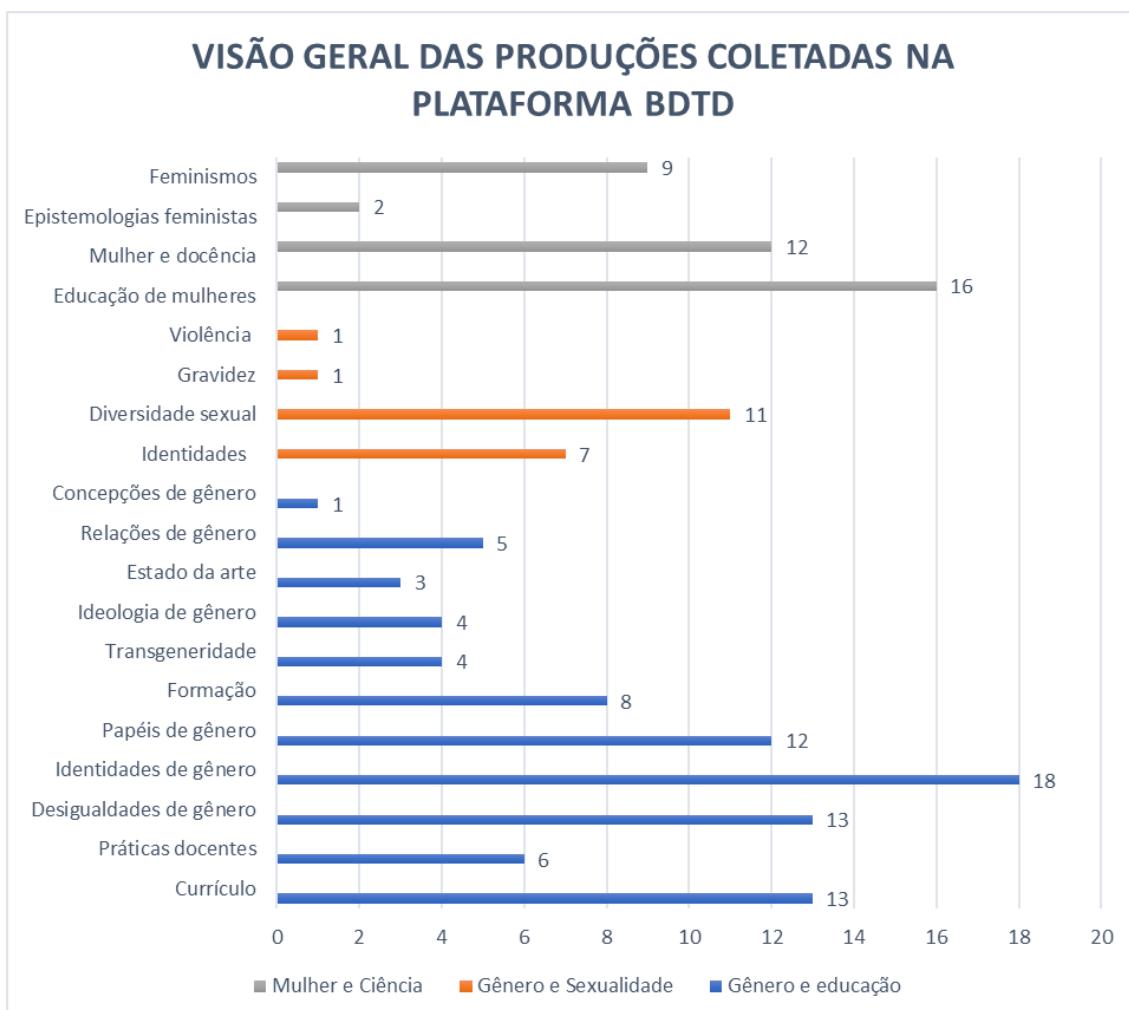
Após o estudo teórico e análise documental, nos debruçamos sobre a coleta de dados sobre os programas de Pós-Graduação em Educação de instituições públicas federais e estaduais existentes na região Nordeste, visando atingir o nosso segundo objetivo específico, que consistia em *identificar as áreas de estudo e produção científica sobre gênero, sexualidades e feminismos nos Programas de Pós-graduação em educação*, analisando quais programas classificavam-se em *Stricto Sensu*, a existência de mestrado e de doutorado em cada um deles e quais eram as suas linhas de pesquisa. Esse estudo revelou a existência de 19 (dezenove) programas nos 9 (nove) estados do Nordeste, como vimos especificados na Tabela 1. A coleta dessas informações exigiu bastante esforço, pois os dados informados na Plataforma Sucupira muitas vezes não contavam com as informações buscadas ou contavam com informações equivocadas. Além disso, em algumas situações, os *sites* disponibilizados na plataforma para darem acesso aos programas contavam com falhas, o que impedia o seu acesso.

No que diz respeito à plataforma da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, a coleta de produções científicas a nível de mestrado e doutorado dentro das temáticas aqui abordadas também se mostrou desafiadora. Tal fato se deu pela falta de padronização de informações disponibilizadas na plataforma, visto que os programas têm a liberdade de inserir suas informações sem seguir um padrão, podendo, por exemplo, inserir a informação do programa de pós-graduação utilizando ou não acentuação, hífen ou padrões silábicos, o que dificulta a busca de quem acessa a plataforma na pesquisa dessas informações. Além disso, algumas instituições não contavam com publicações dentro da plataforma, onde, para conseguir coletá-las, realizamos uma busca diretamente nos *sites* dos programas, como relatamos na seção 5 desta produção.

Ultrapassadas ou contornadas as dificuldades encontradas na coleta de dados e informações, dentro dos Programas de Pós-Graduação sujeitos dessa investigação, 146 (cento e quarenta e seis) produções foram coletadas, sendo elas 38 (trinta e oito) teses e 108 (cento e oito) dissertações. A partir da análise dos programas, constatamos que o número menos expressivo de teses encontradas se deu pela maior parte dos programas aqui investigados, só contarem com o nível de mestrado ou o início do doutorado ser uma situação

recente. Ao comparar o total de teses e dissertações produzidas nos programas disponibilizados no repositório BDTD e nos sites dos programas, consideramos a produção dentro das temáticas aqui abordadas tímidas, visto que de 3.093²⁴ (três mil e noventa e três) produções, apenas 146²⁵ (cento e quarenta e seis) contemplavam os temas de feminismos, gênero e sexualidades.

No entanto, mesmo contando com um pequeno número de produções, é incontestável a importância delas para a contribuição dos estudos de gênero. No gráfico 6 podemos ver um panorama dessas produções especificadas em cada subtema das três categorias de análise.



FONTE: Gráfico feito pela pesquisadora com os dados retirados do Repositório BDTD, 2022.

²⁴ Ver gráfico 1.

²⁵ Ver gráfico 2.

Para atingir o nosso terceiro objetivo específico que consistia em *sistematizar as questões mais atuais sobre produção de conhecimento em educação*, realizamos uma análise das produções de teses e dissertações que contemplavam nosso tema. Dentre as produções analisadas, a categoria que obteve maior destaque foi Gênero e educação, que contou com 87 (oitenta e sete) produções, onde os temas abordados traziam investigações envolvendo gênero no contexto educativo, seja ele formal ou informal. Entendemos essa expressividade pelo fato de os programas investigados serem programas de educação, onde transversalizando com outros temas, o tema educação está sempre em evidência. O currículo e formação, as identidades e papéis de gênero, bem como as desigualdades de gênero foram os subtemas de maior reflexão nos estudos de gênero e educação. É incontestável a importância das discussões desses temas para a modificação de realidades excluidentes na educação e na sociedade como um todo. Diante da importância dos estudos acerca da transgeneridade, a coleta das produções mostrou que esse tema ainda precisa ser mais explorado, para que possam contribuir para a visibilidade das pessoas trans, bem como o combate à exclusão, silenciamento e violências sofridos por essas pessoas.

A coleta das produções sobre gênero e sexualidades foi a menos expressiva dentro de todas as produções coletadas. Dos 146 (cento e quarenta e seis) trabalhos analisados, apenas 20 (vinte) tratavam de discussões acerca de gênero e sexualidades. As pesquisas mais realizadas sobre esse tema, abordaram os estudos das identidades e diversidade sexuais, tratando principalmente das identidades LGBTQIA+ e as opressões sofridas por esses sujeitos. Diante da histórica opressão sofrida pela população LGBTQIA+, realizar produções acerca desses sujeitos, contribuem diretamente para a visibilidade desse público, na luta pelos seus direitos e pelo fim da opressão ou violência sofrida por eles.

Falar de produção de conhecimento na academia nos leva a refletir sobre a participação das mulheres nesse campo. Como sabemos, historicamente as mulheres foram excluídas da educação formal, principalmente nos níveis da educação superior. No entanto, como também vimos nesta dissertação, atualmente as mulheres formam maioria do público matriculado nas universidades, desde a graduação até o doutorado. Apesar disso, elas seguem

sofrendo segregações nesse ambiente, seja tendo sua produção de conhecimento menosprezada, tida como de menor importância e/ou relevância, seja sendo direta ou indiretamente levadas para campos de menor prestígio, seja sofrendo situações de exclusão e sexismo nesses ambientes.

Assim sendo, estudar sobre as mulheres dentro do campo da ciência é indispensável na busca pelo fim dessa realidade. Dentro da análise das produções científicas de mestrado e doutorado, das 146 (cento e quarenta e seis) teses e dissertações, 39 (trinta e nove) contemplavam as mulheres e sua participação na educação e na ciência. As produções mais expressivas tratavam da formação de mulheres, seja na educação básica, no ensino superior ou mesmo na educação não formal. Também, entre os temas mais presentes nas produções, estava à docência de mulheres, na educação básica e ensino superior, com uma ênfase maior para a docência nas exatas, campo de maior exclusão para as mulheres. Ainda entre os trabalhos analisados estavam teses e dissertações que tratavam das epistemologias feministas e dos feminismos no campo dos movimentos sociais.

Independentemente do tema principal, ou do campo de pesquisa, identificamos que grande parte dos trabalhos analisados traziam em suas pesquisas e análises, a interseccionalidade. Ela foi vista em trabalhos que falavam das sexualidades na educação, em trabalhos que falavam de movimentos feministas, em trabalhos que abordavam a transgeneridade. A interseccionalidade se fez presente em grande parte das produções aqui estudadas, o que demonstra que cada vez mais pesquisadoras e pesquisadores entendem a importância de estudar um fato analisando todos os fatores que o atravessam, e que estudar sobre gênero precisa estar atrelado a estudar sobre raça, sobre classe, sobre religiosidade e qualquer outro fator que influencie as realidades do campo e das/os sujeitas/os que fazem parte dele.

Ao final deste estudo, reiteramos a importância da pesquisa em gênero tanto nos temas que mais foram contemplados nas teses e dissertações investigadas, quanto, e principalmente, nos temas que pouco ou nada apareceram aqui. A transgeneridade, as masculinidades, as epistemologias feministas, o movimento negro, os temas LGBTQIA+ precisam ter mais visibilidade, precisam ser investigados, analisados, problematizados, para que

possamos modificar realidades de opressão, de exclusão e de violência sofridas pelas/os sujeitas/os desses campos.

Finalizo esta dissertação na esperança de que a esta pesquisa possa colaborar para os estudos dos campos de gênero, feminismos e sexualidades, na busca da equidade de direitos e da emancipação das/os sujeitas/os. E na certeza da modificação que esse estudo trouxe para a minha vida profissional, acadêmica e pessoal. Ser mulher na academia não é fácil, sendo da classe trabalhadora é ainda mais difícil. Lana Del Rey, em uma de suas músicas diz que “esperança é algo perigoso para uma mulher como eu ter, mas eu tenho.”²⁶ E assim como nesta e em outras canções que me inspiram, eu sigo tendo esperança e como Paulo Freire, que ao usar o termo “esperançar” transformou a esperança em verbo, eu seguirei sendo resistência, ocupando esse espaço e lutando para abrir espaço para que todas as mulheres que queiram ocupá-los o possam fazer.

²⁶ Música Hope is a dangerous thing for a woman like me to have. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rY2LUmLw_DQ

REFERÊNCIAS

- AGRELLO, Deise Amaro. GARG, Reva. **Mulheres na física: poder e preconceito nos países em desenvolvimento.** In: Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 31, n. 1, 1305, 2009.
- ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** Abril Cultural/ Brasiliense, 1985.
- BARROS, Suzane Carvalho da Vitória. MOURÃO, Luciana. **Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade.** In: Psicologia & Sociedade, 30, 1, 74090. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/v6X4NdsLGPx7fmpJBCWxsdB/?lang=pt&format=pdf>>.
- BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. Disponível em: <<http://www.bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: 28/12/2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020.** Brasília, DF: CAPES, 2010. 2 v.: il.; 28cm. ISBN - 978-85-88468-15-3. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/plano-nacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 15/03/2022.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Brasil. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17/04/2022.
- BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”.** In BENHABIB, Seyla et al. (Orgs.) Debates feministas: um intercâmbio filosófico. Editora Unesp, 2019. Disponível em: (Debates Feministas: um intercâmbio filosófico **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998).
- CALVELLI, Haudrey Germiniani; LOPES, Maria de Fátima. **A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista.** In: Livro de Anais do Congresso Scientiarum Historia IV. 2011. p. 347-353.
- COLLING, Ana Maria. **A construção histórica do feminino e do masculino.** In: STRY, M. N; CABEDA, S. T; PREHN, D. R. (Org.). Gênero e cultura: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. ARAS, Lina M. Brandão. **Por uma ciência e epistemologia(s) feminista: avanços, dilemas e desafios.** In: Cadernos de Gênero e Tecnologia. nº 29 e 30, Ano:11, jan a jun/2014.
- CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global.** São Paulo: nVersos, 2015.

CORDEIRO, Marinês Domingues. **Mulheres na Física: um pouco de história.** In: Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 34, n. 3, p.669-672, dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/issue/view/2529>>.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo e feminismo: a ressignificação do conceito de objetividade a partir de uma proposta crítica feminista.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

DESLANDES, S. F. **A Construção do projeto de pesquisa.** In: MINAYO, M. C. (Org.) Pesquisa Social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80p. p.31-50.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GATTI, Bernadete A. **Estudos quantitativos em educação.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p.11-30, jan./abr. 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. - [4. Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2021.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras/ bell hooks;** tradução Bhuvi Libanio. – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal.** Tese de doutorado. Volume II – Diários do Trabalho Empírico. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, 2005.

LAGE, Allene Carvalho. **Educação e Movimentos Sociais: caminhos para uma pedagogia de luta.** Recife: ed. Universitária da UFPE, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Técnicas de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidades e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. FELIPE, Jane. GOELLNER, Silvana Vilodre. (Organizadoras). **Corpo, gênero e sexualidades: Um debate contemporâneo na educação.** 9. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MEINERZ, Carla Beatriz. **Grupos de discussão: uma opção metodológica na pesquisa em educação.** Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 485-504,

maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 14/04/2022.

MORAES, Magali Saquete Lima. **Falando de Gênero**. In: La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura. v. 13, nº 2, jul.dez. 2008.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NEUENFELDT, Manuelli Cerolini. ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. **Pós-graduação em educação no Brasil: um breve histórico**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 85-95, junho 2008.

NOBRE, Lorena Neves. FREITAS, Rodrigo Randon de. **A evolução da pós-graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação**. Brazilian Journal of Production Engineering, São Mateus, Vol. 3, nº2, p.18-30 (2017). Editora CEUNES/DETEC. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/BJPE>>. Acesso em: 05/05/2022.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/>>. Acesso em: 07/12/2022.

PEREZ, Olívia Cristina. RICOLDI, Arlene Martinez. **A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva**. Trabalho preparado para apresentação no X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>>. Acesso em: 22/05/2022.

RAMALHO, Betania Leite. MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. **A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas**. In: Revista Brasileira de Educação - nº 30, Dez 2005. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/555gKPMgCtZ3twqMMSnwdXv/?lang=pt>>. Acesso em: 05/05/2022.

ROSA, Graziela Rinaldi da. **Pedagogias populares feministas latino-americanas: legados feministas para a educação popular**. In: Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas. Organização de Márcia Alves da Silva, Graziela Rinaldi da Rosa - Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os conflitos urbanos no Recife: o caso do Skylab**. In: Revista Crítica, nº 11, maio, p. 9-59. Coimbra: CES, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** Labrys. Estudos Feministas, v. 11, 2007.

SAVIANI, Demeval. **A pós-graduação em educação no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas.** In. Revista Diálogo Educacional - v.1 - n.1 - p.1-95 - jan./jun. 2000.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP. EDUSC, 2001.

SCHIEBINGER, Londa. **Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento.** História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro. v.15, suplemento, p.269-281, jun. 2008.

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.** In: Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEVERINO. Antônio Joaquim. **Consolidação dos cursos de pós-graduação em educação: condições epistemológicas, políticas e institucionais.** In: Revista Atos de Pesquisa em Educação - PPGE/ME FURB. ISSN 1809- 0354. v. 1, nº 1, p. 40-52, jan./abr. 2006.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. **As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher.** In: Revista Thesis Juris – RTJ, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020.

TELLES, Antonia Marlene Vilaca. **A presença da mulher no contexto da história da educação.** In. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: <http://xanpedsl.faed.udesc.br/arq_pdf/861-0.pdf>.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TRUTH, Sojourner. **Não sou uma mulher?** Convenção de Akron, Akron, Ohio, maio de 1851. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>>. Acesso em: 20/07/2021.

YOUSAFZAI, Malala. **Into Film Festival**, Emma Watson. Portal Geledés, novembro, 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/feminismo-e-uma-outra-palavra-para-igualdade-diz-malala-yousafzai-a- atriz-emma-watson/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Crítica feminista.** BONNICI, Thomas. ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas, v. 3, p. 217-242, 2009.

APÊNDICE A – TESES E DISSERTAÇÕES

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
1	AL	UFAL – PPGE	2013	“OXE, EU SOU MACHO, PROFESSOR!”: a escola e os processos de subjetivação dos meninos em um bairro de Maceió/AL	Julia Mayra Duarte Alves	F	D	Profª Drª Laura Cristina Vieira Pizzi	F	Gênero e currículo Papéis de gênero
2	BA	UFBA – PPGE	2013	A participação feminina no processo de inclusão escolar de crianças com deficiência visual.	Sheila de Quadros Uzêda	F	T	Profª Drª Theresinha Guimarães Miranda	F	Papéis de gênero Interseccionalidade: mães e PCDs
3	BA	UFBA – PPGE	2013	De Escrava a Cidadã: Educação, trabalho e emancipação das Trabalhadoras domésticas	Francisca Elenir Alves	F	T	Prof. Dr. Àlamo Pimentel.	M	Interseccionalidade: gênero, classe e raça Formação de mulheres: EJA
4	BA	UFBA – PPGE	2012	Curriculum, gênero e formação: uma compreensão densa dos atos de currículo do curso de bacharelado em Gênero e Diversidade da UFBA e suas implicações nas experiências formativas.	Tatiane de Lucena Lima	F	T	Prof. Dr. Roberto Sidnei Macedo.	M	Gênero e currículo Ensino superior

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
5	CE	UFC – PPGE	2017	A escola e os professores diante da problemática da sexualidade: uma perspectiva histórico-sociológica de análise dos discursos e das práticas educacionais.	Jarles Lopes de Medeiros	M	D	Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá	M	Sexualidades e educação Práticas docentes: educação básica
6	CE	UFC – PPGE	2019	As questões de gênero na educação física escolar e a prática pedagógica de professores e professoras do município de Maracanaú-CE	Ítala Almeida Timóteo	F	D	Profª Drª Maria Eleni Henrique da Silva	F	Gênero e educação Práticas docentes: educação básica
7	CE	UFC - PPGE	2016	O “reino da glória” e a moral católica: memórias sobre a educação feminina e a prostituição na cidade de Crato-CE.	Lourdes Rafaella Santos Florencio.	F	T	Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.	M	Educação de mulheres Educação não formal. Prostituição
8	CE	UFC – PPGE	2016	Narrativas Educacionais de Prostitutas do centro de Fortaleza-CE	Verônica Gomes dos Santos	F	T	Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues.	M	Educação de mulheres: mulheres prostitutas.
9	CE	UFC – PPGE	2021	Educação e opressão de gênero na obra “Mitos da dominação masculina”: um estudo fundamentado na ontologia marxiana.	Ana Joza de Lima	F	T	Prof. Dr. Valdemar Coelho Gomes Co-orientadora: Profa Drª Betania Moreira de Moraes	M/F	Desigualdades de gênero / opressão de gênero

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
10	CE	UFC – PPGE	2017	“Agora é a minha vez de ir pra escola!”: os desafios na educação para mulheres velhas em um programa de EJA, em Fortaleza-CE.	Kelly Maria Gomes Menezes	F	T	Profª Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado	F	Gênero e educação / Educação de mulheres / EJA / Interseccionalidade: etarismo
11	CE	UECE – PPGE	2018	Educadora Henriqueta Galeno: biografia de uma literata e feminista (1887-1964)	Évila Cristina Vasconcelos de Sá	F	D	Profª Drª Lia Machado Fiúza Fialho	F	História da Educação / Feminismo: movimento feminista / Biografia feminista
12	MA	UFMA – PPGE	2019	Percursos formativos das mulheres líderes comunitárias em São Luís	Antonieta Lago Teixeira	F	D	Profª Drª Iran de Maria Leitão Nunes	F	Identidades de gênero. Percursos formativos e identidades das mulheres. Liderança feminina: movimentos sociais.
13	MA	UFMA – PPGE	2017	O sexismo no ensino superior do Maranhão	Bianca Bueno do Nascimento	F	D	Profª Drª Diomar das Graças Motta	F	Gênero e educação: ensino superior. Relações de gênero: sexismo.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
14	MA	UFMA – PPGE	2022	- Nós, VOZ, elas: Mulheres professoras narrando suas vivências de desigualdade de gênero e raça no curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.	Ana Clara de Melo Almeida	F	D	Profª Dra Raimunda Nonata da Silva Machado	F	Gênero e educação: mulher e docência – ensino superior Interseccionalidade: raça e gênero
15	MA	UFMA – PPGE	2020	MULHERES ATENAS MARANHENSES: trajetória das mulheres na Filosofia e memórias das primeiras professoras do Departamento de Filosofia da UFMA.	Isabel Cristina Costa Freire	F	D	Profª Drª Iran de Maria Leitão Nunes	F	Gênero e educação: mulher e docência – ensino superior.
16	MA	UFMA – PPGE	2018	GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo das atividades realizadas pelas professoras no contexto escolar.	Thalita de Fátima Aranha Barbosa Sousa	F	D	Profª Drª Diomar das Graças Motta.	F	Gênero e educação: educação infantil. Papéis de gênero: binarismo.
17	MA	UFMA – PPGE	2020	ENTRE NÚMEROS E SAIAS: a trajetória de mulheres professoras de Ciências Exatas da Universidade Federal do Maranhão	Fernanda Vanessa de Jesus da Silva	F	D	Profª Drª Iran de Maria Leitão Nunes	F	Gênero e educação: mulher e docência – ensino superior Ciências Exatas

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
18	MA	UFMA – PPGE	2016	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL: a (in)visibilidade nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense	Alberto Magno Moreira Martins	M	D	Profª Drª Iran de Maria Leitão Nunes	F	Gênero e educação: educação básica. Diversidade sexual: homossexualidade.
19	MA	UFMA – PPGE	2019	DISCURSOS DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: quais referências de masculinidades?	Arthur Furtado Bogéa	M	D	Profª Drª Iran de Maria Leitão Nunes	F	Gênero e educação Identidades de gênero: masculinidades Teoria queer
20	MA	UFMA – PPGE	2020	CONCEPÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NO CURSO DE PEDAGOGIA UFMA/CODÓ: Criando espirais de conhecimento com o olhar discente.	Simone Cristina Silva Simões	F	D	Profª Drª Raimunda Nonata da Silva Machado	F	Gênero e sexualidades Formação docente: ensino superior. Concepções de gênero e sexualidades.
21	PB	UFPB – PPGE	2016	O protagonismo das mulheres campesinas na luta pela terra	Ivanilson Batista da Silva	M	D	Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva	M	Movimentos sociais: mulheres campesinas Empoderamento: protagonismo das mulheres.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
22	PB	UFPB – PPGE	2016	Institucionalização dos estudos de gênero na UFMA: uma análise da identidade feminista a partir da narrativa de vida.	Adenilda Bertoldo Alves de Moraes	F	D	Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho	F	Gênero e educação: mulher e docência – ensino superior
23	PB	UFPB – PPGE	2017	Gênero e perspectivas de escolha de cursos superiores: análise a partir de uma escola de ensino médio integrado a cursos técnicos na área da computação	Daiane Lins da Silva Firino	F	D	Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho	F	Gênero e educação: educação básica – escolhas de carreiras. Gênero e currículo: papéis de gênero.
24	PB	UFPB – PPGE	2014	Gênero e escolhas de cursos superiores: perspectivas de estudantes de ensino médio do Liceu Paraibano.	Érica Jaqueline Soares Pinto	F	D	Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho	F	Gênero e educação: educação básica – escolhas de carreiras. Papéis de gênero: dicotomia/segregação feminina.
25	PB	UFPB – PPGE	2017	Gênero e educação superior: perspectivas de alunas de Física.	Valquiria Gila de Amorim	F	D	Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho	F	Gênero e educação: mulher e ensino superior – cursos de exatas. Barreiras de gênero: sexismo.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
26	PB	UFPB – PPGE	2014	EDUCAÇÃO PARA PREVENÇÃO: o discurso de professoras de Ciências no Ensino Fundamental II em tempos de HIV/AIDS	Karina Maria de Souza Soares	F	D	Prof. Dr. José Antônio Novaes da Silva	M	Gênero e educação: educação básica – práxis docente. Gênero e sexualidades: prevenção de ISTs e HIV/AIDS.
27	PB	UFPB – PPGE	2016	Direitos humanos, educação e cidadania LGBT: uma análise das ações do programa Brasil sem Homofobia em João Pessoa/PB	José Cleudo Gomes	M	D	Profª Drª. Maria de Nazaré Tavares Zenaide	F	Gênero e sexualidades: homofobia Movimento LGBT
28	PB	UFPB – PPGE	2013	COMPETÊNCIAS DE SOLDADO: Relações de gênero na formação profissional da Polícia Militar.	Iris Oliveira do Nascimento	F	D	Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho	F	Gênero e educação: formação profissional Papéis de gênero: divisão sexual do trabalho.
29	PB	UFPB – PPGE	2014	Aspectos das relações de gênero no trânsito família/escola no Plano de Mobilização Social pela Educação.	Janaína Carneiro da Costa	F	D	Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho	F	Relações de gênero: papéis de gênero.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
30	PB	UFPB – PPGE	2015	Análise da produção científica brasileira sobre relações de gênero na Educação Infantil	Francisca Jocineide da Costa e Silva	F	D	Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho	F	Gênero e educação: educação infantil Estado da arte – produções sobre gênero na E.I.
31	PB	UFPB – PPGE	2017	Análise da “Ideologia de Gênero” no Plano Municipal de Educação de João Pessoa – PB (2015-2025)	Joel Martins Cavalcante	M	D	Profª Drª Maria de Nazaré Tavares Zenaide	F	Gênero, sexualidades e educação: políticas educacionais e diversidade
32	PB	UFPB – PPGE	2017	Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência	Adenize Queiroz de Farias	F	T	Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho	F	Interseccionalidade: mulheres e PCDs Inclusão e empoderamento.
33	PB	UFPB – PPGE	2013	Relações de gênero e educação superior: uma análise das experiências de estudantes grávidas e mães do curso de Ciências Biológicas do CCA/UFPB	Anita Leocádia Pereira dos Santos	F	T	Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho	F	Gênero e educação: mulher e ensino superior. Interseccionalidade: mulheres grávidas e mães

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
35	PB	UFPB – PPGE	2018	Experiências das mulheres-mães de pessoas com deficiência: da (in)visibilidade à participação social.	Alessandra Miranda Mendes Soares	F	T	Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho Co-orientadora: Profª Drª Alejandra Montané-López (UB/Espanha)	F	Interseccionalidade: mulheres-mães e PCDs. Inclusão e empoderamento.
36	PB	UFPB – PPGE	2017	CARREIRAS DE PROFESSORAS DAS CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIA: estudo em uma IFES do Nordeste Brasileiro.	Lucimery Batista da Silva	F	T	Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho	F	Gênero e educação: mulher e docência – ensino superior. Ciências Exatas
37	PB	UFPB – PPGE	2018	Avaliação de um programa para inclusão de meninas em STEM na Paraíba – Brasil: articulação entre o ensino médio e o superior.	Cecília Telma Alves Pontes de Queiroz	F	T	Profª Drª María Eulina Pessoa de Carvalho Profª Drª Alejandra Montané-López (UB/Espanha)	F/F	Gênero e educação: mulher e ciência – formação básica e superior. Ciências Exatas.
38	PB	UFPB – PPGE	2017	As construções discursivas de identidades no território do Facebook e as Políticas Educacionais de Diversidade.	Patrícia Guedes Corrêa Gondim	F	T	Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão	M	Identidades de gênero: políticas públicas e diversidade.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
40	PE	UFPE – PPGEdu	2016	Abuso sexual infantil: sentidos compartilhados por professores	Suelen Batista Freire	F	D	Profª. Drª. Laêda Bezerra Machado	F	Gênero e sexualidades: abuso sexual infantil
41	PE	UFPE – PPGEdu	2018	As marcas da memória hegemônica e da memória vivida nas imagens da mulher negra nos livros didáticos dos territórios campesino do Brasil e da Colômbia: um olhar através dos estudos pós-coloniais e do feminismo negro latino americano.	Camila Ferreira da Silva	F	D	Prof. Dr. Janssen Felipe da Silva Co-orientadora: Profª Drª. Denise Maria Botelho	M/F	Gênero e currículo: livros didáticos e educação do campo. Interseccionalidade: gênero e raça.
42	PE	UFPE – PPGEdu	2015	As representações sociais de diversidade sexual por professores e professoras da rede municipal de ensino do Recife e suas relações com a formação continuada.	Lucia Bahia Barreto Campello	F	D	Profª. Drª. Lícia de Souza Leão Maia	F	Gênero e sexualidades: diversidade sexual. Educação básica: formação de professores.
43	PE	UFPE – PPGEdu	2015	Com a delicadeza necessária: o discurso de gênero e sexualidades em livros de literatura infantil.	Amaury Veras Neto	M	D	Profª. Drª. Rosângela Tenório de Carvalho	F	Gênero e sexualidades: identidade de gênero e literatura infantil.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
44	PE	UFPE – PPGEdu	2017	Educação, juventude e homossexualidade: experiências escolares de jovens gays pobres.	Júlio César de Oliveira Santos	M	D	Profª. Drª. Anna Luiza A. R. Martins de Oliveira	F	Gênero e sexualidades: homossexualidade. Interseccionalidade: classe social.
45	PE	UFPE – PPGEdu	2017	Experiências formativas e a constituição de subjetividades de militantes lésbicas em Pernambuco.	Anahi Bezerra de Carvalho	F	D	Profª. Drª. Anna Luiza Araújo Martins de Oliveira	F	Gênero e sexualidades: diversidade e movimento lésbico. Identidades de Gênero.
46	PE	UFPE – PPGEdu	2019	GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E ESCOLA: memória e educação em saúde.	Thaynah Leal Simas	F	D	Prof. Dr. Vilde Gomes de Menezes	M	Gênero, sexualidades e educação: gravidez na adolescência.
47	PE	UFPE – PPGEdu	2018	Infâncias trans: a emergência de uma narrativa social em (con)textos midiáticos e suas inter-relações com a educação	Melanie Laura Mariano da Penha Silva	F	D	Profª. Drª. Anna Luiza Araújo Martins de Oliveira	F	Gênero e educação: transgêneridade e “infância trans”.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
48	PE	UFPE – PPGEdu	2018	O livro didático de história sob a perspectiva das relações de gênero: uma análise entre os anos de 2007 e 2015.	Allan Alves da Mata Ribeiro	M	D	Profª. Drª. Adriana Maria Paulo da Silva	F	Gênero e educação: educação básica e livro didático. Masculinidades e feminilidades: posições de sujeitos generificadas.
49	PE	UFPE – PPGEdu	2015	Os cadernos escolares que “falam”: artefato de subjetivação de gênero e sexualidades.	Natália Machado Belarmino	F	D	Profª. Drª. Rosângela Tenório de Carvalho	F	Gênero, sexualidades e educação: identidades de gênero e sexualidades.
50	PE	UFPE – PPGEdu	2017	Patriarcalização e despatriarcalização nas imagens de mulheres nos livros didáticos da educação do campo do Brasil e da Colômbia.	Aline Renata dos Santos	F	D	Prof. Dr. Janssen Felipe da Silva Co-orientadora: Profª. Drª. Anna Rita Sartore	M/F	Gênero e currículo: livro didático e educação do campo. Interseccionalidade: gênero e raça.
51	PE	UFPE – PPGEdu	2018	A professora ideal: uma análise do aconselhamento e da premiação como dispositivo pedagógico de gênero.	Ana Paula Rufino dos Santos	F	T	Profª. Drª. Rosângela Tenório Carvalho. Co-orientadora: Profª Drª. Karina Miriam da Cruz Valença Alves.	F/F	Papéis de gênero. Gênero e educação: mulher e docência.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
52	PE	UFPE – PPGEdu	2016	As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidades na educação básica.	Maria do Carmo Gonçalo Santos	F	T	Profª. Drª. Maria Eliete Santiago	F	Gênero e currículo: educação básica e formação docente. Gênero e sexualidades na educação.
53	PE	UFPE – PPGEdu	2015	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: reverberação do discurso da diversidade nas escolas da rede pública estaduais de Pernambuco.	Itamar Nunes da Silva	M	T	Profª Drª Aída Maria Monteiro Silva	F	Gênero e sexualidades: diversidade - educação em direitos humanos e educação básica.
54	PE	UFPE – PPGEdu	2019	Representações sociais de relações de gênero de professoras/es da educação infantil.	Ana Célia de Souza Santos	F	T	Profª. Drª. Lícia de Souza Leão Maia	F	Gênero e educação: educação infantil – relações de gênero e papéis de gênero.
55	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2018	(DES)RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL E À IDENTIDADE DE GÊNERO EM ESCOLAS DE CARUARU – PE: a questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar.	Émerson Silva Santos	M	D	Profª. Drª. Allene Carvalho Lage	F	Gênero, sexualidades e educação: identidade de gênero e diversidade. Educação básica.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
56	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2018	ANGÚSTIA E COLONIDADE DO SER: percepção sobre LGBTfobia em estudantes de licenciatura em Pedagogia e em Física do Campus Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco.	Márcio Rubens de Oliveira	M	D	Profª. Drª. Allene Carvalho Lage	F	Gênero, sexualidades e educação: LGBTfobia e ensino superior – licenciatura.
57	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2015	CIÊNCIA NO FEMININO: um estudo sobre a presença da mulher docente na pós-graduação da UFPE.	Emanuely Arco Iris Silva	F	D	Profª. Drª. Allene Carvalho Lage	F	Mulher e ciência: mulher e docência – ensino superior.
58	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2019	CONSENSOS E DISSENSOS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTFOBIA NA ESCOLA: quem fala, quem sofre quem nega.	Filipe Antonio Ferreira da Silva	M	D	Profª. Drª. Allene Carvalho Lage	F	Gênero, sexualidades e educação: diversidade e LGBTfobia. Educação básica.
59	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2018	Contribuições do pensamento feminista latino-americano de Marcela Lagarde para a educação não sexista.	Paloma Raquel de Almeida	F	D	Profª. Drª. Allene Carvalho Lage	F	Relações de gênero: feminismo, feminismo latino-americano e educação não-sexista.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
61	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2016	Mulheres vestidas de barro e os sentidos da produção de mestras artesãs da comunidade do Alto do Moura em Caruru/PE	Aldir José da Silva	M	D	Profª. Drª. Allene Carvalho Lage	F	Relações de gênero: desigualdades de gênero e invisibilização.
62	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2016	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO QUE TRATAM DE GÊNERO E SEXUALIDADES NA AMÉRICA LATINA: um estudo sobre o Brasil e Uruguai.	Márcio da Silva Lima	M	D	Profª. Drª. Allene Carvalho Lage	F	Gênero e sexualidades: diversidade sexual e políticas educacionais.
63	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2017	QUANDO A MATÉRIA TEM GÊNERO: sobre masculinidades e feminilidades na docência em física no agreste de Pernambuco.	Ribbyson José de Farias Silva	M	D	Profª. Drª. Allene Carvalho Lage Co-orientadora: Profª Drª. Anna Luiza A. R. Martins de Oliveira	F/F	Gênero e educação: papéis de gênero e docência em ciências exatas.
64	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2018	A construção do pânico moral sobre a chamada “ideologia de gênero na educação” nos sites de movimentos cristãos (neo) conservadores.	Benedito Leite de Souza Júnior	M	D	Prof. Dr. Gustavo Gilson Souza de Oliveira	M	Gênero e sexualidades: ideologia de gênero.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
65	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2018	A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GÊNERO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE: uma revisão a partir do repositório de teses e dissertações.	Amanda do Nascimento Rosa	F	D	Profª. Drª. Anna Luiza Araújo Ramos Martins de Oliveira	F	Gênero e educação: estado da arte, produção sobre gênero nos Programas de Pós-Graduação da UFPE.
66	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2016	“Marias também têm força”: a emergência do discurso de enfrentamento à violência contra a mulher na rede pública de ensino de Caruaru.	Karinny Lima de Oliveira	F	D	Profª. Drª. Anna Luiza A. R. Martins de Oliveira	F	Relações de gênero e educação: enfrentamento à violência de gênero.
67	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2017	RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL (PEI): os desafios dos conteúdos da jornada ampliada.	Fernanda Cavalcante da Silva	F	D	Profª. Drª. Katharine Ninive Pinto Silva	F	Gênero e educação: relações de gênero e educação básica.
68	PE	UFPE/CAA – PPGEduC	2017	VILÃS RESENTIDAS OU HEROÍNAS IMPROVÁVEIS? O ethos da mulher com deficiência em telenovelas brasileiras.	Raianny Kelly Nascimento Araújo	F	D	Profª. Drª. Anna Luiza Ramos Martins de Oliveira	F	Relações de gênero: identidades de gênero. Interseccionalidade: mulher e PCDs.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
69	PE	UFRPE – PPGECL	2019	“MENINOS VESTEM AZUL E MENINAS VESTEM ROSA”: analisando redes discursivas e as lições de gênero do “Escola Sem Partido”.	Melina Costa Lima Fraga	F	D	Prof.ª Dr.ª Ana Paula Abrahamian de Souza	F	Relações de gênero: ideologia de gênero e heteronormatividade.
70	PE	UFRPE – PPGECL	2018	A pedagogia cultural da telenovela na construção de masculinidades negras.	Emanuele Cristina Santos Do Nascimento	F	D	Prof.ª Dr.ª Ana Paula Abrahamian de Souza	F	Relações de gênero: identidades e masculinidades negras. Interseccionalidade: gênero e raça.
71	PE	UFRPE – PPGECL	2016	A perspectiva da mulher negra presidiária a partir das reflexões sobre o racismo e as possibilidades de construção de ações emancipatórias.	Waneska Andressa Viana de Oliveira	F	D	Prof. Dr. Moisés de Melo Santana	M	Desigualdades de gênero: sistema prisional feminino. Interseccionalidade: Gênero e raça. Direitos Humanos.
72	PE	UFRPE – PPGECL	2017	Direitos Humanos e a prática educativa tradicional da Capoeira Angola.	Francineide Marques da Conceição Santos	F	D	Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda Co-orientadora: Profª. Drª. Rosângela Costa Araújo	M/F	Identidade de gênero. Direitos Humanos. Interseccionalidade: gênero e raça.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
73	PE	UFRPE – PPGECI	2016	Escola sem homofobia: a (re)produção da identidade sexual nos discursos escolares.	Edson Leandro De Almeida	M	D	Profª. Drª. Hulda Helena Coraciara Stadtler	F	Gênero, sexualidades e educação: identidade sexual e homofobia.
74	PE	UFRPE – PPGECI	2018	Feminismoagora!: uma experiência de pedagogia feminista autorreflexiva.	Camila de Melo Santana	F	D	Profª. Drª. Denise Maria Botelho	F	Gênero e movimentos sociais: movimentos feministas.
75	PE	UFRPE – PPGECI	2018	Meninas empoderadas: um estudo sobre resiliência e bullying entre pares na escola.	Flávia Maria Dos Santos Vasconcelos	F	D	Prof. Dr. Hugo Monteiro Ferreira	M	Gênero e educação: relações de gênero na escola. Empoderamento.
76	PE	UFRPE – PPGECI	2016	Os sentidos atribuídos às identidades de mulheres quilombolas na escola de educação quilombola.	Lúcia Helena Ramos da Silva	F	D	Profª. Drª. Denise Botelho	F	Gênero e educação: identidades. Interseccionalidade: gênero e raça.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
77	PE	UFRPE – PPGECI	2016	PERIGUETES: um estudo sobre o uso da imagem da mulher nos meios de comunicação de massa e sua influência para a educação informal.	Joyce Bezerra de Souza	F	D	Profª. Drª. Betânia Maciel de Araújo	F	Gênero e sexualidades: identidades de gênero. Educação informal: meios de comunicação de massa.
78	PE	UFRPE – PPGECI	2016	Porque fomos sequestradas dos pés até o último fio de cabelo: práticas pedagógicas no movimento de mulheres negras e a ressignificação do corpo negro.	Ana Cecília Rodrigues dos Santos Godoi	F	D	Prof. Dr. Maurício Antunes Tavares	M	Gênero e movimentos sociais: movimento feminista negro. Interseccionalidade: gênero e raça.
79	PE	UFRPE – PPGECI	2019	Preta cristã: reflexões sobre autoformação no movimento progressista evangélico.	Vanessa Maria Gomes Barboza	F	D	Profª. Drª. Ana Paula Abrahamian de Souza	F	Gênero e movimentos sociais: movimento social progressista evangélico. Interseccionalidade: gênero, raça e religião.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
81	PI	UFPI – PPGED	2012	MULHER AFRODESCENDENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR EM PARNAÍBA: memórias da trajetória de vida e ascensão social.	Maria Do Rosário De Fátima V. Da Silva	F	D	Profª. Drª. Maria Do Amparo Borges Ferro	F	Mulher e docência: ensino superior. Interseccionalidade: raça e gênero.
82	PI	UFPI – PPGED	2012	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE(S): qual a cor da homofobia no arco-íris da escola?	Valdenia Pinto de Sampaio Araújo	F	D	Profª. Drª. Maria do Carmo Alves do Bomfim	F	Gênero e sexualidades: diversidade sexual e homofobia.
83	PI	UFPI – PPGED	2012	EDUCAÇÃO FEMININA NO ENSINO SECUNDÁRIO PIAUIENSE: da escolarização à profissionalização (1960-1982).	Edilene Lima da Silva	F	D	Profª. Drª. Maria do Amparo Borges Ferro	F	Gênero e educação: educação de mulheres.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
84	PI	UFPI – PPGED	2013	AFRORRESILIÊNCIA: a resiliência na vida de mulheres Afrodescendentes.	Lucenia Libania Pinheiro Martins	F	D	Prof. Dr. Francis Musa Boakari	M	Identidade de gênero. Interseccionalidade: gênero e raça e resiliência.
85	PI	UFPI – PPGED	2013	EDUCAÇÃO, GÊNERO E AFRODESCENDÊNCIA: a educação escolar e a organização de mulheres quilombolas em Brejão dos Aipins.	Ranchimit Batista Nunes	M	D	Profª. Drª. Carmen Lucia De Oliveira Cabral	F	Gênero e educação: desigualdade de gênero. Interseccionalidade: gênero, raça, localização geográfica e classe social.
86	PI	UFPI – PPGED	2013	A ESCOLA E A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR: experiências da mulher lésbica afrodescendente.	Ana Carolina Magalhães Fortes	F	D	Prof. Dr. Francis Musa Boakari	M	Gênero, sexualidades e educação: identidade e diversidade sexual. Interseccionalidade: gênero, sexualidades e raça.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
87	PI	UFPI – PPGED	2013	SOCIOPOETIZANDO AS SEXUALIDADES: o pensamento filosófico de jovens do Colégio Técnico de Floriano - PI	Francimeiry Santos Carvalho	F	D	Profª. Drª. Shara Jane Holanda Costa Adad	F	Gênero e sexualidades: identidade de gênero e diversidade sexual.
88	PI	UFPI – PPGED	2014	Os acordes das relações de gênero entre Integrantes da orquestra jovem da escola Padre Luis de Castro Brasileiro em União-Piauí.	Maria Dolores dos Santos Vieira	F	D	Profª. Drª. Maria do Carmo Alves do Bomfim	F	Gênero e educação: relações de gênero. Interseccionalidade: gênero e música.
89	PI	UFPI – PPGED	2014	DESCOLONIZANDO SEXUALIDADES E CURRÍCULO NA ESCOLA: confetes produzidos por jovens da Ilha.	Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento	M	D	Profª. Drª. Shara Jane Holanda Costa Adad	F	Gênero, sexualidades e educação: currículo e diversidade sexual.
90	PI	UFPI – PPGED	2014	O COLÉGIO SÃO JOSÉ E A FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS NORMALISTAS EM CAXIAS – MARANHÃO: formando para a igreja, para a pátria e o lar (1949 – 1972).	Suely Barbosa de Moura	F	D	Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes	M	Gênero e educação: educação de mulheres.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
91	PI	UFPI – PPGED	2015	“O ESSENCIAL É INVISÍVEL AOS OLHOS”: significações que medeiam a constituição da identidade do professor homem	Lucélia Costa Araújo	F	D	Profª. Drª. Maria Vilani Cosme de Carvalho	F	Gênero e educação: identidade de gênero e professor homem.
92	PI	UFPI – PPGED	2016	ENTRE OCÓS, TRUQUES E ATRAQUES: a produção de confetes sobre as experiências de educadoras Trans do projeto TRANS FORMA AÇÃO.	Lucivando Ribeiro Martins	M	D	Profª. Drª. Shara Jane Holanda Costa Adad	F	Gênero e educação: transgêneridade e professoras trans.
93	PI	UFPI – PPGED	2016	Os impactos dos programas Bolsa Família e Pronatec no alcance da autonomia de mulheres do bairro Santo Antônio em Teresina.	Lisiany Dantas Lopes Teixeira	F	D	Profª. Drª. Maria do Carmo Alves do Bomfim	F	Gênero e educação: políticas públicas e autonomia e desigualdade de gênero.
94	PI	UFPI – PPGED	2019	Entre tênis e cadarços – a literatura infantil afrodescendente: o que ensina o mercado editorial brasileiro?	Emanuella Geovana Magalhães de Souza	F	D	Prof. Dr. Francis Musa Boakari	M	Identidade de gênero: invisibilidade. Interseccionalidade: gênero e raça.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
96	PI	UFPI – PPGED	2019	Resistências de mulheres afrodescendentes organizadas: o que ensinamos e aprendemos em espaços não escolares?	Ilanna Brenda Mendes Batista	F	D	Prof. Dr. Francis Musa Boakari	M	Gênero e educação: desigualdades de gênero. Interseccionalidade: gênero, raça e classe.
97	PI	UFPI – PPGED	2020	Histórias que se cruzam na EJA: as trajetórias de vida de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional.	Efigênia Alves Neres	F	D	Prof. Dr. Francis Musa Boakari	M	Formação de mulheres na EJA. Interseccionalidade: gênero, raça e classe.
98	PI	UFPI – PPGED	2015	GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: há outras epistemologias na prática educativa de formação docente?	Raimunda Nonata da Silva Machado	F	T	Prof. Dr. Francis Musa Boakari	M	Interseccionalidade: raça e gênero.
99	PI	UFPI – PPGED	2017	Masculinidades na cultura escolar dos cursos de Licenciatura em Pedagogia de instituições públicas e privadas em Teresina-PI, Brasil.	Jânia Jorge Vieira de Abreu	M	T	Não foi encontrado, mesmo após pesquisa no banco de teses e dissertações da Universidade.	Não se aplica.	* A leitura do resumo foi possível acessando o link: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamerica-na/article/view/11658 Acessado em: 23.04.2023

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
100	PI	UFPI – PPGED	2017	RELAÇÕES DE GÊNERO EM PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO MÉDIO: contribuições pra uma cultura de paz.	Maria da Cruz Soares da Cunha Laurentino	F	T	Não foi encontrado, mesmo após pesquisa no banco de teses e dissertações da Universidade.	Não se aplica.	* A leitura do resumo foi possível acessando o link: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/E_DUFPI/edufpi_2/Livro_RELAC%C3%87%C3%95ES_DE_G%C3%80ANERO_EM_PR%C3%80TICAS_EDUCA_TIVAS_NO_ENSINO_M%C3%89DIO_e-book.pdf Acessado em: 23.04.2023
101	PI	UFPI – PPGED	2018	MARIA-JOSÉ-PODE-SER-O- QUE-QUISER: jovens mulheres e as mutações do gênero na formação inicial em Pedagogia	Maria Dolores dos Santos Vieira	F	T	Profª. Drª. Shara Jane Holanda Costa Adad	F	Gênero e educação: educação superior e opressão de gênero.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
102	PI	UFPI – PPGED	2018	UM CORPO POTENTE FAZENDO DAS DORES POSSIBILIDADES DE ASAS: TRANSformando modos de educar e de resistência na Universidade.	Valdênia Pinto de Sampaio Araújo	F	T	Profª. Drª. Shara Jane Holanda Costa Adad	F	* A leitura do resumo foi possível acessando o link: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=609&noticia=256222990 Acessado em: 23.04.2023
103	PI	UFPI – PPGED	2019	EPISTEMOLOGIAS DO CORPO: Mulheres capoeiristas nas práticas educativas enquanto táticas de guerrilha das liberdades e dos direitos.	Vicelma Maria de Paula Barbosa Sousa	F	T	Profª. Drª. Shara Jane Holanda Costa Adad	F	Epistemologias do corpo: empoderamento.
104	RN	UFRN – PPGE	2015	A presença de homens docentes na educação infantil: lugares (des)ocupados.	Bruno Leonardo Bezerra da Silva	M	D	Profª. Drª. Karyne Dias Coutinho	F	Gênero e educação: professores homens na educação infantil e papéis de gênero.
105	RN	UFRN – PPGE	2017	As diretoras do Instituto de Educação Presidente Kennedy: a feminização da gestão educacional na instituição (Rio Grande do Norte, 1952 – 1975).	Maria Claudia Lemos Morais do Nascimento	F	D	Profª. Drª. Maria Arisnete Câmara de Morais	F	Gênero e educação: feminização da profissão docente (gestão).

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
106	RN	UFRN – PPGE	2020	As representações sociais de gênero para professoras/es do ensino fundamental da rede pública estadual da cidade do Natal/RN.	Josângela Bezerra da Silva	F	D	Profª. Drª. Elda Silva do Nascimento Melo	F	Gênero e educação: identidades de gênero e formação docente.
107	RN	UFRN – PPGE	2020	Concepções e práticas de professoras da educação infantil de um CMEI de Natal/RN em relação à sexualidade das crianças: reflexões sobre a formação docente.	Maria de Fátima Dantas de Souza	F	D	Profª. Drª. Cynara Teixeira Ribeiro	F	Gênero, sexualidades e educação: prática docente e educação infantil.
108	RN	UFRN – PPGE	2017	Desenhos animados em ação: personagens compondo identidades infantis de gênero.	Maria Jose Campos Faustino da Silva	F	D	Profª. Drª. Karyne Dias Coutinho	F	Gênero, sexualidades e educação: identidades de gênero e educação infantil. Pedagogia cultural: desenho animado.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
110	RN	UFRN – PPGE	2018	Embates sobre questões de gênero e sexualidades no Plano Municipal de Educação de Santa Maria/RN: o fruto proibido na educação escolar.	Jansen Carlos Vieira da Silva	M	D	Profª. Drª. Karyne Dias Coutinho	F	Gênero e sexualidades: ideologia de gênero.
111	RN	UFRN – PPGE	2016	Identidades infantis de gênero na publicidade: o que ensinam as propagandas da TV?	Jéssica Jaciana Silva Dantas	F	D	Profª. Drª. Mariangela Momo	F	Gênero, sexualidades e educação: identidades de gênero e educação infantil. Pedagogia cultural: programas de TV.
112	RN	UFRN – PPGE	2018	Literatura infantil na escola e outras pedagogias culturais: (con)formando identidades infantis de gênero.	Polena Valesca de Machado e Silva	F	D	Profª. Drª. Mariangela Momo	F	Gênero, sexualidades e educação: identidades de gênero e educação infantil. Pedagogia cultural: literatura infantil.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
113	RN	UFRN – PPGE	2018	Minha vida daria um filme?: Geografias de vida em territórios de corpos, gêneros e sexualidade.	Evanilson Gurgel de Carvalho Filho	M	D	Prof. Dr. Marlécio Maknamara da Silva Cunha	M	Gênero e sexualidades: identidades.
114	RN	UFRN – PPGE	2021	Nos litorais dos desejos: (in)visibilidades das sexualidades dissidentes na educação profissional.	Robério Nunes Maia	M	D	Prof. Dr. Avelino Aldo de Lima Neto	M	Gênero e sexualidades: educação profissional e diversidade.
115	RN	UFRN – PPGE	2020	O currículo do corpo em forma educando às mulheres para um modelo de corpo "belo" nas páginas do <i>Facebook</i> .	Raquel Pipolo Pinto	F	D	Profª. Drª. Erika dos Reis Gusmão Andrade	F	Gênero e sexualidades: regulação de gênero (corpo da mulher). Pedagogia cultural: redes sociais (<i>Facebook</i>)
116	RN	UFRN – PPGE	2017	Pedagogia dos corpos: gênero e sexualidades em práticas curriculares de dois CMEI da cidade do Natal – RN.	João Batista de Oliveira Filho	M	D	Profª. Drª. Karyne Dias Coutinho	F	Gênero, sexualidades e educação: identidades de gênero e educação infantil.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
117	RN	UFRN – PPGE	2019	Protagonismo feminino na literatura infantil: implicações Pedagógicas.	Isaura de França Brandão	F	D	Profª. Drª. Alessandra Cardozo de Freitas	F	Gênero e educação: identidades de gênero – protagonismo feminino e educação infantil. Pedagogia cultural: literatura infantil.
118	RN	UFRN – PPGE	2021	Seguindo as pistas de gêneros e sexualidades no currículo de um grupo escoteiro coeducativo.	Zilana Teixeira Marcelino	F	D	Profª. Drª. Alessandra Cardozo de Freitas	F	Gênero e sexualidades: papéis de gênero. Educação não-formal: currículo Grupo Escoteiro Coeducativo.
119	RN	UFRN – PPGE	2021	"Serão perfeitas donas de casa e distintas moças da sociedade": a Escola Doméstica em uma história da educação das sensibilidades femininas em Natal (1914-1945).	Vitória Diniz de Souza	F	D	Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior	M	Gênero e educação: educação de mulheres: Escola Doméstica e papéis de gênero: feminilidade.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
120	RN	UFRN – PPGE	2021	Sou cachorra sou gatinha não adianta se esquivar : o currículo do funk e suas performatividades femininas.	Thalita Cristina Barroca da Silva	F	D	Profª. Drª. Vândiner Ribeiro	F	Gênero e sexualidades: performatividades de gênero. Pedagogia cultural: currículo do funk.
121	RN	UFRN – PPGE	2022	A profissionalização do magistério leigo potiguar: Projeto Logos II no RN (1976 - 1986).	Rodrigo Wantuir Alves de Araújo	M	T	Profª. Drª. Maria Inês Sucupira Stamatto	F	Gênero e educação: feminização do magistério.
122	RN	UFRN – PPGE	2019	Corpo e Desejo no Cinema: Experiências Educativas Estesiológicas.	Paula Nunes Chaves	F	T	Profª. Drª. Terezinha Petrucia da Nóbrega	F	Gênero e sexualidades: corpo e sexualidades. Pedagogia cultural: cinema.
123	RN	UFRN – PPGE	2016	Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949 – 1957): educação redentora para ascensão e controle social.	Maria Valdenice Resende Soares	F	T	Profª. Drª. Maria Arisnete Câmara de Moraes	F	Gênero e educação: educação de mulheres – formação de professoras para o ensino primário.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
125	RN	UFRN – PPGE	2016	UM JOGO DE LEMBRANÇAS: gênero, cultura e história local na prática educativa de Julieta Pordeus Gadelha - (1950 2000).	Ana Paula Mendes Rodrigues Cavalcanti	F	T	Profª. Drª. Maria Arisnete Câmara de Moraes	F	Gênero e sexualidades: mulher e empoderamento.
126	SE	UFS – PPGED	2018	As invisíveis do cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas.	Giseliane Medeiros Almeida	F	D	Profª. Drª. Maria Helena Santana Cruz	F	Desigualdade de gênero: sistema prisional feminino e Direitos Humanos.
127	SE	UFS – PPGED	2016	Discursos sobre corpo, gênero e sexualidades na educação do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe.	Anselmo Lima de Oliveira	F	D	Prof. Dr. Alfrancio Ferreira Dias	M	Gênero, sexualidades e educação: discursos de gênero, corpo e sexualidades.
128	SE	UFS – PPGED	2018	“Em nome do povo, do Estado e da família”? Uma análise dos documentos reguladores a educação infantil em Feira de Santana-Bahia	Tailla Caroline Souza Menezes	F	D	Profª. Drª. Lívia de Rezende Cardoso	F	Gênero e sexualidades: diversidade e legislação educacional.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
129	SE	UFS – PPGED	2016	Escola religiosa e produções de subjetividades: relações de gênero e sexualidades em um currículo escolar.	Cristiano José de Oliveira	M	D	Profª. Drª. Lívia de Rezende Cardoso	F	Gênero e sexualidades: relações de gênero e currículo.
130	SE	UFS – PPGED	2017	Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico.	Adriana Lohanna dos Santos	F	D	Prof. Dr. Alfrâncio Ferreira Dias	M	Gênero e educação: transgêneridade – ensino superior, formação e permanência.
131	SE	UFS – PPGED	2020	Gênero e sexualidades em educação: um mapeamento das teses e dissertações do norte e nordeste brasileiro.	Linda Brasil Azevedo Santos	F	D	Profª. Drª. Lívia de Rezende Cardoso	F	Gênero, sexualidades e educação: estão da arte.
132	SE	UFS – PPGED	2017	Normas de gênero e heteronormatividade em uma escola de educação básica em Aracaju (SE).	Danilo Araujo de Oliveira	F	D	Prof. Dr. Alfrâncio Ferreira Dias	M	Gênero e educação: normas de gênero – heteronormatividade e educação básica.
133	SE	UFS – PPGED	2016	“O que é normal pra mim pode não ser normal pro outro”: a abordagem de corpo, gênero e sexualidade nas licenciaturas do Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju.	Helma de Melo Cardoso	F	D	Prof. Dr. Alfrâncio Ferreira Dias	M	Gênero, sexualidades e educação: formação docente. Licenciaturas e ciências exatas.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
134	SE	UFS – PPGED	2019	Rasgando uniformes e descosturando normas de gênero no espaço escolar.	Carlos André Araújo Menezes	F	D	Prof. Dr. Alfrâncio Ferreira Dias	M	Gênero, sexualidades e educação: diversidade de gênero e sexual. Educação básica.
135	SE	UFS – PPGED	2014	Relações de gênero, trabalho e formação docente: experiências de mulheres da Escola Estadual Professor Valnir Chagas, Aracaju/SE.	Anabela Maurício De Santana	F	D	Profª. Drª. Maria Helena Santana Cruz	F	Gênero e educação: identidade de gênero e mulher e docência. Educação básica.
136	SE	UFS – PPGED	2013	Representações de gênero sobre o trabalho, a qualificação e as novas competências no COE – Comando de Operações Especiais da PM/SE.	Susana Rezende Lima	F	D	Profª. Drª. Maria Helena Santana Cruz	F	Gênero e sexualidades: desigualdade de gênero e divisão sexual do trabalho. Polícia militar.
137	SE	UFS – PPGED	2013	Representação de homossexuais nos livros didáticos de história para os anos finais do Ensino Fundamental, distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (2005-2011).	Márcia Barbosa Silva	F	D	Prof. Dr. Itamar Freitas	M	Gênero, sexualidades e educação: diversidade sexual – homossexualidade. Representatividade.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
138	SE	UFS – PPGED	2019	A transmissão de saberes tradicionais e o empoderamento de mulheres: uma análise a partir de uma política pública cultural.	Flávia Lopes Pacheco	F	T	Profª. Drª. Maria Helena Santana Cruz	F	Gênero e sexualidades: políticas públicas culturais e papéis de gênero. Empoderamento: mulheres artesãs.
139	SE	UFS – PPGED	2017	Desvelando a construção das diferenças de gênero nas experiências de contadores/as e de auditores independentes em Sergipe.	Mariana Dórea Figueiredo Pinto	F	T	Profª. Drª. Maria Helena Santana Cruz	F	Gênero e sexualidades: papéis de gênero – divisão sexual do trabalho e feminização de carreiras.
140	SE	UFS – PPGED	2019	O estranho que habita em mim: narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano.	Pedro Paulo Souza Rios	F	T	Prof. Dr. Alfrâncio Ferreira Dias	M	Gênero, sexualidades e educação: formação docente – licenciaturas e diversidade sexual – homossexualidade.
141	SE	UFS – PPGED	2016	Gênero, educação em sexualidades e formação docente: descortinando o curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe.	Luciano Rodrigues dos Santos	F	T	Profª. Drª. Maria Helena Santana Cruz	F	Gênero, sexualidades e educação: formação docente – Educação Física. Diversidade sexual e de gênero.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
142	SE	UFS – PPGED	2019	JUVENTUDES EM CENA NO COTIDIANO ESCOLAR: movimentos de (re)produção de silenciamentos, regulações de gênero, subversões e resistências.	Ana Paula Leite Nascimento	F	T	Profª. Drª. Maria Helena Santana Cruz	F	Gênero, sexualidades e educação: papéis de gênero – regulações e resistências.
143	SE	UFS – PPGED	2022	O prisma de gênero e a produção das cores da diferença na Educação Infantil.	Giceli Carvalho Batista Formiga	F	T	Profª. Drª. Dinamara Garcia Feldens	F	Gênero e educação: relações de gênero e educação infantil. Interseccionalidade: gênero, raça e classe.
144	SE	UFS – PPGED	2021	Que gênero de currículo é esse? Gênero e sexualidades nos currículos dos cursos de licenciatura da UFS.	Ann Letícia Aragão Guarany	F	T	Profª. Drª. Lívia de Rezende Cardoso	F	Gênero e currículo: formação docente – licenciaturas e relações de gênero e sexualidades.
145	SE	UFS – PPGED	2014	Uma leitura de histórias de vida de mulheres docentes da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade do Porto.	Suzana Mary de Andrade Nunes	F	T	Profª. Drª. Maria Helena Santana Cruz	F	Mulher e docência: ensino superior – desigualdades de gênero e divisão sexual do trabalho.

N.	UF	Instituição/Programa	Ano	Título	Autor/a	S	T/D	Orientador/a	S	Tema
146	SE	UFS – PPGED	2012	TRABALHO DOCENTE, FAMÍLIA E VIDA PESSOAL – permanências, deslocamentos e mudanças contemporâneas.	Silmere Alves Santos	F	T	Profª. Drª. Maria Helena Santana Cruz	F	Mulher e docência: ensino superior – desigualdades e gênero e divisão sexual do trabalho.

S: sexo | F: Feminino | M: Masculino | T/D: Tese ou Dissertação

Fonte: Autora (2023)